

BENEDIKT BAUR

A VIDA ESPIRITUAL

EDITORIAL ASTER

L I S B O A

alexandriacatolica.blogspot.com.br

NIHIL OBSTAT: COIMBRA, 16 DE JULHO DE 1960.

CÓNEGO ANTÓNIO DE BRITO CARDOSO.

IMPRIMATUR: COIMBRA, 19 DE JULHO DE 1960.

† ERNESTO, ARCEBISPO-BISPO DE COIMBRA.

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DA

G R Á F I C A D E C O I M B R A

BAIRRO DE S. JOSÉ, 2 — COIMBRA

A VIDA ESPIRITUAL

BENEDIKT BAUR

O presente volume da Colecção Éfeso bem poderia chamar-se um curso completo de espiritualidade, simultaneamente copioso e sintético.

Fruto de uma intima meditação pessoal, amadurecida e experimentada ao longo de vários anos, esta obra do insigne liturgista alemão dirige-se aos homens sedentos de vida divina e revela-lhes o esquema essencial da vida interior.

Partindo do facto da nossa vocação de cristãos, chamados a participar da natureza divina, o Autor vai analisando sucessivamente todos os aspectos vitais da relação com Deus, até desembocar nas cumiadas do amor sobrenatural, no *estado* de união com Deus.

Seria illusório procurar nesta obra uma justificação para a mediocridade de tantas vidas cristãs: este livro não se dirige aos tíbios, como se não dirige aos «bons» e aos «piedosos», ainda que uns e outros conheçam e cheguem a viver alguma coisa do que aqui se diz. A caricatura do verdadeiro cristão, *miles Christi*, nunca entenderá as páginas que se seguem no que elas possuem de essencial. As realidades sublimes que descrevem poderão ser imitadas por qualquer; mas só serão assimiladas vitalmente, só contribuirão para a vida, não para a morte, por quem acabar por descobrir a sua misteriosa ideia condutora.

Nunca o espírito encontrou melhor guia do que esta obra, traçada ao ritmo da vida contemporânea, mas com o olhar fixo no mistério abissal da divindade.

Título original:

Still Mit Gott

Copyright by: Verlag St. Andreas, Krefeld — Traar

Tradução de

DOMINGOS MARQUES

Distribuidor exclusivo no Brasil: Editora Herder.

RESERVADOS TODOS OS DIREITOS À EDITORIAL ASTER, LDA.

LARGO DONA ESTEFÂNIA, 8 — LISBOA

O PLANO DE DEUS

«Considerai que amor nos mostrou o Pai: que sejamos chamados filhos de Deus, e que o sejamos de facto» (I João, III, 1).

O NOSSO DESTINO SOBRENATURAL

Que projecta Deus em relação a nós, em relação a mim? Qual é o verdadeiro sentido da nossa existência, da nossa vida como homens e como cristãos? Eis o problema fundamental.

Só o próprio Deus, mediante a revelação sobrenatural, nos pode dar uma resposta segura e infalível. E essa resposta é-nos dada em cada página do Antigo e do Novo Testamento. Todas elas nos falam da nossa dignidade única e inexprimível, da nossa vocação e do nosso destino, que é participar da vida infinitamente sublime, abundante e bem-aventurada de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo.

O sentido último da nossa vida eleva-se, assim, infinitamente acima da esfera natural da nossa humanidade e de todas as aspirações e possibilidades da nossa natureza. Pela graça, Deus constituiu-nos de tal maneira que, «fugindo da corrupção da concupiscência que há no mundo e partilhando da natureza divina» (II Pedro, 1, 3-4), recebamos de maneira real e verdadeira uma participação na natureza divina e, com ela, na vida de Deus, ainda que de uma forma misteriosa e limitada. E essa participação, que temos já aqui na terra, alcança o seu pleno desenvolvimento no céu.

«Eu vim — assegura-nos o Filho de Deus feito homem — para que eles (os homens) tenham vida e a tenham em abundância» (João, 10, 10). A vida que Cristo quer dar-nos é a vida que procede de Deus. É a vida que o Filho de Deus, ao incarnar, recebeu na sua natureza humana e que constantemente e de um modo misterioso envia à sua Igreja e difunde entre os seus, sobretudo através dos sacramentos. «Todos nós participamos da sua plenitude» (João, 1, 16).

«Deus é amor». E o amor leva-o, por isso, a fazer que o homem partilhe das suas riquezas, dos seus bens e da sua vida. É característico de quem é verdadeiramente bom, nobre e grande, sentir o impulso de se derramar em outro ser, para o tornar grande, rico e feliz. E Deus concebeu um elevado projecto que quis realizar em cada um de nós ao chamar-nos à existência e ao traçar-nos um caminho nesta vida, com um tempo determinado para o percorrermos. Todas e cada uma das coisas da nossa vida estão orientadas para um único objectivo: a nossa elevação ao plano da vida divina, a fim de a possuímos e de a vivermos juntamente com Deus.

Quando se fala em possuir Deus e viver a vida divina, não quer isso dizer que venhamos a ser iguais a Deus, deixando de ser criaturas. Nem que em nós, homens, se vá derramar uma parte do ser ou da vida de Deus, a qual, desse modo, se tornaria uma coisa propriamente nossa. Nem que nos seja possível ter e viver a vida divina no mesmo sentido e com a mesma plenitude infinita com que a tem e vive o próprio Deus, ou o Filho gerado desde a eternidade da substância do Pai, e que é com Ele «uma só coisa».

O que se quer dizer é que Deus, pela força do seu amor, infunde na nossa alma algo, a «graça santificante»,

pelo qual recebemos de uma forma limitada uma pureza, uma beleza e uma santidade que são próprias da essência divina e que só a Deus pertencem. E a essa alma podemos chamá-la, usando a linguagem dos Santos Padres, «deificada» e «deiforme», porque é, na verdade, um reflexo da magnificência, da beleza, da santidade e da plenitude que separam Deus de todos os seres criados e o colocam num nível infinitamente superior a tudo, e que só a Ele pertencem e só d'Ele procedem.

Quando se difunde na nossa alma a vida divina, dá-se algo de semelhante ao que se passa com o ferro submetido à acção do fogo: continua a ser ferro, mas vai perdendo a dureza e a cor natural, para ir adquirindo, em troca, o brilho, o calor e a força do fogo. De maneira análoga, através da graça santificante, a alma recebe algo de novo que ultrapassa a sua natureza e que a transforma em imagem de Deus, «deiforme», e a torna capaz de conviver com Deus, embora de uma maneira e numa medida limitadas. Esse elemento novo é também uma coisa criada e diferente da vida de Deus, mas é suficiente para nos elevar muito alto, acima da nossa natureza humana e mesmo da natureza angélica, e levar-nos a entrar numa relação inteiramente nova com Deus, connosco mesmos, com os homens e com todas as coisas. Nesse sentido e só nesse, é que podemos falar de «vida divina em nós».

Nós, os homens, podemos e devemos participar dessa vida divina, nós que, pelo pecado original, éramos «filhos da ira» (Efés., 2, 3), «vasos de ira preparados para a perdição» (Rom., 9, 22). No entanto, Deus, na sua infinita benignidade, também quis «mostrar as riquezas da sua glória sobre os vasos de misericórdia» (Rom., 9, 23).

A nossa participação na vida divina dar-se-á especialmente no céu. Então se tornará uma feliz realidade o que para nós foi escrito: «Eis o tabernáculo de Deus com os homens: habitará com eles, eles serão o seu povo, e o mesmo Deus com eles será o seu Deus; enxugar-lhes-á todas as lágrimas dos olhos, e não haverá mais morte, nem luto, nem clamor, nem mais dor, porque tudo isso passou» (Apoc., 21, 3-4). Como diz o Concílio Vaticano, «Deus, na sua bondade infinita, criou o homem para lhe fazer participar dos bens divinos, que excedem toda a inteligência humana» (Sess. 3, cap. 2).

Deus criou e configurou de tal maneira a natureza humana que os desejos do nosso espírito e do nosso coração se dirigem, sempre e em toda a parte, para o infinito e eterno, e só encontram o seu descanso em Deus. O nosso espírito reclama um saber sem limites, o nosso coração exige um ser amado que o possa encher por completo e dar-lhe uma felicidade plena e eterna. As nossas pequenas alegrias desta vida aspiram a desembocar numa alegria sem fim. Tudo quanto de nobre existe no homem, orienta-se sempre para uma vida de uma largueza e de uma profundidade infinitas: em última análise, para a posse da vida divina.

Na vida eterna, que nos espera no céu, «será abolido o que é imperfeito» (I Cor., 13, 10). Nessa altura, teremos vida, e vida em abundância (João, 10, 10), seremos «semelhantes a Ele» (I João, 3, 2). E então possuiremos uma vida semelhante à de Deus, não já como aqui na terra, onde não passa de um momento fugidio, mas para sempre, em toda a sua força e plenitude indivisas, de um modo análogo àquele em que Deus possui a sua vida, indivisa e plena, pela eternidade das eternidades.

Nessa forma de vida, as faculdades do nosso espírito serão inteiramente penetradas e iluminadas por uma nova

luz, procedente da luz incriada de Deus e que, uma vez acesa, brilhará eternamente com toda a sua chama e todo o seu poder. Nessa luz, contemplaremos, num só olhar, o Ser infinito, as suas eternas profundidades e a sua ilimitada grandeza.

Vê-lo-emos «tal qual é» (I João, 3, 2), sem véus, claramente, num olhar único que durará para sempre. Já não será, como aqui na terra, por um tactear constante e ansioso que caminha passo a passo, mas segundo uma plenitude eterna e perfeita. O nosso espírito participará, então, da elevação e plenitude do olhar divino. E ao mesmo tempo verá eliminada para sempre a atitude fragmentária do amor humano. Seremos introduzidos no braseiro do amor divino e arrastados por ele. Amaremos com um único acto de amor, perpétuo e ininterrupto, semelhante ao de Deus, e, ao contacto com o amor divino, o nosso amor renovar-se-á. Amaremos de uma maneira divina, com uma intensidade total e unitária, tudo o que é Deus, tudo o que Ele encerra em si, tudo quanto Ele ama e criou.

Quem pode compreender plenamente o que Deus quer fazer, e fará, de nós os homens, apesar da nossa insignificância e da ausência de valor que nos é própria? A única atitude possível é a de nos admirarmos e agradecer. Precisamente o que faremos na vida futura, na alegria do céu a que Deus nos destinou.

No entanto, também aqui na terra temos a feliz possibilidade de compartilharmos da vida divina. «Assim como o Pai tem a vida em si mesmo, assim concedeu ao Filho que a tenha em si mesmo» (João, 5, 26), a mesma vida do Pai. Por isso, no Filho circula a vida divina, ininterrupta e ilimitada, com uma plenitude incriada e divina. Ele é «Deus de Deus, Luz de Luz, Deus verdadeiro do Deus verdadeiro».

Fez-se homem, e, na sua encarnação, a torrente da vida divina irrompeu no mundo criado. Foi o que aconteceu, em primeiro lugar, quando o Filho de Deus, «cheio de graça e de verdade», assumiu a natureza humana no seio da Virgem Maria. E, «da sua plenitude todos nós participamos» (João, 1, 14, 16). Com efeito, o eterno Filho de Deus, pelo facto de ter assumido a natureza humana, tornou-se para nós uma espécie de videira, conforme ele próprio se designa: «Eu sou a videira, vós as varas. O que permanecer em mim e eu nele, esse dará muito fruto» (João, 15, 5).

O sarmento traz em si a vida que procede da cepa e se difunde pelos ramos. Nós, os sarmentos, em virtude da nossa incorporação em Cristo — que é a videira — trazemos a vida de Cristo em nós. Contudo, a nossa vida natural e humana não se dissolve nessa união vital com Cristo: é antes penetrada pela vida de Cristo e com ela se unifica. É assim que a nossa vida sobrenatural se eleva, se fortalece e se reveste de uma fecundidade que ultrapassa amplamente todos os conceitos de grandeza e de valor puramente humanos.

A fim de que pudéssemos participar da vida divina, o Filho de Deus fez-se homem e imolou-se na cruz, e assim nos fez portadores e possuidores da vida de Deus. «Porque Deus amou de tal modo o mundo, que lhe deu o seu Filho unigénito, para que todo o que crê nele, não pereça, mas tenha a vida eterna» (João, 3, 16).

Esta vida divina foi-nos concedida com a condição de nos unirmos a Cristo, através da fé e pela recepção do baptismo. O baptismo é um novo nascimento (I Pedro, 1, 23), um nascimento que não é da carne mas de Deus (João, 1, 13; I João, 3, 9). Como baptizados, somos uma «nova criatura» (Gál., 6, 15; II Cor., 6, 17), um «homem novo» (Efés., 4, 24; Colos. 3, 12), participantes da vida divina que nos é dada, «filhos de Deus» (I João, 1, 12).

O que no baptismo teve o seu início desenvolve-se pelo sacramento da eucaristia num crescimento constante que leva à perfeição. Na comunhão, é o próprio Senhor — Deus e homem — que vem até nós. «Eu vim para que eles tenham vida, e a tenham em abundância». Desta maneira quer Ele encher-nos, todos os dias, da sua vida, para nos introduzir cada vez mais profundamente no seu pensar e no seu querer, nos seus sentimentos e no seu sacrifício. Só assim, nessa posse conjugada da sua vida, é possível dizer com verdade: «Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim». A eucaristia é «o pão de Deus que desceu do céu e dá a vida ao mundo» (João, 6, 33). «O que come a minha carne e bebe o meu sangue, tem a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia» (João, 6, 48, 51, 54, 55).

A nossa atitude em face do mistério que se encerra no facto de termos sido escolhidos para participar da vida divina, tem que ser, em primeiro lugar, de admiração. Nada podia nem pode ser-nos dado de maior. Em comparação com esta vida divina, pouco representa a vida puramente humana, quer seja a vida corporal quer a do espírito. E o mesmo se pode dizer do talento, do génio, do saber, dos bens materiais, da forma ou da saúde, do vigor físico ou intelectual, do prestígio e do poder, e em geral de tudo quanto a vida terrena nos pode dar.

Por isso, é lamentável que muitas vezes não reparemos suficientemente nesse dom de Deus, nem o avaliemos em função da nossa vida actual. Infelizmente, são muitos — só Deus sabe quantos — os que desprezam esse bem, único e verdadeiro, que é a participação na vida divina, em troca de bens puramente terrenos, que são vazios e transitórios.

A INTIMIDADE DOM DEUS

Nós possuímos realmente a vida de Deus juntamente com Ele, ainda que seja de uma maneira limitada, como corresponde às criaturas. Ora, essa participação impele-nos a viver essa vida, a realizá-la e imitá-la, porque, na verdade, só podemos possuir a vida divina na medida em que a vivermos e realizarmos em nós. Esta a razão por que só conseguimos alcançar a participação na vida divina quando o nosso espírito está intimamente unido a Deus.

Um espírito une-se a outro através da realização em comum dos seus actos vitais. E este princípio abre novos horizontes à grandeza da nossa vocação, porque, na participação da vida divina, trata-se nada menos que de assimilar conscientemente o saber e o pensar divinos, o seu querer e o seu amor, e assim realizar e viver a vida de Deus. É o que se verifica quando nos unimos à acção de Deus, que vive na nossa alma, na medida da nossa capacidade humana de simples criaturas, em total subordinação a Deus e em completa e livre dependência da sua vontade.

Conviver a vida de Deus, partilhar do seu pensamento e do seu querer, realizar com Ele as suas obras é, de facto, um programa de extraordinária grandeza. A nossa vida já não se move apenas no plano puramente natural e humano, quer seja no domínio do pensamento e do critério, quer no âmbito do querer e da acção. Torna-se agora uma vida «sobrenatural», uma vida elevada a um plano infinitamente superior ao da vida natural. É uma vida intimamente ligada à vida de Deus, que é infinitamente santa, rica e poderosa. E Deus, que vive e age nas almas em estado de graça, enche-a e penetra-a até ao íntimo com a sua luz e a sua pureza, com a sua aversão

a tudo quanto seja impuro e perverso, com os seus pensamentos e a sua força, com o seu amor e a sua felicidade.

É desta maneira que a alma se torna «deiforme», não só na sua substância como nos seus sentidos e aspirações, no fazer e no querer, nos sentimentos e nos juízos: numa palavra, em toda a sua atitude e conduta. É, na verdade, uma brilhante imagem e semelhança de Deus, uma revelação e uma irradiação da vida divina. Tal é o segredo dos santos: o terem compreendido claramente que, com a ajuda de Deus, era preciso exprimir, nas suas vidas, essa vida, esse querer e esse fazer divinos que contemplavam no santuário íntimo das suas almas.

É este o elevado destino que nos coube em sorte: conviver a vida do Deus santo, forte e grande. Com esse fim, o Deus infinito, Pai, Filho e Espírito Santo, desce à nossa alma e nela estabelece a sua morada. Somos morada de Deus: «Se alguém me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará, e viremos a Ele, e faremos nele morada» (João, 14, 23).

O Pai, o Filho, e o Espírito Santo habitam na alma que possui a graça santificante, e vivem nela a mesma vida santa e feliz que vivem no céu. Por isso, Deus dá-se amorosamente a essa alma, penetra-a, abrasa-a, aviva-a com a plenitude da sua luz, da sua força e da sua santidade e absorve-a com todas as suas potências e acções.

É então que a alma já não pode senão viver, alegremente e com uma entrega total e livre, essa vida que Deus vive na sua mais profunda intimidade. E é assim que o homem se sente progressivamente dominado e transfigurado pelo poder da vida divina. Eleva-se cada vez mais acima da vida puramente natural, com as suas fraquezas, as suas limitações e a sua inclinação para o que é inferior, terreno e transitório. Liberta-se da vinculação desordenada ao

próprio «eu» e ao pequeno mundo que a rodeia, e, de dia para dia, apreende de uma maneira mais perfeita o estilo da vida divina. A vida do homem torna-se semelhante à vida de Deus, santifica-se.

Cristo, o Filho de Deus feito homem, vive ante nós essa vida divina de uma forma humanamente visível. O que ele pensa e quer, o que faz e o que padece, a sua oração e o seu sacrifício, o que ele nos ensina, tudo isto é manifestação da vida divina numa forma humana, entre nós, homens, e para nós. Por isso nos diz o Pai: «Ouvi-o» (Mat., 17, 5). Por isso o Senhor nos reúne à sua volta e nos insiste: «Aprendei de mim!» (Mat., 10, 29).

Deus vive diante de nós a sua vida infinitamente santa na pessoa de Cristo. Aquele que vive com Cristo a vida divina, tem que escolher com Ele a pobreza, a dependência da vontade alheia, a privação, a cruz, o recolhimento, a vida de silêncio e de oração. Em suma, tem de escolher aquilo de que o homem normalmente foge e que afasta por todos os meios: «Aprendei de mim!»

A nossa vocação é sermos «conformes à imagem de seu Filho» (Rom., 8, 29), « revesti-los do Senhor Jesus Cristo » (Rom., 13, 14), de tal maneira que « assim como trouxemos a imagem do terreno, tragamos também a imagem do celeste » (I Cor., 15, 49). Na medida em que realizarmos a imitação de Cristo, nessa medida viveremos a vida divina, santificar-nos-emos e tornar-nos-emos semelhantes a Deus. Por isso, a imitação de Cristo situa-se no centro do esforço e do ideal cristão, como forma de vivermos a vida divina na medida da nossa condição de criaturas, e de atingirmos a « perfeição ».

A fim de que na realidade vivamos a vida divina e possamos dar um conteúdo e um valor plenos aos nossos afazeres e cuidados da vida diária, Cristo, o Senhor, une-nos

em comunhão de vida com Ele e faz-nos membros do seu corpo, sarmentos da videira que Ele é. «Eu sou a videira e vós as varas. Como a vara não pode de si mesma dar fruto, se não permanecer na videira, assim também vós, se não permanecerdes em mim. O que permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto, porque, sem mim, nada podeis fazer» (cfr. João, 15, 4-5). Para que vivamos a sua vida, Cristo incorporou-nos nele pelo baptismo e aprofunda essa união através da Eucaristia, de modo a adquirirmos forças para vivermos segundo a vida divina, tal como a videira comunica e sustenta os sarmentos a partir da sua própria vida.

Além disso, Deus, no baptismo, infundiu na alma, com a graça santificante, a rica plenitude das virtudes sobrenaturais. Trata-se, em primeiro lugar, das três virtudes teologais da fé, da esperança e da caridade. Além delas, das virtudes cardeais: justiça, prudência, fortaleza e temperança. E ainda, e em estreita relação com as já mencionadas, de todo o conjunto de virtudes sobrenaturais que acompanham a graça santificante: a virtude da religião, a humildade, a pureza, a paciência, a obediência.

Estas virtudes sobrenaturais que, de começo, apenas são sementes delicadas que se encontram em gérmen, ganham raízes na alma e desenvolvem-se nela até criarem em nós uma capacidade e uma certa prontidão que nos permitem, com alguma facilidade e segurança, conhecer o mal e afastar-nos dele. Ajudam-nos a compreender e a suportar a vida diária com as suas múltiplas contrariedades, os homens e as ocupações, os dissabores e os sofrimentos, tudo isto de uma maneira muito diferente de como o homem puramente natural vê, julga e vive a vida quotidiana. É uma maneira semelhante à que

Deus tem de ver e julgar as coisas e os homens, os seus pensamentos, as suas intenções e as suas obras, isto é, uma maneira «sobrenatural».

Por isso é fundamental a virtude da fé. Pela fé, elevamo-nos acima do poder e da luz da razão natural. A fé ilumina a razão com luzes sobrenaturais e dá-lhe forças para se identificar com o conhecimento e o critério divinos, para ver, se assim nos podemos exprimir, com os olhos de Deus. Pela fé, o nosso espírito une-se ao espírito de Deus de tal maneira que o nosso conhecimento e o nosso juízo adquirem algo da elevação, da segurança e da verdade que têm o conhecimento, o juízo e o saber divinos.

O acto de fé ultrapassa todo o poder e toda a capacidade puramente humanos. É um acto sobrenatural de participação no saber divino, um olhar com os olhos de Deus, um julgar e avaliar segundo as medidas divinas. Por isso, a fé, e só a fé, pode compreender as bem-aventuranças do sermão da montanha: a bem-aventurança da pobreza segundo o espírito, a da mansidão e da tristeza, a dos pacíficos, a dos injuriados, desprezados e perseguidos por amor de Cristo. É uma atitude, um critério e um juízo de valor sobre as coisas e os acontecimentos, a que jamais poderiam chegar o pensamento e o critério puramente naturais. Daí que seja considerada como uma insensatez por todos quantos pensam em termos exclusivamente humanos.

A segunda virtude fundamental é a esperança, que nos é infundida na alma pelo baptismo, juntamente com a fé e a caridade. É a força que impulsiona a vida cristã. Faz-nos esperar com segurança a felicidade eterna que nos é prometida por Deus e que Jesus Cristo, o redentor, nos alcançou. Dá-nos ao mesmo tempo a firme convicção de que Deus nos concederá tudo quanto é necessário para a nossa salvação eterna.

Pelo facto de Deus nos ter dado a sua palavra, abandonamo-nos nela com a confiança de que, com a graça divina, poderemos conseguir aquilo que Ele nos prometeu. Conhecemos, sem dúvida, as dificuldades que é preciso defrontar para se conseguir a vida eterna. Sabemos que as forças humanas de modo algum são suficientes para se alcançar o céu. E sabemos ainda que não somos «capazes por nós mesmos do menor pensamento (sobrenaturalmente bom), como vindo de nós mesmos» (II Cor., 3, 5). No entanto, e apesar de tudo, reconhecemos com São Paulo: «Tudo posso naquele que me conforta» (Fil., 4, 13).

É este o segredo do cristão: quanto mais convencido está de que, na obra da sua salvação, não pode apoiar-se nas suas próprias forças humanas, tanto mais o poder divino se põe à sua disposição por meio da virtude da esperança. Quanto mais o homem conta com a ajuda de Deus, com a sua fidelidade e a sua graça, tanto mais experimentará que Deus trabalha com ele. E pode, assim, sentir que são para ele as palavras que ouviu de São Paulo: «É na fraqueza que o poder (de Deus) se manifesta por completo» (II Cor., 12, 9). Na insuficiência do homem revela-se a onnipotência de Deus e a sua acção omnicomprensiva, a que o cristão deve unir-se nos seus pensamentos, no seu querer e nas suas acções sobrenaturais, colaborando com Deus numa plena submissão. Alegre, vitorioso, cheio de coragem e de confiança em Deus, pode fazer suas as palavras do Apóstolo: «posso tudo!» E a esperança «não engana, porque a caridade de Deus foi derramada em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos foi dado» (Rom., 5, 5).

«Agora, pois, permanecem estas três coisas: a fé, a esperança, a caridade; porém, a maior delas é a caridade» (I Cor., 13, 13). A caridade no baptizado é qualquer

coisa de inteiramente novo, divino, é uma participação na caridade de Deus. É um amor introduzido no fogo e na pureza do amor divino e, por isso, da mesma espécie do amor de Deus.

Deus ama-se a si próprio e ama todas as coisas criadas. Ama-se a si próprio na medida em que é o bem único no qual se compendia a plenitude de todos os bens. E ama todos os seres que criou, precisamente por amor de si próprio, por serem um reflexo e uma irradiação de si mesmo, uma imagem em que se reconhece e se ama a si mesmo.

A nossa condição de cristãos eleva-nos até essa forma divina do amor. Amamos a Deus por si mesmo e amamos os seres criados — os homens e as coisas — por amor de Deus, referindo tudo a Ele, isto é, amando como Deus ama. Com o nosso amor penetramos até junto de Deus e, então, tudo quanto amamos, amamo-lo a partir de Deus. Dessa maneira, nós os cristãos amamos a Deus e todas as coisas criadas tal como Ele as ama, precisamente porque o nosso amor é introduzido e se ordena segundo a torrente do amor santo com que o próprio Deus ama. É por isso que se trata de um amor verdadeiramente «sobrenatural», infinitamente superior a qualquer amor simplesmente humano, por muito nobre que seja. A caridade cristã é o amor de Deus «derramado em nossos corações pelo Espírito Santo» (Rom., 5, 5).

Não nos pode, pois, surpreender que a verdadeira caridade cristã seja tão forte, tão poderosa, tão heróica. «A caridade é paciente, é benigna; a caridade não é invejosa, não é temerária; não se ensoberbece, não é ambiciosa, não busca os seus próprios interesses, não se irrita, não pensa mal, não folga com a injustiça, mas alegra-se com a verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo sofre» (I Cor., 13, 4-7). O poder da caridade cristã é

tão grande precisamente por ser uma participação do amor de Deus. É-o de tal maneira que penetra e invade todo o nosso querer, assimilando-o ao querer divino, fazendo que *queira* com a vontade de Deus, infinitamente pura e santa, e unindo-o estreitamente a ela. E nada pode existir para nós de mais santo e mais orientador, que querer juntamente com o querer divino, que entregar a nossa vontade à vontade de Deus. O homem é feliz quando chega a esse «amor de conformidade» em todas as ocasiões, na alegria e na dor, e quando já não vive a sua própria vontade, os seus próprios desejos e cáprichos, mas consegue atingir uma total unidade com o querer de Deus.

No baptismo, além da graça santificante e das virtudes sobrenaturais, são-nos dados juntamente com elas os chamados dons do Espírito Santo: o dom da sabedoria, do entendimento, do conselho, da piedade, da ciência, da fortaleza e do temor de Deus.

Ainda que se encontre sob o influxo da graça, a nossa natureza permanece entravada pelas consequências do pecado original, pela sua própria imperfeição, e de per si não é capaz de aspirar de uma maneira perfeita aos objectivos sobrenaturais. Falta-lhe o impulso interior e específico necessário para se elevar, sempre e em todo o momento, aos cumes da santidade cristã. E, no entanto, é desígnio de Deus que possamos alcançar essas alturas.

Precisamente por isso, Deus põe na nossa alma os dons do Espírito Santo, os quais nos elevam a um estado que nos permite seguir sem resistência os apelos de Deus e nos fazem alcançar os altos cumes da vida cristã. Domina-nos e impele-nos uma força completamente nova, que já não é a das considerações ou os impulsos puramente humanos, antes procede directamente do Espírito Santo, que é quem nos arrasta e nos impele.

Desta maneira, somos como barcas no alto mar, que não avançam à força de remos, mas poderosamente impelidas pelo vento que enfuna as velas. Possuídos e impelidos pelo Espírito Santo, elevamo-nos a obras verdadeiramente santas, e agimos nelas de uma forma que ultrapassa largamente o modo puramente humano de pensar, de agir e de sofrer. É o próprio Deus, o Espírito Santo, quem acomete essas obras: nós, deixamo-nos levar. A nossa vontade humana está situada no ritmo e no modo de querer e de operar divinos. As nossas obras são mais obras de Deus que obras nossas. E é então que compreendemos o que São Paulo quis dizer quando escrevia: «O que se gloria, glorie-se no Senhor» (I Cor., 1, 31); «Deus é quem opera em vós o querer e o executar» (Fil., 2, 13).

A plenitude do nosso destino, o viver com Deus a sua vida divina e participar nela, atinge a sua perfeita realização na vida do além, no céu. No céu «seremos semelhantes a Deus, porque o veremos como ele é» (I João, 3, 2); «Nós agora vemo-lo como por um espelho, em enigma; mas, então, vê-lo-emos face a face. Agora conheço-o em parte; mas, então, hei-de conhecê-lo como eu mesmo sou conhecido» (I Cor., 13, 12).

Conheceremos a Deus tal como é em si mesmo, na plenitude do seu ser e das suas perfeições, na sua sabedoria, na sua justiça e na sua misericórdia, na sua pureza e na sua santidade, na infinita fecundidade que se desenvolve entre as três pessoas divinas. E esta contemplação de Deus far-se-á acompanhar do entusiasmo de um amor nunca experimentado na terra, que nos encherá e arrastará, tornando a alma profundamente feliz, um amor que nunca há-de acabar.

Como são possíveis esta contemplação de Deus e este eterno êxtase de amor? Apenas porque Deus nos

faz participar da sua natureza e do seu modo de conhecer-se e amar-se, e porque nos permite viver, juntamente com Ele, no conhecimento e amor divinos. Desta maneira experimentaremos eternamente o que quer dizer a expressão: «nascido de Deus» (João, 1, 13), e «participantes da natureza divina» (II Pedro, 1, 4), e «que verdadeiramente sejamos «filhos de Deus» e «herdeiros de Deus» (Rom., 8, 16-17).

Desta maneira alcançaremos o nosso último fim, o qual não é o homem, mas Deus: que o seu nome seja santificado, que a sua vontade seja feita. Tudo quanto o homem é, tudo quanto possui em dons da natureza e da graça, em virtudes e em santidade, a sua vida, o seu destino, os seus bens, tudo quanto não é Deus, apenas tem o carácter de meio e de caminho para atingir o seu último e mais elevado fim: a glória de Deus. Quanto mais perfeitamente possuímos e vivermos a vida divina, tanto mais serão uma glorificação de Deus os nossos sentimentos e as nossas aspirações, o nosso fazer e o nosso sofrer. E tanto mais maravilhados ficaremos perante a infinita plenitude de Deus, e amá-lo-emos, dando-lhes graças, saboreando a sua felicidade, deixando-nos arrastar pela torrente da sua bem-aventurança, numa incessante atitude de louvor.

Na medida em que possuímos e vivermos a vida de Deus, mais plenamente cumpriremos o grande — e no fundo o único — preceito que nos foi dado por Deus: «Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, e com toda a tua alma, e com todo o teu entendimento, e com todas as tuas forças» (Marc., 12, 30). «Amarás!» O amor é a mais elevada glorificação. No amor se encerram todo o nosso ser e todo o nosso querer.

«Amarás!» Este é o grande mandamento que contém todos os outros; é o grande dever que encerra em si todos

os deveres. Tudo quanto não se dirige, através do amor, à glorificação de Deus, é nada e carece de conteúdo. Quando Deus nos chamou à existência, criou-nos para a sua glória; mas fê-lo de tal maneira que pela posse e pela participação da vida divina havemos de realizar aquilo que o nosso próprio ser reclama: a salvação, a felicidade em Deus. Ele uniu o nosso interesse ao seu interesse, a nossa vida à sua vida, a nossa felicidade à sua felicidade, e só alcançaremos essa felicidade na medida em que o glorifiquemos e o sirvamos com amor.

Na verdade, Deus pensou tudo infinitamente bem em relação aos homens. Para isso lhe deu os seus mandamentos, e envia fadigas, provações, amarguras e sofrimentos na vida terrena: porque Ele nos chamou a um destino altíssimo e é dessa maneira que nos pode conduzir a tal fim.

E nós, os homens? Pensamos pouco nisso, apesar de ser o que mais nos interessa. Pensamos pouco acerca do plano de Deus em relação a nós. Esquecemo-nos de tudo quanto temos de agradecer ao Filho de Deus: se ele não tivesse vindo, se ele não tivesse tomado a sua cruz e expiado os nossos pecados na sua morte, nós continuaríamos eternamente afastados de Deus, na noite e na morte. «Eu vim para que tenham vida, e a tenham com abundância» (João, 10, 10).

Temos de viver a partir da fé. E o conhecimento das grandes coisas que Deus projecta em relação a nós tornar-nos-á mais corajosos e mais felizes.

P A R A D E U S

«Assim também vós deveis considerar-vos como estando mortos para o pecado, mas vivos para Deus (Rom., 6, 11).

O plano de Deus a nosso respeito é que partilhemos da sua vida. A esse alto destino fomos chamados.

Porém, Deus vive por si. Ele tem o seu objecto e o seu fim em si mesmo, não como nós, que o temos em outrem. Nele encerra-se a plenitude de todo o bem e de tudo quanto se pode desejar, e essa plenitude é tão grande que não pode ser completada ou aumentada por qualquer outro bem.

Os seres que existem fora d'Ele são apenas uma revelação e um reflexo, um transbordar da plenitude de bondade que Deus encerra em si. E tudo quanto existe fica infinitamente abaixo d'Ele, e todas as coisas, por junto ou separadas, são nada em relação a Deus. O bem infinito é esse bem único que Ele vive e viverá sempre. Contudo, nós fomos chamados a partilhar da sua vida. Por isso, e em última análise, temos de ser e de viver, em todas as coisas, para Ele e totalmente para Ele.

O FACTO DE VIVERMOS PARA DEUS

Nós vivemos a vida divina «em Jesus Cristo», a cabeça a que pertencemos como membros vivos. De Cristo disse São Paulo: «Quanto a Ele morrer pelo pecado,

morreu uma só vez; mas, quanto a viver, vive para Deus» (Rom., 6, 10).

A sua vida terrena é uma vida para Deus. «Não busco a minha vontade; mas a vontade daquele que me enviou» (João, 5, 30): «Honro o meu pai, e não busco a minha glória» (cfr. João, 8, 49-50). «O meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou» (João, 4, 34). Cristo vive para o Pai e faz sempre tudo quanto é do seu agrado (João, 8, 29).

Quando São Paulo quer resumir numa só frase o espírito e a vida do Filho de Deus feito homem, não encontra outra expressão mais exacta e apropriada que esta: «Feito obediente até à morte, e morte de cruz» (Fil., 2, 8). Cristo viveu para o Pai quando habitou cá na terra. E continua a viver dia e noite, nos silenciosos tabernáculos das nossas igrejas, para honrar o Pai segundo os seus desejos e intenções. A sua vida é uma doação ao Pai, cheia de amor, e no sacrifício de todos os dias Ele nos une, como membros do seu corpo místico, ao acto do seu oferecimento e do seu louvor ao Pai. Dessa maneira Cristo quer multiplicar em nós a sua vida de entrega ao Pai, porque o impele a isso a sua atitude de viver para Deus.

É esta a razão de que nos tenha incorporado a si próprio pelo baptismo. Nós recebemos dos nossos pais a vida natural, mas eles não podem evitar que, no mesmo momento em que nos dão a vida, incida sobre nós o pecado original. Se o Senhor não nos elevasse à sua vida, andaríamos «segundo os desejos da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos apetites. Mas Deus, que é rico em misericórdia, pela extrema caridade com que nos amou (no baptismo), convivificou-nos em Cristo» (cfr. Efés., 2, 3-5).

Pelo baptismo, nós renunciámos ao demónio, ao pecado e ao mundo, com todos os seus prazeres e vaidades. Para

tudo quanto é contra Deus, para tudo quanto nos afasta e nos arranca d'Ele, temos uma decidida atitude de renúncia. Perguntaram-nos: «Crês em Deus, Pai, Filho e Espírito Santo?» E a resposta foi: «Creio». Ao confessar a Deus, coloco-me do lado de Deus, vivo para Ele. Com todo o meu ser, com todas as minhas potências e com todo o meu querer, consagro-me e entrego-me ao Deus Pai, Filho e Espírito Santo.

Fomos então batizados «em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo», e a partir desse instante já não nos pertencemos a nós mesmos. E também não pertencemos a qualquer criatura, seja qual for o nome que tiver: homem ou coisa, ciência ou arte, trabalho ou prazer, dinheiro ou saúde. Pertencemos a Deus em Jesus Cristo e vivemos com Jesus Cristo para o Pai. Tal é o sentido do baptismo.

Fomos batizados para participar no sacrifício da Missa, centro e cume de toda a vida cristã.

No ofertório do pão e do vinho colocamos sobre o altar, por meio do sacerdote, o nosso coração, o nosso eu, os nossos desejos e inclinações, tudo quanto somos, temos e podemos, o nosso prazer e o nosso sofrer. «Sejamos, Senhor, por vós recebidos em espírito de humildade e coração contrito». Queremos vir a ser uma oferenda a Deus, em união com o Senhor que se oferece a si mesmo, com o mesmo espírito e a mesma aspiração que Ele.

Nesse momento, cortamos com tudo quanto não é Deus e com tudo o que não é para Ele. E, além disso, renunciamos ao amor-próprio e a qualquer entrega desordenada às criaturas. Só então estamos prontos para ser oferenda com Cristo, e na consagração tornamo-nos com Cristo uma «hóstia pura, hóstia santa, hóstia imaculada» em Deus, entregados a Deus com Cristo e com Cristo, dedicados e consagrados a Ele.

O dia que começa com essa participação no sacrifício da missa é um dia «santo para o Senhor». Pertence-lhe completo e indiviso. A Ele pertencem os nossos pensamentos e todo o nosso amor. A Ele pertencem os nossos trabalhos e fadigas, todos os momentos do dia. Através dessa união com Cristo, somos como que «consagrados com ele» e vivemos como Ele hoje para o Pai. Pela comunhão que recebemos, o próprio Senhor entra na nossa alma. «Eu vivo, e vós vivereis» (João, 14, 19). A torrente da sua vida, santa e plenamente divina, é introduzida por Ele na nossa alma, com uma abundante plenitude. «Assim como eu vivo pelo Pai, assim o que me comer a mim, esse também viverá por mim» (João, 6, 57).

Jesus Cristo atrai as almas a esse amor com que ele, como Filho, ama o Pai, reveste-as da sua alma inflamada para que n'Ele, com Ele e por Ele amem o Pai e vivam para Ele. E da mesma maneira ensina-as e impele-as a orar, como ele, ao Pai, a louvá-lo e a entregar-se a Ele. Em certo sentido, assumimos o estilo e os sentimentos de Jesus Cristo. E nessa altura também pode dizer-se de nós: «Quanto a viver, vive para Deus» (Rom., 6, 10), no espírito e com a força de Cristo. Trata-se, pois, de sermos para Deus sempre e em todas as coisas. Deus vive em tudo para si mesmo, e nós devemos viver em tudo para Ele.

VIVER PARA DEUS

Cristo, «quanto a morrer pelo pecado, morreu uma só vez». Nós participamos da sua vida, e por isso devemos considerar-nos «como estando mortos para o pecado» (Rom., 6, 10-11).

O primeiro e decisivo passo na «vida para Deus» é que estejamos mortos para o pecado, isto é, que cortemos com o pecado, não só com os pecados graves mas também com os leves, com as infidelidades, com as imperfeições e as faltas voluntárias. Se queremos viver para Deus, devemos evitar que o pecado tenha qualquer participação em nós.

Por conseguinte, é preciso que estejamos dispostos a realizar todos os sacrifícios necessários para prevenir qualquer pecado consciente e deliberado. E, como é natural, teremos de afastar decididamente de nós tudo quanto for ocasião ou motivo de pecado. Abandonamos, assim, o caminho largo que conduz à perdição (Mat., 7, 13), e, com ele, os pontos de vista e as maneiras de pensar que presidem ao comportamento dos homens puramente mundanos. O nosso critério será este: «Tudo o que há no mundo é concupiscência da carne, concupiscência dos olhos e soberba da vida» (I João, 2, 16), isto é, afastamento de Deus.

Viver para Deus significa, além disso, viver para as coisas criadas: para a salvação da alma, para as almas dos outros, para a profissão, para o progresso e o bem-estar humanos, para o cumprimento do dever, para a ciência, para o corpo e a saúde, para os grandes empreendimentos da sociedade, da Igreja e da pátria.

No entanto, só devemos viver para essas coisas na medida em que, acima delas, acima de tudo quanto nos rodeia ou parece que se nos pede, o nosso olhar vai mais longe e contempla sempre o essencial: Deus. É a Ele, não a nós que tudo deve ser referido. Não se trata de conseguir satisfações ou prazeres pessoais, nem de procurar o êxito ou a honra diante dos homens, nem de alcançar vantagens, lucros ou progresso para nós. É unicamente Deus quem deve ser procurado em todas as coisas.

E essa perspectiva estabelecerá a nossa verdadeira relação em face dos homens e das coisas, ante o trabalho, o sofrimento e as contrariedades. Com ela, com o conhecimento da verdadeira distância que nos separa das coisas, saberemos qual deve ser a nossa verdadeira atitude.

Finalmente, viver para Deus significa uma tríplice norma de conduta: ver Deus em tudo; submeter-se plenamente a Ele em todas as coisas e reconduzir tudo a Deus por meio do amor.

Para ver Deus em todas as coisas, precisamos, antes de mais, de um olhar iluminado pela fé. Com esse olhar, tudo quanto aparece ao longo do nosso dia já não é um conjunto de factos puramente naturais, obra do destino, da boa ou má vontade, ou de homens melhor ou pior intencionados. Em todos os acontecimentos veremos a mão de Deus, a sua providência e a sua benevolência para connosco. É Ele quem tudo ordena e dirige, quem tudo dá e tudo tira: a grande realidade que se esconde por detrás de todos os acontecimentos e de todas as experiências.

Mas é preciso, também, submeter-se totalmente a Deus. O homem que quer viver para Deus, tem que deixar-se guiar em todas as coisas pela vontade divina. Os preceitos e a vontade de Deus são para nós a norma e o caminho recto. Por isso, torna-se necessário renunciar ao nosso querer e aos nossos gostos, para fazermos em tudo o que Deus quer que se faça. Com fé e confiança submeter-nos-emos às ordens, desejos e circunstâncias queridas ou permitidas pela Providência, aos problemas e contrariedades da vida interior e exterior. Em todas as coisas, mesmo naquelas que são custosas e o Senhor nos envia, diremos sempre, com amor e submissão: «Faça-se!», «Como tu preferires, como tu quiseres e porque tu o queres. A tua vontade acima de tudo!»

Finalmente, é preciso amar a Deus em todas as coisas. O temor de Deus é o início da sabedoria e da vida perfeita, mas a perfeição e a plenitude residem no amor. Ele, e só Ele, é quem permite esquecermo-nos de nós mesmos e de todas as coisas que nos rodeiam, ao ponto de chegarmos a fazer e a sacrificar tudo por Deus. O amor consegue que Deus seja tudo para nós em todas as coisas, o sol à volta do qual gravitamos.

Ao amor, é-lhe dado orientar para Deus os nossos pensamentos e as nossas intenções. Ele faz que em tudo vejamos a Deus, leva-nos a encontrá-lo em toda a parte, a escutar continuamente a sua voz, a viver exclusivamente para Ele e a orientar todas as coisas de acordo com a vontade divina.

O amor faz com que as nossas inclinações e desejos sejam consagrados a Ele, que nos não liguemos desordenadamente a nenhuma criatura, que nos conservemos unidos a Ele e santifiquemos as inclinações e o amor humanos. Leva-nos a procurar sempre e antes de tudo Deus, a sua glória, e a pairar acima do amor-próprio e acima do respeito humano. Fortalece-nos para suportarmos com alma e resignação, e até para recebermos satisfeitos e agradecidos, tudo o que de penoso e de desagradável a vida nos trazer. O amor só tem uma resposta para tudo o que a vida nos dá ou nos tira: «por ti, meu Deus, por teu amor; como tu preferires e porque assim o queres».

Deus, a sua santa vontade, o seu prazer: o amor nada mais toma em consideração. Por isso, reduz enérgicamente à submissão todas as nossas inclinações, opiniões e tendências; todo o nosso modo de agir. O amor deve reinar como um soberano; é a chama que chega ao céu e que transforma em fogo tudo o que em nós possa encontrar ou atingir: a oração e o trabalho, as renúncias, os sofrimentos, os sacrifícios. Quem ama não vive nem para

o seu próprio amor, nem para uma criatura, nem para a profissão ou para o trabalho, mas vive totalmente para Deus, para a sua vontade, para o seu beneplácito. Só Deus! A tanto chega a acção transformadora do amor.

«Sabei que morrestes para o pecado, mas que estais vivos para Deus em Cristo Jesus».

É esta, pois, a nossa tarefa de todos os dias e de todos os momentos: viver para Deus, só para Deus. «Eu sou o Senhor teu Deus, não terás outro Deus além de mim» (Êx., 20, 2). Nenhum ídolo. Na vida religiosa, não pode haver meio termo: ou uma alma sente Deus como seu tudo, ou se sente ela centro do universo, astro ao redor do qual tudo se move: quem não vive para Deus, vive necessariamente para si próprio, chegando mesmo a pretender que os demais e até Deus se submetam aos seus caprichos. Ou Deus ou eu! Todas as coisas e o próprio Deus parecem existir unicamente em proveito daquele que recusa viver para Deus.

«Viver para Deus em Jesus Cristo». O próprio Deus infinito entrega-se-nos com toda a plenitude do seu ser e nos chama ao seu serviço pessoal: qualquer outra servidão é irrisória e indigna. Deste modo honra Deus o homem.

Viver para Deus, eis a verdadeira grandeza e a verdadeira dignidade do homem: dignidade que se não mede pelas acções externas, pela linhagem ou pelo título, pela categoria ou pelo cargo; nem pela auréola que rodeia cada um, pelos méritos do carácter, pelo talento ou pelo saber. Quem aspira a mais altas finalidades, esse é o maior. Quem vive totalmente para Deus e só a Ele serve, esse é o mais digno.

Viver para Deus é a única verdadeira felicidade do homem. Com sabedoria e bondade admiráveis, Deus ligou a minha pobre vida à sua; só serei feliz se viver

para Ele, se me entregar à sua vontade e se servir os seus interesses, os seus gostos, a sua glória. «Fizeste-nos, Senhor, para ti, e o nosso coração estará inquieto enquanto não descansar em ti», diz Santo Agostinho. Poucos como este santo conheceram em si próprios o significado profundo destas palavras.

Aquilo que em mim não vive para Deus, e o não serve exclusivamente a Ele; aquilo que na minha vida não vence o amor-próprio, o apego a determinada criatura ou ocupação, o temor ou o respeito humano; o que na minha vida não vence a preocupação desmedida de bem-estar material, físico ou moral: tudo isso não é mais do que vaidade, loucura, fracasso. Só o que se faz por Deus e para Ele tem valor, mesmo que custe sacrifícios e trabalho.

SEDE PERFEITOS

«Sede perfeitos como o vosso Pai celestial é perfeito» (Mat., v, 48).

Temos de partilhar a vida de Deus, mesmo na forma de seres humanos. Vemo-nos, assim, submetidos a um imperativo quase assustador: «Sede perfeitos como o vosso Pai celestial é perfeito» (Mat., 5-48). «Ouvistes o que se disse aos antigos: Não matarás; quem matar será réu de juízo. Não adulterarás. Não perjurarás. Amarás o teu próximo e aborrecerás o teu inimigo. Mas eu vos digo que todo aquele que se irrita contra o seu irmão será réu de juízo; que todo aquele que olha uma mulher, desejando-a, já adulterou com ela no seu coração; que não jureis de nenhum modo; sejam as vossas palavras: sim, sim; não, não; amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem, para que sejam filhos do vosso Pai que está no céu, o qual faz desfraldar o sol sobre os maus e sobre os bons, e provoca a chuva sobre os justos e os injustos. Sede, pois, perfeitos como o vosso Pai celestial é perfeito» (Mat., 5-21 segs.). «Porque eu sou o Senhor vosso Deus, vós vos santificareis; e sereis santos porque eu sou santo» (Lev., II, 44).

SEDE PERFEITOS

Pelo Baptismo, o cristão tem na sua alma a graça sobrenatural, a graça «santificante», que é o germen e a raiz da vida sobrenatural. Pois bem; como toda a raiz

sã, a graça santificante tende a crescer, a desenvolver-se, e por ela o baptizado está submetido à lei do crescimento e da perfeição; subtrair-se a essa lei implica parar no desenvolvimento e fenecer. E assim como são muitos os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento da vida natural, do mesmo modo um número imenso de forças e poderes inimigos achacam a vida sobrenatural na sua própria existência. Aquele que não trabalha sèriamente no progresso constante da sua vida sobrenatural, cedo ou tarde há-de sucumbir à influência dos obstáculos destruidores: porque parar é retroceder. Daqui surge o dever fundamental de todo o cristão: aspirar afincadamente à meta da perfeição e procurar ser mais perfeito em cada instante. Sòmente assim poderá conservar a vida sobrenatural e assegurar o seu florescimento.

«Sede perfeitos». O Senhor acolheu-nos com um amor inexprimível pelo baptismo na sua própria vida, para partilharmos da sua natureza (II Pedro, 1, 4). Mediante o princípio da vida sobrenatural que é a graça santificante, presenteou-nos com as três virtudes teologais: fé, esperança e caridade, como pés com que podemos enveredar para Deus, como braços para o podermos abraçar; e com as virtudes sobrenaturais, chamadas morais: prudência, justiça, fortaleza e temperança, forças por meio das quais podemos dirigir para Deus e para os seus fins o nosso contacto quotidiano com as coisas terrenas; finalmente, com os dons do Espírito Santo, que são predisposições sobrenaturais para uma vida santa e perfeita.

Enxertados pelo baptismo na vida que é Cristo, ficamos imediatamente incorporados na Igreja, tomamo-nos seus filhos. Então são nossas as Sagradas Escrituras, divinamente inspiradas, do Velho e do Novo Testamento; são nossos os santos sacramentos; é nosso Cristo na

sagrada eucaristia, vítima e alimento do espírito humano; são nossos os méritos e as virtudes, as orações e os desagravos de Cristo e dos seus santos, de todas as almas puras e enamoradas de Deus no céu e na terra.

Pelo baptismo, o próprio Deus — Pai, Filho e Espírito Santo — penetra na nossa alma para estar em redor de nós, a fim de nos atrair amorosamente ao círculo da sua vida divina, para a continuarmos misteriosamente em nós mesmos. Não devemos, não podemos chegar a ser perfeitos como o Pai celestial é perfeito?

Se o baptismo é o sacramento da regeneração, a confirmação é o sacramento do aperfeiçoamento do vigor cristão, da maturidade sobrenatural. Assim como, no dia de Pentecostes, o Espírito Santo desceu sobre os Apóstolos, assim na confirmação desce sobre nós, cristãos, e infunde-nos a força e o desejo de darmos testemunho de Cristo. Como dar testemunho de Cristo? Antes de tudo, é preciso levar uma vida morta para o pecado e para o mundo. Depois, fazer resplandecer em nós os sentimentos e as virtudes de Cristo, esforçando-nos por sermos «outro Cristo», fortes para enfrentar qualquer sacrifício, submetendo-nos a todas as fadigas e resistindo a quanto se oponha à nossa união com Deus. No sacramento da confirmação, recebemos um espírito de vigor e de fortaleza para podermos alcançar a plena maturidade da vida cristã, o cume da perfeição. Este sacramento obriga-nos, pois, dum modo especial, a empenharmo-nos firmemente na conquista da perfeição cristã.

Todos os dias somos convidados ao sacrifício da Missa, para tomarmos parte activa na sua celebração, oferecendo-nos em holocausto juntamente com Cristo. Quantas vezes celebramos com a devida disposição de ânimo, com intenção recta, o sacrifício eucarístico, ou o concelebramos com o sacerdote, compenetrarmo-nos do

sacrifício que Cristo celebrou na Cruz. Com um sim formal da vontade, unimo-nos à sua oblação, apropriamo-nos dos sublimes sentimentos e dos fins do sacrifício com que o Senhor se imola por nós.

Quando, na sagrada comunhão, o Senhor se dá como alimento, o seu espírito, a sua capacidade de sacrifício impregnam o mais profundo do nosso ser. Sentimo-nos então capazes de santificar a vida quotidiana com os seus trabalhos e lutas, sacrifícios e fadigas, em conformidade com a abnegação de Cristo e a sua disposição de entrega a Deus. Graças à virtude do sacrifício eucarístico e à participação no santo convite, o dia do cristão autêntico torna-se num ininterrupto sacrifício de devoção, acção de graças e expiação, de amorosa entrega a tudo o que Deus lhe manda fazer, suportar e sofrer de acordo com a sua santa vontade. A participação na missa oferece assim diariamente uma ocasião preciosa de penetrar cada vez mais intimamente nos divinos sentimentos de caridade e de abandono na mão do Pai, de obediência até à morte: chega a ser um dever cada vez mais grave e premente tirar da sagrada comunhão força e coragem para edificarmos interiormente uma entranhada união com o espírito e a vontade de Deus, para nos imolarmos e vivermos no amor total, indivisivelmente unidos a Cristo.

«Sede perfeitos». Antes de tudo, Deus, a sua glória e o cumprimento da sua vontade. Quem dá mais glória a Deus? Quem se abandona mais totalmente às disposições e normas da divina providência? O santo. Uma só alma perfeita dá mais glória a Deus que mil imperfeitas, porque um só acto de amor, tal como o realiza uma alma perfeita, tem mais valor diante de Deus que todos os actos de amor de tantas almas que ainda não atingiram a perfeição. A alma perfeita ocupa-se constan-

temente em tais actos de amor. Se queremos honrar a Deus de verdade e com todo o fervor, temos de procurar, por todos os meios, superar as imperfeições e caminhar para a perfeição.

«Sede perfeitos». Em segundo lugar, a salvação da nossa alma. Como a conseguiremos melhor? Trabalhando sincera e eficazmente pela perfeição; quanto mais urgência tivermos em a alcançar, tanto mais seguramente nos preservaremos do pecado, por mais insignificante que nos possa parecer. Quem luta por atingir a perfeição, sabe resistir às ocasiões e seduções do mal, pois tem diante dos olhos um ideal que o subjuga, o empurra, o esporeia constantemente, sem lhe permitir um momento de descanso: não poderá contentar-se com medianias.

«Sede perfeitos». O nosso tempo precisa de santos. Todos lamentam que a situação do mundo se tenha tornado insustentável e incurável. Quem poderá salvar o mundo de hoje? Nem a ciência, nem o trabalho, nem a indústria, nem a técnica. Só a santidade, a santidade dos cristãos. Temos necessidade urgente de cristãos perfeitos, de sacerdotes e religiosos, estudantes e empregados, operários e patrões. Quem quiser ser útil ao mundo, à Igreja, à Pátria, à humanidade, deverá começar por si mesmo, esforçando-se por enveredar pelo caminho da perfeição cristã.

A vida de hoje está descristianizada. O espírito mundano penetrou na própria Igreja, nas comunidades e paróquias, nas famílias, nas inteligências e nos corações dos homens! Nós, homens de hoje, vemo-nos interiormente divididos, como que desgarrados, perdida toda a relação íntima e profunda com Deus, inconscientes e por isso infelizes, amargurados, sem alegria verdadeira e profunda, cansados de viver, sem coragem para continuarmos vivendo.

E, sempre nova, a mesma amarga experiência: os esforços do bem são grandes, e os frutos pequenos e efêmeros. Sempre o inimigo vem de novo e semeia cizânia, e a cizânia cresce mais do que a boa semente. Na prática, só uma coisa nos pode trazer remédio: o sério anseio de sermos perfeitos, o propósito firme de agir sempre com viva e enérgica virtude cristã, numa palavra, a santidade, que, como toda a vida verdadeira, deve começar por fixar raízes no interior. Não é que se despreze o que é exterior, mas este tem de brotar do fundo da alma. O eixo da perfeição é a vida interior, o desapego íntimo das coisas do mundo, a ruptura com todo o pecado consciente, com todo o egoísmo, a renúncia a tudo o que não é Deus e que, por isso, nos dificulta a união com Ele, a ânsia de humilhação, de penitência, de expiação, o sentirmos sempre a presença divina nas coisas, a oração, o recolhimento, o amor de Deus sobre todas as coisas, a prontidão de ânimo para fazer e sofrer seja o que for, tudo suportar e oferecer como Deus manda e dispõe, como Ele o permite e ordena. É isto precisamente o que os tempos modernos esperam e exigem de nós, cristãos: uma vida de perfeição autêntica. Só nela encontraremos salvação e ajuda.

O AMOR

Somos perfeitos quando amamos. «Amarás ao Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma, com toda a tua inteligência; e ao próximo como a ti mesmo» (Mat., 22, 37-39).

O amor é a expressão mais sublime, a quantificação e o resumo da nossa capacidade. No amor sintetizamos todo o nosso ser, o nosso sentir, o nosso querer, o nosso

desejar, e entregamo-los, incondicionalmente, ao serviço do ser que amamos. O amor é o modo mais perfeito de dar glória a Deus. É pelo amor que melhor cumprimos os mandamentos divinos. Do mandamento do amor a Deus e ao próximo «derivam toda a Lei e os Profetas» (Mateus, 22-40). No amor se desdobram todos os mandamentos, mais ainda, ele é o cumprimento de todas as leis, porque, sem ele, não há cumprimento. É o eixo de todas as virtudes, é toda a virtude. Se faltar o amor, falta tudo; mas existindo ele, tudo possuímos. Dele brotam as virtudes como da sua raiz natural, estão ao seu serviço, aplanam-lhe o caminho de tal modo que a alma pode realizar ou sacrificar facilmente, com valentia e com prontidão alegres, tudo o que o amor exige.

Somos, pois, perfeitos na medida em que amamos. A quem? A Deus e ao próximo. Por isso o Senhor aponta, como distintivo dos seus discípulos, o amor ao próximo: «Por isto conhecerão todos que sois meus discípulos, se tiverdes caridade uns para com os outros» (João, 13-35). Da mesma maneira, o apóstolo João mede a autenticidade do nosso amor a Deus pelo amor que demonstramos para com o próximo: «Se alguém disser: «amo a Deus», e detestar o próximo, mente. Pois aquele que odeia o seu vizinho a quem vê, como pode amar a Deus a quem não vê? Nós temos dele este mandamento: quem ama a Deus, ame também o seu irmão» (I João, 4, 20-21). Na prática, é um único e idêntico o amor que nos leva a amar a Deus e ao nosso irmão; só o motivo é diferente: amamos a Deus por Ele mesmo, e ao próximo por amor de Deus e de Cristo.

É falsa, enganosa e daninha a ideia que muitas almas têm da perfeição! Pensam que consiste em penitências e mortificações extraordinárias, em jejuns e nos maiores sacrifícios: julgam-se perfeitos se estão isentas de luta

e de tentações, quando podem orar sem dificuldade, quando sentem fervor e consolação orando, e quando rezam como desejam. Muitos religiosos julgam-se perfeitos observando rigorosamente as regras prescritas. E quem pode negar que as mortificações, a assiduidade na oração, a fidelidade à regra, sejam coisas muito santas, sem as quais não pode haver perfeição cristã? Mas não constituem a perfeição. Não há, porventura, muitas almas, sumamente mortificadas, dadas à oração, e fiéis às suas regras, que são duras nas suas apreciações, soberbas e presunçosas, teimosas e absolutamente apegadas à sua razão, prontas a criticar e a repreender, dominadoras, pouco caritativas nos pensamentos e nas palavras, susceptíveis, ciumentas, irritáveis, caprichosas e sem o menor domínio sobre si mesmas? São, porventura, perfeitas?

Somos perfeitos na medida em que amamos. Mas possui o amor quem apenas está em estado de graça, isto é, quem observa os mandamentos de Deus, sem cometer pecados graves? É, por isso, realmente perfeito? Não; a perfeição exige mais; exclui não só os pecados graves, mas até qualquer pecado venial; empreende uma luta sem tréguas contra todas as faltas que descobre. Não tolera atitudes acomodáticas, negligências, fraquezas ou faltas de carácter, embora não possa impedir que o homem, enquanto viver na terra, seja vítima frequente de fraquezas involuntárias, ou de faltas ou mesquinhez humanas.

A perfeição corporiza-se no amor, ou seja, na realização do grande preceito: «Amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua inteligência; e ao próximo, como a ti mesmo». Quem ama qualquer coisa mais do que a Deus, ou algo de contrário ou mesmo distinto, de certo modo, de Deus, no mesmo grau que a Ele, não cumpre o preceito do amor e não trilha a senda

da perfeição. Se quer situar-se no caminho da vida perfeita, tem de cumprir em algum grau o mandamento do amor, que pode praticar-se em mil intensidades distintas.

Dentro dos limites deste grande mandamento do amor, resta ainda, para o cristão, um sem número de possibilidades de aspirar à perfeição, pois, como o amor, a perfeição admite graus incontáveis. Podemos distinguir, à primeira vista, dois traços fundamentais da perfeição cristã: o da perfeição essencial e o da perfeição em sentido próprio e restrito.

A perfeição essencial, ou seja, a perfeição em sentido lato, é aquela sem a qual ninguém pode atingir a plenitude da vida cristã, que é a glória eterna de Deus. Exige que cumpramos os mandamentos, que vivamos em estado de graça santificante, e, além disso, que façamos todo o possível por nos mantermos livres de pecados graves (com o que asseguramos o estado de graça). Se, porém, um cristão quer somente fazer ou evitar o que está estritamente ordenado, não cumprirá então o preceito de Cristo: «Sede perfeitos». Se alguém, por exemplo, pretende amar os seus semelhantes só quando tem obrigação de agir sob pena de pecado grave de omissão, em pouquíssimos casos cumprirá o preceito cristão do amor ao próximo. Quem se contenta com o estritamente obrigatório está muito longe da perfeição essencial.

A perfeição no sentido próprio é restrito ultrapassa largamente a perfeição puramente essencial. Quem é perfeito no sentido restrito do termo, evita todo o pecado e, da melhor maneira que sabe e pode, procura evitar igualmente os pecados de fraqueza. Cumpre o mais exactamente possível os mandamentos de Deus, os da Igreja e os evangélicos, e leva uma vida plena de caridade e virtudes.

Faz também aquilo que não é obrigado a fazer, aquilo que excede o mero dever; escolhe o melhor, o mais difícil, o que representa maior sacrifício, não apenas aquilo que lhe é recomendado, porque assim poderá honrar mais a Deus.

Podemos realizar aquilo que nos foi dado como obrigação mais ou menos perfeitamente; quantitativamente: podemos orar com maior frequência, dar mais esmolas; qualitativamente: podemos realizá-las com maior afã, com mais paciência, com uma intenção mais pura. É assim que podemos fazer muita coisa mais ou menos perfeitamente.

O homem perfeito fará tudo quanto lhe cabe fazer durante o dia, tanto o «obrigatório», o absolutamente necessário, como o que é apenas «aconselhado». Mas é da maior importância que canalizemos para toda a nossa actividade o princípio do amor perfeito, isto é, que todos os nossos pensamentos, actividades, vontades e sofrimentos obedeçam ou sejam aceites por amor, porque Deus assim o pretende e deseja de nós. Só o «Sim, Pai, porque assim o desejas» (Mat., II, 26), arrancado do fundo da alma, comunicará a verdadeira perfeição a toda a nossa actividade. A força do amor incita a evitar na medida do possível os erros e defeitos da natureza humana, embora, pobres seres fracos que somos, nunca os consigamos eliminar por completo. Deus só à Virgem Maria concedeu o privilégio de não ter o menor pecado ou imperfeição.

A perfeição cristã, no seu mais profundo sentido, reside no preceito do amor, quer dizer, na realização integral do «primeiro mandamento»; por isso cabe a todo o cristão procurar a perfeição. E o mandamento do amor não só fica comprometido pelo pecado, mas até quando não se faz e se sofre tudo por intenção e honra de Deus. «Quer comais ou bebais, fazei tudo para glória de Deus!» (I Cor., 10, 31).

Por isso todo o cristão é chamado à vida perfeita, embora nem todos estejam chamados a alcançar uma perfeição do mesmo grau, já que ela depende das tendências, das condições e da medida da graça de Deus. Seria um grande erro e um grande mal convencer-mos precipitadamente de que não fomos chamados à vida perfeita, ou de que a devida perfeição é coisa para poucos, para os sacerdotes e religiosos. Quem pensar assim não corresponde às intenções de Deus.

Esforcemo-nos, portanto, muito sèriamente, por alcançar a perfeição no sentido próprio e restrito da palavra. Estejamos convencidos de que é nosso santo dever e nosso verdadeiro interesse esforçarmo-nos, diária e constantemente, por conseguir alcançar a meta. Devemos murmurar com o Apóstolo: «O amor de Cristo apressa-nos!» (II Cor., 5, 14).

A PURIFICAÇÃO DO CORAÇÃO

«Bem-aventurados os puros de coração»
(Mat., v, 8).

Uma vida desligada do puramente terreno, de tudo o que é simples vaidade, inteiramente dedicada a Deus e à sua glória, ao cumprimento da sua santa vontade, ao gozo do seu puro amor: eis o fim a que estamos destinados. Mas, qual o caminho que nos conduz a ele? É o problema de que agora nos vamos ocupar.

É tradição, desde há muitos séculos, distinguir três caminhos, ou três «vias», na vida espiritual:

- 1 — a via purgativa ou dos principiantes,
- 2 — a via iluminativa ou dos que progredem,
- 3 — a via unitiva ou dos perfeitos.

Daqui se vê, pois, que os cumes da perfeição se apoiam em dois degraus, que devemos subir antes de podermos alcançar o amor perfeito. Isto não quer dizer que estes dois degraus preliminares sejam na prática destrincáveis entre si ou da via unitiva, nem que nesta não seja já necessário o trabalho de purificação do coração e de constante vigilância, para nos preservarmos de todo o pecado ou defeito, nem que sejam supérfluos os anseios da via iluminativa e o esforço constante para a obtenção e o aumento das virtudes. Estas vias de purificação, iluminação e união relacionam-se mutuamente, interpenetram-se; estão estreitamente vinculadas entre si: iniciados na vida purgativa, ingressamos também na via iluminativa e unitiva;

assim como a via iluminativa, com os seus propósitos de aquisição e incremento das virtudes, continua sempre condicionada pelo trabalho de purificação do coração.

Dirijamos antes de tudo a atenção para a via purgativa. «Bem-aventurados os puros de coração».

OS PORQUÊS DA PURIFICAÇÃO DO CORAÇÃO

Temos de viver a vida de Deus em Cristo Jesus. Sendo Ele a «verdadeira vida», quer e deve continuar em nós a sua vida: este é o sentido profundo da nossa vocação de cristãos. Repete São Paulo mais de cento e cinquenta vezes, nas suas Epístolas: «Vivemos em Cristo Jesus», estamos vitalmente unidos a Ele como o sarmento está unido à cepa, como a mão ao braço, e este ao corpo e à alma, que o vivifica. Jesus Cristo quer «reviver» em nós, quer repetir em nós, o mais fiel e perfeitamente possível, a vida que viveu na terra para glória do Pai e para salvação da alma humana.

Cristo porém, tem uma vida da mais delicada pureza. O seu entendimento e a sua vontade são puros, puras as suas intenções e os objectivos das suas acções, puro o seu coração, isento de qualquer movimento de aversão ou de qualquer inclinação que não seja perfeita. Cristo está acima de toda a sombra de sensualidade, de todo o movimento de orgulho, de toda a forma de egoísmo. Vive em nós, seus membros, como quem é, divinamente puro, e anseia ardentemente cumular-nos da sua pureza para vencermos tudo o que em nós resta de carnal. Para tanto proporciona-nos o seu exemplo, para tanto comunica-nos a sua força: com a força de

A PURIFICAÇÃO DO CORAÇÃO

Cristo podemos «purificar-nos de toda a imundície da carne e do espírito, aperfeiçoando a nossa santificação no temor de Deus» (II Cor., 7, 1).

O pecado original existe. Dele brota a perversidade do coração humano. Por causa dele ficou obscurecida a nossa inteligência: não conhecemos a Deus nem nos conhecemos a nós próprios; ignoramos tanto a origem como o fim da nossa vida. Não sabemos em que consiste a felicidade verdadeira, nem que fazer para a alcançarmos. Somos cegos e ignoramos que o somos; melhor, julgamos que vemos, e não vemos nada. A vontade humana, recta na sua origem, torceu-se sob os efeitos do pecado original: o coração humano, que, de início, se inclinava naturalmente para o amor de Deus sobre todas as coisas, depois do pecado fechou-se sobre si mesmo. Se amamos, é egoistamente; buscamos sempre o proveito próprio. Neste objectivo, afadigamo-nos, desde a meninice, atrás das coisas terrenas e as necessidades naturais e o impulso de as satisfazer escravizam-nos e sujeitam-nos às suas ordens. Do pecado original procede a concupiscência, fonte de quase todos os pecados, obstáculo para o amor e a prática do bem; vemos o bem, estimamo-lo, deseamo-lo até, mas agimos mal. Não somos como devemos ser; vicejam em nós tantos instintos que não deveríamos tolerar!

Sendo assim, que recurso temos? Purificar do mal o nosso coração, libertá-lo diariamente dos impulsos e das tendências desordenadas, das paixões da sensualidade e do orgulho, da perniciosa afeição ao critério próprio, aos desejos próprios, à vontade própria, ao louco amor-próprio.

O problema do progresso interior, da ascensão às cumiadas da vida cristã, da vida com Deus e para Ele, reduz-se necessariamente ao problema da purificação do coração.

Tornaremos possível a expansão da graça em nós na medida em que trabalharmos na purificação do nosso coração. Tiraremos proveito da comunhão, da oração e da vida de piedade, na medida em que formos puros de coração, livres do pecado, da escravidão, do orgulho, do amor-próprio, do egoísmo em todas as suas manifestações mais ou menos claras, e nas suas facetas mais ou menos subltis.

A purificação de nós próprios é o primeiro passo para a obtenção e o aumento da graça. Se o nosso esforço espiritual não produz quanto devia, se a nossa participação nos sacramentos e a nossa oração não são de todo frutuosas, há que procurar, antes de tudo, a causa, na insuficiente purificação do coração.

O trabalho de purificação do coração é sempre e em todo o lado a tarefa fundamental. A via purgativa, antes de tudo; quem a abandona, pretendendo atingir a via iluminativa por um caminho diverso e mais cómodo, engana-se. Quem quer subir uma escada, deve começar pelo degrau inferior, já que, sem começar, não pode haver nem progresso nem perfeição. Combater primeiro os erros, purificar a natureza inclinada para o mal, arrancar a cizânia da alma, eliminar, dia após dia, hora após hora, os obstáculos ao nosso avanço; nisto consiste a purificação do coração. É esse o primeiro passo, o mais necessário, o único que faz adivinhar a vitória.

Talvez pareça mais atractiva a máxima moderna: «A natureza é boa em si, e é preciso deixá-la agir, deixar que se desenvolvam os seus germes, incluindo a cizânia». Mas, eis o que rezam as palavras do profeta: «Ó meu povo, os que te guiam e te chamam feliz são os que te desencaminham» (Is., 3, 12, 9, 16). Na verdade, um só caminho conduz à vitória: a purificação do coração; não será suficiente para nos conduzir à perfeição, mas é necessária.

A PURIFICAÇÃO DO CORAÇÃO

O CAMINHO DA PURIFICAÇÃO DO CORAÇÃO

«Cria em mim um coração puro»
(Salmo L, 12).

A obra de purificação do mal anteriormente cometido e de preservação de todo o pecado e das imperfeições, é essencialmente obra de Deus. Mas também depende de nós.

Em primeiro lugar, naturalmente, devemos proceder à purificação de todo o pecado venial, de todas as faltas ou infidelidades deliberadas, de toda a perda de tempo culpável, de toda a negligência consciente, das distrações ou entretenimentos desordenados. Desgraçadamente, é um facto que diariamente pecamos, e, assim, devemos arrepender-nos e pedir perdão a Deus diariamente. Temos sempre motivo para orar: «Pai nosso, perdoai-nos as nossas ofensas» e para todos os dias confessarmos com humildade no «Confiteor» da missa: «pequei por pensamentos, palavras e obras, por minha culpa, por minha máxima culpa».

Em segundo lugar, importa purificarmo-nos dos maus costumes inatos em nós mesmos, da tendência de prosseguirmos sempre e antes de tudo os interesses próprios, a comodidade, o proveito pessoal e a satisfação dos desejos egoístas. Primeiro nós, depois o Senhor! Esta é a chaga aberta em carne viva, o foco da enfermidade, o veneno que intoxica o sangue: sonhamos, primeiro que tudo, com o nosso próprio engrandecimento; somos uns egoístas sob o disfarce da piedade; somos uns iludidos, porque desconhecemos o âmago da nossa alma. Estas profundidades íntimas do nosso coração, cegam-nos e são, em noventa por cento dos casos, a razão de a nossa piedade não ser mais do que um verniz e não um sentimento autêntico e firme.

Outro mau costume é raciocinar e julgar em termos excessivamente humanos e agir por motivos meramente naturais. Alegamos que assim é mais racional, mais fácil, mais prudente, mais sã, mais lucrativo, mais honroso; que causamos melhor impressão nos outros; que conquistamos mais estima e influência; que é mais meritório para o céu, etc. Desgraçadamente, é um hábito que adquirimos desde a infância.

Costume muito nocivo é ainda o de nos entregarmos a pensamentos inúteis, absurdos e vãos, arquitetar planos para o futuro, criar preocupações supérfluas e exageradas a respeito do porvir. Há preocupações justíssimas, e Deus aprova-as, sempre que se conservem dentro de limites razoáveis. Mas somos tão pouco razoáveis! Assim é o homem: preocupa-se mais frequentemente com as coisas que lhe não interessam do que com as que mais lhe importam. Diante destas, sente-se impotente. Mas não quer reconhecer a sua própria incapacidade: imagina que é e pode alguma coisa, preocupando-se com dominar o futuro e com subtrair-se a esta ou àquela vicissitude. O seu orgulho impede-o de reconhecer a sua impotência. Muito menos quer abandonar-se à Providência divina, na obscuridade da fé.

Quer ver claro, pôr os pontos nos «is», recusa confiar em Deus, o qual, na sua misericordiosa bondade, nos perdoou e apagou todas as nossas culpas. Quer fazer tudo somente por si próprio, confiar nas suas próprias forças, e não nas de Deus.

A tendência para nos concentrarmos em nós mesmos pode ser mórbida em alguns casos, mas quantas vezes não é senão o fruto do orgulho e de uma confiança excessiva! Quanto não devemos trabalhar para nos libertarmos dos pensamentos e cuidados inúteis!

É um trabalho pesado livrarmo-nos de hábitos desordenados, sejam pessoas, trabalhos, gostos, coisas do corpo

A PURIFICAÇÃO DO CORAÇÃO

e da saúde, sejam opiniões formadas, vontades, honras, louvores, reconhecimentos, sejam certos divertimentos, leituras, entretenimentos... São precisos grandes esforços e muitas vitórias sobre nós mesmos para nos livrarmos de tais inclinações e laços, tanto mais que somos obrigados a viver com as pessoas, com o trabalho, com as mil e uma coisas do dia-a-dia.

Outra tarefa, por fim, a iniciar, é o domínio das paixões. Temos paixões. São próprias do homem saudável, são uma ajuda necessária à sua vida, desde que se deixem guiar e dominar pelo espírito e por uma vontade superior. Há as poderosas paixões do orgulho, da ira, da sensualidade, com as suas numerosas ramificações de inveja, ciúme, sensibilidade, desejo de vingança, preguiça, comodismo, ambição e volúpia — em muitas exteriorizações do amor-próprio desordenado. É precisa uma vigilância constante e uma consciente abdicação de nós mesmos para dominarmos convenientemente as paixões e canalizá-las no sentido do bem.

Portanto, o primeiro e mais decisivo passo na vida religiosa cristã é a purificação do coração: para nos livrarmos do pecado, dos hábitos desordenados, das más inclinações e ambições, e do domínio das paixões.

Este é o grande trabalho da nossa vida, trabalho que teremos que realizar se quisermos ser de facto cristãos perfeitos. Este trabalho exige de nós uma petição constante de luz e força do alto. Exige também um constante e sério autodomínio e abdicação de si próprio. Exige de nós que nos esforcemos por nos tornarmos mais pacientes, mais humildes, com menos necessidades, a fim de que recebamos mais do santo amor. Quanto mais amarmos a Deus, e por amor de Deus o nosso semelhante, tanto mais seguramente venceremos o pecado e todos os males,

e receberemos, principalmente, o poder de dominarmos o amor-próprio desordenado.

Conseguiremos realizar este trabalho em nós? Só por nós próprios, com certeza que não! Mas se cumprirmos o que nos compete, então Deus completará em nós o seu trabalho de purificação. «Cada sarmento», diz Cristo, «que em Mim produzir fruto, será purificado por Ele (o Pai), para que dê ainda mais fruto» (João, 15, 1). O Pai sabe com que meios há-de trabalhar em nós, e de que modo terá que nos guiar e conduzir, para nos libertar dos nossos pecados e defeitos. E assim nos lançamos com todo o afã ao trabalho que nos foi indicado, à chamada «purificação activa», com uma fé inquebrantável na graça e na acção divinas em nós. O próprio Deus tem todo o interesse em que alcancemos a pureza e a liberdade interiores, para assim afastarmos os escolhos que se opõem ao fluxo de maiores e mais ricas graças. Confiamos no poder do ilimitado amor com que Deus nos ama. Acreditamos na força do Senhor Jesus Cristo que age em nós, que nos introduz na sua pura e santa vida, para que compartilhemos da sua absoluta pureza, testemunhando assim a sua existência e santidade.

O P E C A D O

«Reconheço as minhas culpas, e o meu pecado está sempre diante de mim» (Salmo 50, 7).

«Para isto nos escolheu Ele antes da constituição do mundo: para que fôssemos puros e imaculados diante da sua presença» (Efés., 1, 4), mediante a posse da vida divina e a participação na mesma.

Cada dia deveríamos agradecer de novo esta vida divina, possuí-la e vivê-la com mais perfeição até que a possamos viver mais tarde, com perfeição absoluta, na visão beatífica de Deus: ali «seremos semelhantes a Ele, porque o veremos tal qual é. E quem tiver esperança n'Ele, santifica-se como Ele é Santo» (1 João, 3, 2-3).

Reflectiu-se na nossa alma esta luz pela primeira vez no baptismo. Depois de nos baptizarmos, ao impor-nos a veste branca, símbolo da graça que nos foi conferida, disse-nos a Igreja: «Recebe esta veste branca e conserva-a imaculada até ao trono do juiz divino».

Consideremos, pois, o dom divino que recebemos no baptismo, e examinemos até que ponto conservamos limpo através da vida o imaculado véu baptismal.

A REALIDADE DO PECADO

Deveríamos conservar através da vida a veste branca da graça, o trajo brilhante da adopção divina. Foi o que fizemos durante alguns anos: os anos da meninice. Mas

mal chegámos à idade em que podíamos conhecer e discernir o bem do mal, insinou-se o pecado no paraíso do nosso coração jovem, e pecámos: pecados leves, pecados maiores, pecados graves: pecámos muito.

Sobram-nos motivos para orar incessantemente: «Perdoai-nos as nossas ofensas», *miserere mei Deus*, «compadece-te de mim, ó Deus; segundo a tua piedade, segundo a magnitude da tua misericórdia, apaga a minha iniquidade. Contra ti, só contra ti, pequei, fiz o mal diante dos teus olhos» (Sal. 50, 3-6). Temos sido o filho pródigo que abandonou a casa paterna para ir a um país estranho: «Depois de ter gasto tudo, sobreveio uma grande fome naquela terra e começou a sentir necessidade. Voltando a si, disse: levantar-me-ei, irei ter com meu pai e dir-lhe-ei: Pai, pequei contra o céu e contra ti» (Luc., 15, 13-19).

E tudo isto, apesar dos meios incomensuráveis que temos tido ao nosso alcance para conservarmos intacta a veste baptismal; apesar dos ensinamentos recebidos através da vida, apesar das numerosas inspirações, das admoestações e exercícios espirituais, confissões e bons propósitos; apesar da participação, talvez diária, no santo sacrifício e na comunhão.

«Pai, pequei contra o céu e contra ti»: «Compadece-te de mim, ó Deus; segundo a tua piedade e segundo a magnitude da tua misericórdia, apaga a minha iniquidade. Lava-me dela cada vez mais e limpa-me do meu pecado. Pois reconheço a minha culpa, e o meu pecado está sempre diante de mim. Contra ti só, contra ti pequei e fiz o mal diante dos teus olhos. Asperge-me com o hissopo e serei limpo; lava-me e ficarei mais branco do que a neve» (Sal. 50, 3-6-9).

Assim como o caminhante que percorre veredas abertas não pode evitar que se lhe prenda o pó nas

sandálias, assim diàriamente se deposita na nossa alma o pó do pecado. «Nada há de que me possa gloriar; antes, há muitas coisas por causa das quais me devo prostrar em terra, porque sou fraco e inconstante». (Imit. de Cristo).

O ALCANCE DO PECADO

Para saber valorizar verdadeiramente o pecado, devemos primeiro tentar compreender quem é Deus, já que o pecado é a negação de Deus: um atentado contra a sua própria essência, contra o seu amor e santidade, uma violação dos seus supremos e inalienáveis direitos. O pecado afasta-nos de Deus, que é a vida, e projecta-nos num abismo de humilhação tanto mais profundo e de miséria tanto mais íntima quanto mais sublime, grande e elevada é a nossa vocação de partilhar com Deus a sua vida.

O pecado dirige-se em primeiro lugar, contra Deus: é uma ofensa ao Senhor — «Eu sou o Senhor, teu Deus» — a quem devemos referir todas as coisas e servir exclusivamente e sempre.

Que fazemos ao pecar? Na realidade, apreciamos as coisas conforme servem ou não para a satisfação das nossas paixões, especialmente do orgulho e da sensualidade. As forças físicas e morais foram-nos dadas para vivermos só para Deus e para a sua glória, e nós, ao contrário, pomo-las ao serviço dos nossos objectivos pessoais, contrariando a vontade e os preceitos divinos. Referimos as coisas a nós e não a Deus, e fazemo-las escravas das nossas ambições; procuramos a nossa glória e a nossa vontade em vez da d'Ele. Preferimo-nos a Deus, colocamo-nos acima d'Ele: primeiro nós, depois Deus. Pomos junto a Deus,

mesmo acima de Deus, um ídolo: o ídolo do nosso eu, do dinheiro, dos interesses, do trabalho, da honra: o ídolo de um prazer, duma amizade, dum gozo vão. Preferimos uma criatura ao Criador, consideramo-la praticamente acima dele: «tu és o meu tudo, tu és o meu deus, eu vivo para ti». «O meu povo trocou a sua glória por um ídolo. Pasmai, ó céus, com isto, e horrorizai-vos, diz o Senhor» (Jer., 2, 10-12).

O pecado é desobediência a Deus, violação consciente dos seus preceitos. «Eu sou o Senhor, teu Deus». Ele tem o direito de mandar, e as suas prescrições são lei. Ao pecar, retiramos a Deus a obediência devida, menosprezamos a vontade e a lei do Altíssimo, pisamos os seus mandamentos e queremos seguir o nosso próprio caminho. «Não te servirei» (Jer., 2, 20).

O pecado é ingratidão. Com o seu amor misericordioso, livrou-nos Deus da condenação eterna, adoptou-nos como seus filhos muito amados em Jesus Cristo, e derramou boas sementes no prado da nossa alma. E nós pecámos. Não disfrutámos dos nossos dons naturais e sobrenaturais, dos dons da fé, dos sacramentos, próprios do estado de cristãos. Antes abusámos deles. Servimo-nos das forças do espírito e do corpo, da saúde dos membros e dos sentidos, não para dar glória a Deus e para cumprir em tudo a sua vontade, vivendo só para Ele, mas para o enfrentarmos e ultrajá-lo. «Que mais podia eu fazer pela vinha que não tivesse feito? Como, esperando eu que desse uvas, deu abrolhos?» (Is., 5, 4).

O pecado é dirigido contra Cristo, Senhor e Salvador. Para nos arrebatara do pecado e da miséria, baixou à terra o Filho de Deus, que veio para «salvar o que estava perdido» (Mat., 18, 11). Como nos ama, quanto sacrifício desde o presépio até à Cruz! Por nós, por cada um de nós, sofreu tudo isso, somente para obter a graça da adopção

divina e as incontáveis graças de que vamos precisar. Nós, em recompensa, pecámos e desprezámos todos os seus sacrifícios. E a dor mais aguda da agonia em Getsemani foi esta: Ele previu, com clarividência divina, a ingratidão com que lhe iríamos corresponder: «Meu povo, que mal te fiz eu, em que te desgostei? Responde-me. Porque te libertei da escravidão do Egipto, ofereciste-me uma cruz; porque te conduzi através do deserto, alimentando-te com o maná celestial (dando-te uma pátria onde corre o leite e o mel) preparaste a cruz para o teu Salvador? Eu te cumulei com o meu poder, e tu, em recompensa, cravaste-me na cruz. Meu povo, que te fiz eu, em que te desgostei? Responde-me! (*Impropérios de Sexta-Feira Santa*). Que podemos responder senão isto: Sim, pagámos o teu amor, não com uma correspondência fiel, mas com vil ingratidão!? E a ingratidão dói tanto!

É o pecado o que esteriliza em nós a obra da redenção, o que impede que cresça e prospere na alma a boa semente das inspirações e dos estímulos da graça: tanto o pecado grave como o venial. É verdade que, enquanto cometermos somente pecados veniais, estamos em graça de Deus, e seguimos pelo recto caminho, mas as pequenas infidelidades e as numerosas faltas impedem-nos de andar com desembaraço: a vida interior não prospera, as graças não produzem os efeitos desejados.

É que pomos obstáculos insuperáveis à obra de redenção e santificação que o Senhor quer consumir em nós, com a sua acção e os seus sacramentos; somos o terreno pedregoso em que a boa semente da graça não pode fixar as suas raízes. E assim esterilizamos a obra da redenção em nós e nos outros.

O pecado prejudica-nos também a nós próprios, é a maior desgraça que nos pode suceder. Podendo conviver com Deus, ao cometer um pecado grave deixamos de

alimentar semelhante vida. Das alturas da posse de Deus, precipitamo-nos no abismo do seu afastamento. E, no que nos toca, separamo-nos, excluímos-nos da vida divina: já não somos filhos de Deus, somos filhos da ira; já não somos sarmentos vivos da vida que é Cristo, mas sarmentos secos.

E só faltará que a morte corte a última fibra que nos mantém ainda unidos à vida, para cairmos para toda a eternidade nas trevas onde haverá «choro e ranger de dentes». Deus, que tanto nos amou em Cristo, tem de nos expulsar para sempre do seu seio, e, perdido Deus, tudo está perdido. O pecado traz consigo o seu castigo: esse remorso atormentador que persegue, dia e noite, o pecador, sempre a reprimenda causticante e a angustiosa pergunta: «como acabará tudo isto»? Se o infeliz não volta ao Pai, a sua desgraça torna-se ainda maior, com a subversão da consciência, a cegueira da razão, o relaxamento da vontade, o endurecimento do coração, o enfraquecimento inesperado do carácter, a perversão da natureza, e, em consequência, o medo da morte. Estes são os caminhos do pecado, cá na terra; se a graça de Deus não inter-vém, misericordiosa, levam inevitavelmente à exclusão definitiva da vida divina e da visão de Deus: o inferno — eterno afastamento de Deus, afastamento de todo o bem; afastamento de toda a felicidade e de toda a alegria. Só infelicidade, ódio e amargor por toda a eternidade.

O pecado repercute também na vida da comunidade: na família, na paróquia, na Igreja, na humanidade. Todo o pecado é um mal para a comunidade: se um membro está doente, todo o organismo se ressen-te; se um sarmento é estéril, já a vide não dá todos os seus frutos. Ninguém vive isolado, ninguém vive só para si, ninguém,

pecando, se prejudica só a si; isto sem falarmos do escândalo que ordinariamente anda unido a todo o pecado.

Esta é a concepção cristã e católica do pecado: só se compreende por referência a Deus. Nos tempos modernos, posta de parte a questão da existência de Deus, sentiu-se a necessidade de se negar também o pecado e de explicar o sentimento de culpa no homem através do próprio homem, atribuindo-lhe um carácter pedagógico e psicológico, a sua origem num desvio do espírito e da consciência. Sim, há quem afirme que o pecado pertence ao homem, que é um sinal da sua força e da sua grandeza espiritual.

Nós, porém, reconhecemos o pecado como rebelião contra Deus e contra Cristo, o Salvador, e consideramo-lo como a grande, na verdade, a única desgraça do homem e da humanidade por todo o tempo e por toda a eternidade. Dizemos, como nos Salmos: «Reconheço a minha culpa, e tenho o meu pecado sempre diante dos olhos». Arrependemo-nos do mal que fizemos. Voltamos com o filho pródigo para junto do Pai e esperamos que Ele nos receba com a mesma vondade, amor e graça com que recebeu o filho «que estava morto e voltou à vida, que estava perdido e foi de novo encontrado» (Luc., 15, 18-32). Oramos pelos muitos que caminham pela senda do pecado, e fazemos penitência por eles, para que Deus se compadeça deles e lhes dê a luz e a força necessárias para romperem com a vida passada.

O PECADO VENIAL

«Quem nasceu de Deus não peca»
(I João, 3, 9).

Tratando-se de partilhar a vida de Deus, impõe-se em primeiro lugar a purificação de todo o pecado, não somente do mortal, mas também do venial. Este, como o mortal, é uma afeição desordenada a uma criatura, embora, ao contrário do que se passa com aquele, não interrompa o caminho que conduz a Deus. Mas a nossa participação na vida de Deus, o nosso «ser em Jesus Cristo», perde força e vigor. Situamo-nos, para o tempo e para a eternidade, num grau inferior àquele que Deus, no seu amor infinito, tinha previsto para nós.

O pecado venial pode chamar-se, com toda a propriedade, o pecado das almas piedosas, vivam elas no mundo ou no claustro. Almas a quem horroriza o pecado mortal (o qual é para elas, por isso, menos perigoso) mas que, amiúde, julgam o pecado venial insignificante e desprezível. Não o valorizando devidamente, não nutrem por ele o horror que merece.

E contudo, da atitude que se adopte com respeito ao pecado venial, depende precisamente o desenvolvimento ou o retrocesso de toda a vida interior. Enquanto considerarmos o pecado venial como coisa de pouca monta, enquanto nos deixar indiferentes, é inconcebível uma verdadeira participação da vida divina, é impossível uma vida de caridade perfeita. «Quem despreza o pouco, pouco a pouco se precipitará no abismo» (Ecles., 19, 1). «Quem é fiel no pouco, é fiel no muito» (Luc., 16, 10).

FORMAS DO PECADO VENIAL

Há um primeiro género de pecado venial que é o deliberado; é o que se comete quando pensamos: «é só pecado venial».

O pecado venial deliberado é uma transgressão consciente de um preceito divino, cometida com pleno consentimento da vontade, em matéria, como sói dizer-se, não grave; por exemplo, uma pequena mentira, uma pequena falta de caridade ou da obediência que devemos aos pais e superiores. Embora se não trate dum afastamento completo de Deus, já que prosseguimos no caminho recto, o certo é que à vontade reconhecida do nosso Deus, contrapomos a nossa. Valorizamos um prazer qualquer, uma satisfação ou uma coisa terrena acima da vontade e das indicações de Deus. Rejeitamos assim uma inspiração, um convite da graça: se correspondêssemos a esta, Deus dar-nos-ia outras ainda maiores e um aumento de caridade e de felicidade eternas. Assim, perdemos semelhante direito: eis o fruto do pecado venial deliberado.

Já não será de estranhar que a partir de então, Deus se mostre mais reservado nos seus dons e que, por conseguinte, sem eles, cometamos infidelidades ainda mais frequentes e que a nossa vontade tenda a ceder, se nos ofusque o juízo, mingúe a fé, revivam as tendências naturais, diminua o fervor. Iremos perdendo de vista, e, progressivamente, a ideia do amor de Deus, sentiremos fadiga e cansaço, até que, finalmente, nos abandonarão a coragem e a alegria.

A nossa miséria reside no pecado venial habitual. Muitas almas piedosas andam num contínuo mau humor, enfermam de pouco cuidado nos pormenores, são impacientes

ou pouco caritativas nos seus pensamentos, juízos e palavras, falsas nas suas conversas e atitudes, lentas e relaxadas na sua piedade, não se dominam a si mesmas, são frívolas na linguagem, tratam com ligeireza a boa fama do próximo. Conhecem os seus defeitos e infidelidades, talvez se acusem deles na confissão, mas não se arrependem seriamente de os ter cometido, nem empregam os meios com que os poderiam evitar. Não compreendem que cada uma destas imperfeições é um peso de chumbo que as arrasta para baixo, não reparam que estão começando a pensar duma maneira puramente humana, a agir unicamente por razões naturais, nem que resistem habitualmente às inspirações da graça ou que abusam dela. A alma perde assim o esplendor da sua beleza, e Deus vai-se isolando cada vez mais. Pouco a pouco, a alma perde os seus pontos de contacto com Ele: já não vê nele o Pai amoroso e amado a quem se entregava com ternura filial; algo se interpôs entre os dois.

E tem que ser assim, porque o pecado venial faz com que nos comportemos continuamente com Deus de um modo mesquinho e até grosseiro: escolhemos o que Ele despreza e aborrece, expomo-nos a um perigo consciente de nos vermos separados completamente d'Ele. Esta atitude priva-nos das ajudas da graça e vai-nos mergulhando num estado de fraqueza, indiferença e tibieza, ao mesmo tempo que aumenta a nossa satisfação, orgulho e cegueira. A ruína das almas radica-se no pecado venial frequente, habitual, é o que nos ensinam a experiência e a história de tantas almas.

Algo de muito diferente se passa com os chamados pecados veniais semidelibrados. Muitas almas têm tal horror ao pecado deliberado que são, por assim dizer incapazes de cometer qualquer pecado, por pequeno que

seja, com plena consciência; no entanto, têm que se repreender, todos os dias, por certas faltas que as humilham e oprimem e que, ao mesmo tempo, irritam o próximo, não obstante os esforços mais sinceros e os melhores propósitos. Não se trata de pecados veniais deliberados, mas dos semidelibrados ou pecados de fragilidade (em sentido lato).

Podemos agrupá-los em três categorias:

Os pecados por precipitação, cometidos por irreflexão momentânea, por ligeireza de carácter ou por falta de senso: a decisão e a acção constituem um só acto, e, portanto, não houve tempo para consciencializar a peccaminosidade do acto.

Os pecados por surpresa: uma excitação nervosa, uma situação comprometedora, um apuro, uma surpresa fazem com que decidamos e actuemos dum modo diverso do que quereríamos. Sucumbimos à pressão das circunstâncias: cometemos uma falta, mas sem advertência total nem um consentimento perfeitamente livre da vontade.

Os pecados por fragilidade (em sentido estrito) ou seja, por excitações nervosas contra a paciência, contra a caridade, contra a mansidão, os quais, mesmo quando os descobrimos, não são objecto de uma opposição incondicional da nossa parte. Depois da falta, temos a impressão clara e penosa de não havermos sido suficientemente generosos nem de nos termos dominado bastante, se bem que não sejamos capazes de precisar qual foi o papel exacto da vontade livre na falta.

Estas faltas semidelibradas são também pecados, e, portanto, devemos fomentar durante toda a vida um profundo horror por elas, e esforçarmo-nos por evitá-las. Porém, não deixaremos de notar que as não podemos evitar de todo: enquanto vivermos na terra, ninguém pode evitar todos os pecados semidelibrados. O que,

pois, havemos de tentar, não é a sua eliminação definitiva, mas a sua redução a um mínimo.

Seja o nosso programa: nunca um pecado consciente e deliberado; e, ao mesmo tempo, o menor número possível de faltas ou imperfeições.

COMO COMBATER EFICAZMENTE O PECADO VENIAL

Pergunta de importância vital, porque tudo depende do modo de procedermos em face do pecado venial. Devemos eliminar a todo o custo da vida o pecado venial deliberado, tanto o acidental como o habitual. Enquanto não tivermos este propósito firme, será impossível a caridade perfeita, a perfeita união com Deus, a vida para e com Ele. O pecado semidelibrado já é outra coisa, porque pressupõe um horror profundo a toda a infidelidade consciente, a toda a transgressão dum mandamento de Deus e, apenas cometido e reconhecido, provoca um arrependimento sincero.

Humilha-nos o termos falado e agido irreflectidamente, o termos tomado determinada decisão num momento de compromisso, o termos sido presas fáceis da irritação e do nervosismo; e voltamo-nos imediatamente para Deus para lhe pedirmos perdão, renovamos o propósito de nos mantermos mais vigilantes e sermos mais generosos para o futuro, e pedimos-lhe a graça de não cair outra vez. Numa palavra, estes pecados semidelibrados servem para nos conhecermos melhor, para nos humilharmos e recorreremos a Deus, nosso único Salvador, e formularmos um acto de contrição, renovando a decisão de nos opormos ao mal. Por isso, semelhantes faltas não são para nós um obstáculo ou um mal, antes pelo con-

trário, constituem um meio mais eficaz de santificação, um caminho para Deus, uma graça. Não obstante, devemos fazer o possível por reduzir consideravelmente a sua frequência.

Que meios devemos utilizar nesta luta?

Em primeiro lugar, a oração. Não nos bastam o desejo e o esforço humanos. «Deus é quem produz em nós o querer e o agir, segundo o seu beneplácito» (Fil., 2, 13). O próprio desejo de não pecar já não é obra nossa, desperta-o em nós a graça divina (Conc. de Orange, ano 529 can. 4). Para compreendermos bem o que é e o que representa para nós o pecado venial, é preciso que nos ilumine a graça de Deus. E há-de ser também a graça divina que nos dará o vigor e a fortaleza para emprendermos a luta contra este pecado nas suas formas mais variadas, e para nos mantermos, dia após dia, durante toda a vida, com fervor e fidelidade invioláveis. Deus dá a graça a quem a pede: «pedi e recebereis» (Luc., 19, 9).

Em segundo lugar, temos de adquirir uma noção clara a respeito do que chamamos «coisas pequenas», as normas de vida, as prescrições, os deveres etc. Na prática, para nós não pode haver coisas pequenas. Em cada uma das obrigações, em cada imposição desejo, ou ordem dos superiores legítimos, em cada acontecimento do dia, seja bom ou mau, o olhar da fé descobre Deus: a sua Providência, a sua tolerância ou a sua ordem, a sua vontade, o seu beneplácito. Se vivermos da fé, mesmo as coisas que, humanamente falando, são insignificantes, serão para nós grandes, santas e dignas de consideração. Descobriremos nelas a santa vontade de Deus, o próprio Deus, e assim, ser-nos-á fácil preservarmo-nos de qualquer infidelidade ou negligência.

A justa apreciação do pecado venial, especialmente do deliberado, é da máxima importância. Tendemos a considerá-lo insignificante, mas esta ilusão é o princípio do fim. Deve subsistir em nós a profunda convicção de que é uma ofensa a Deus, algo que Ele aborrece com todo o poder da sua santidade, uma desobediência às suas leis, uma ingratidão para quem nos ama infinitamente e nos concede tudo o que possuímos. Depois do pecado grave, o pecado venial é a nossa maior desgraça, pior que a morte corporal, que a perda dos bens ou da amizade e benevolência dos homens. Se bem que, na realidade, nos não separe de Deus, pois não nos priva de sermos habitados por Deus, nem nos tira a vida divina e a dignidade de filhos de Deus, priva-nos imediatamente de numerosas graças e impede a expansão da vida divina em nós, o aumento da graça santificante e das virtudes sobrenaturais, dificulta a acção da graça, repele-a e estiola-a de tal modo que não pode desenvolver-se onde cresce semelhante planta venenosa: ela envenena o terreno e contamina a atmosfera. Se não tivermos uma ideia clara do que é o pecado venial e do que representa aos olhos de Deus e para nós próprios, seremos levados a considerá-lo insignificante e nunca o poderemos vencer.

Outra ajuda, e de primeira ordem, nesta luta contra o pecado venial, é o recurso frequente e eficaz ao sacramento da penitência. Este sacramento não só perdoo os pecados confessados, mas também prepara e fortifica a alma para o futuro, graças ao arrependimento, à absolvição do sacramento e à penitência que este impõe; atenua a tendência para as recaídas; aumenta a inclinação para o bem, e dá-nos direito a novas e mais eficazes graças actuais.

É aconselhável confessarmo-nos uma vez por semana. Para protegermos esta confissão semanal e, de um modo

geral, a confissão de pecados veniais da rotina, é bom não perdermos de vista o arrependimento. Para o alcançarmos, devemos lançar um olhar geral, não particularizado, sobre os pecados de toda a vida passada. Se, pela graça de Deus, não tivermos cometido nenhum pecado grave desde a última confissão, então devemos lembrar-nos de que, como os teólogos explicitamente afirmam, não é absolutamente necessário investigar todos os pecados veniais e todas as fraquezas para as revelarmos na confissão. Porque, segundo a doutrina estabelecida no Concílio de Trento (14.^a sessão, cap. 5), os pecados veniais podem ser apagados por muitos outros meios e não precisam, portanto, de ser confessados; a sua acusação é recomendada por uma razão de «utilidade».

Vistas bem as coisas, basta confessar um verdadeiro pecado, mesmo que o tenhamos praticado numa época remota da nossa vida, mesmo que já o tenhamos confessado e que Deus já no-lo tenha perdoado. Não é de modo algum bom que passemos muito tempo a pesquisar a consciência. Muito mais importante é o cuidado que devemos ter pela perfeita dor por amor das faltas cometidas, porque esta dor apaga o pecado venial. As nossas confissões podem, pois, terminar com esta expressão: «Acuso-me de todos os pecados cometidos na vida passada».

Outro meio indispensável é a vigilância assídua sobre os sentidos externos, a imaginação, os pensamentos, os desejos, os afectos e os hábitos. «Vigiai e orai para não cairdes em tentação; o espírito está pronto, mas a carne é fraca» (Mat., 26, 41). Sem uma vigilância contínua, sem a mortificação dos sentidos, do gosto, da língua, da volubilidade, das tendências espontâneas, da susceptibilidade, do ressentimento, do espírito de contradição, do orgulho, da inclinação à crítica e ao desprezo do

próximo, é impossível evitar o pecado venial. Na oração, pedimos ajuda contra o pecado venial, e fazemos bem; meditamos, recebemos os sacramentos, emocionamo-nos perante o exemplo dos santos; mas, apesar de tudo e de tantas graças, conservamos o hábito do pecado venial e até o cometemos com plena consciência. Que nos faltou? Mortificação e vigilância. À oração é preciso acrescentar o sacrifício.

Outro meio imprescindível é a prática consciente das virtudes cristãs, principalmente da virtude da fé e da virtude cardeal da fortaleza em face do sacrifício que de nós se exige. Mas o mais importante de todos os meios é que se ateie no íntimo o amor de Deus. Crescendo o amor, crescem todas as virtudes e fortifica-se o desejo de evitar o pecado venial. O problema do progresso interior e da pureza de alma é, antes de tudo, um problema de aumento da caridade. Se amamos, os pecados e as faltas desaparecem como por encanto. Normalmente, adota-se uma atitude errônea em relação ao pecado venial: vai-se colocando nas bermas da estrada da vida uma infinidade de placas que vão avisando: «é pecado», «não se pode», e assim torna-se verdadeiramente impossível caminhar com simplicidade, segurança e alegria até ao topo. Vivemos uma ascese demasiado negativa. Precisamos de mais amor, duma ascese mais positiva e luminosa. Se temos amor, temos já tudo. O amor agiganta-nos para resistir aos sacrifícios e mortificações, para renunciar a isto ou àquilo, para opor um não decisivo aos movimentos do amor-próprio, para manter a vigilância imprescindível se nos queremos preservar de todas as faltas, mesmo nas coisas mais «pequenas».

Dos recônditos do amor, deve brotar esse sincero aborrecimento de todo o pecado venial que sempre nos

deve acompanhá-lo e há-de penetrar inteiramente o ser humano, influenciar e determinar as atitudes do seu espírito e da sua vontade. O amor imuniza-nos contra certas formas de medo ou pecado, infundadas, paralisadoras e debilitantes, e contra toda a incerteza e excesso de escrúpulo em relação às incontáveis possibilidades de pecar venialmente, porque une a vontade do homem à de Cristo, e dá-lhe uma direcção claramente determinada. Impele-a a praticar o bem, a fazê-lo com perfeição e apesar de todas as dificuldades. O amor não se contenta com evitar o mal, com não faltar a nenhum mandamento de Deus, porque isso também o temo o consegue; ultrapassa o mero dever e quer fazer mais, dar mais. O amor comunica à alma força para uma vigilância constante, força para empregar os meios necessários para agir bem, para vencer os obstáculos e evitar tudo o que poderia desagradar a Deus. O amor leva a tentar agradar-lhe sempre e em tudo. Esta é a sua meta: superior certamente ao simples «não agir mal».

O amor é um poder superior a todos os outros. Transforma o que ama, dá-lhe novas ideias, novos impulsos e capacidades desconhecidas. Não é pequena coisa o que nos faz evitar continuamente na terra o pecado venial no meio dos homens, no vaivém da vida moderna. Não é pequena coisa revigorar as forças com uma facilidade e prontidão que nos mantenha quase espontaneamente no caminho recto e torne quase impossíveis o desvio e a queda. Para chegarmos até aqui, precisamos de um estado de alma superior a toda a mediocridade, que só pode existir onde o fogo do amor divino se ateie com veemência.

O nosso princípio-base deve ser este: «Quem nasceu de Deus não peca, porque a divina semente de vida permanece nele. Não pode pecar, porque nasceu de Deus»

(I João, 3, 9). Orientados por este princípio, torna-se moralmente impossível cometermos o mais leve pecado consciente e permitirmo-nos a mais pequena infidelidade. É assim que, a pouco e pouco, se transformará em realidade nas nossas vidas o pensamento do Apóstolo: «Quem nasceu de Deus não peca. Não pode pecar».

Mas quem «não atenta nas coisas pequenas, é destruído a pouco e pouco» (Sir. 19, 1).

O I N I M I G O

«Todos procuram os seus interesses e não os de Jesus Cristo» (Fil., 2, 21).

Não é coisa de pouca monta o termos sido elevados à participação da vida divina, o sermos sarmentos da vide que é Cristo, sarmentos em que Ele faz circular a seiva da sua vida, e, enfim o podermos dizer: «Já não sou eu quem vive, é Cristo que vive em mim». Cristo quer e deve viver e reinar em nós, deve ser a alma que nos vivifica e determina todos os nossos pensamentos, desejos e acções.

Mas, a partir do instante em que Ele toma posse da nossa alma, para nos infundir o seu espírito e nos fazer participar da sua vida, surge simultâneamente o inimigo que ambiciona impedir a sua expansão. Este inimigo não é, precisamente, o demónio nem o mundo. Este inimigo vive no nosso interior: nascido connosco, esteve sob o nosso domínio quando não gozávamos do uso da razão.

É um inimigo cujo poder aumenta de dia para dia, ajudado pelas nossas paixões, pelas trevas da nossa inteligência, pela fraqueza da nossa vontade, pelos nossos pecados e pelos nossos maus hábitos. É um inimigo que se agiganta precisamente com os golpes que lhe damos, um inimigo que se ufana das vitórias que sobre ele vamos acumulando e se apropria delas. Um inimigo que cresce nutrindo-se precisamente das virtudes que praticamos, um inimigo que acorda connosco de manhã e nos acompanha todo o dia, pronto sempre a envenenar e a amesquinhar espiritualmente todas as nossas acções. Já é tempo

de dizer que este inimigo se chama amor-próprio. Temos de o derrotar. Se o vencermos, está assegurado em nós o reino de Cristo, só então poderemos dizer com São Paulo: «Não sou eu quem vive, é Cristo que vive em mim» (Gál., 2, 20).

O QUE É O AMOR-PRÓPRIO

Há um amor-próprio ordenado e justificado. Nós temos o direito de nos amarmos, de desejarmos o bem para nós, sim, temos até que nos amar a nós próprios. É-nos lícito desejar bens naturais: talento, sabedoria, nobreza humana. Também podemos amar o corpo e cuidar dele para que seja saudável e perfeito, mas sempre tendo em mente que os primeiros cuidados são para a alma, para que esta recolha virtudes e obtenha a salvação eterna. O amor-próprio é perfeitamente ordenado se nos amarmos em Deus e por vontade de Deus e de Cristo, como filhos de Deus, como seres redimidos, chamados para o adorar, para o servir, para trabalhar por Ele em amor, para realizar a sua vontade.

E é assim que o amor-próprio ordenado se transforma em ódio ao próprio eu: odiamos o pecado que cometemos e por isso fazemos penitência; odiamos a nossa podridão interior e inclinação para o pecado, combatendo-a por intermédio da ascese e do sacrifício; odiamos o nosso corpo e, portanto, dominamo-lo e esquecemo-nos de nós mesmos. «Se alguém quiser seguir-me e não odiar a sua alma, não poderá ser meu discípulo» (Luc., 14, 26).

Há um amor-próprio desordenado. É dele que vamos aqui falar. O amor-próprio desordenado, vemo-lo todos os dias em milhares de rostos, sempre exteriormente

prósperos e correctos, muito bem falantes, amáveis, prontos a ajudar; mas, por dentro, com as vestes de um lobo feroz, repletos de insídias, cheios de hipocrisia, sofisticados, mentirosos.

Este amor-próprio é a força que move o mundo, «Todos procuram os seus próprios interesses», diz São Paulo, todos lutam pelas suas coisas, todos buscam o proveito próprio; somos uns egoístas. O amor-próprio é a raiz secreta e profunda dos pecados da carne e do espírito que tornam os homens continuamente infelizes. O amor-próprio é a mãe fecunda de todos os grandes crimes da humanidade, das injustiças que bradam vingança ao céu e que a história regista; das opressões, das faltas de caridade para com o próximo, das inimizades e da guerra, do aniquilamento da felicidade própria e da do próximo. É o amor-próprio, em última análise, que arranca a fé e a religião de milhares de corações, que priva milhões de homens de Deus e do céu.

Junto a este egoísmo grosseiro e vulgar, há outro mais subtil que é próprio das almas piedosas: o amor-próprio «espiritual». Também sob esta forma se introduz o egoísmo, dia a dia, nos corações, nos pensamentos, nas reacções internas, palavras e obras das almas boas.

Esta alma, por exemplo, suspira ardentemente pela perfeição; mas, atrás deste desejo, esconde-se uma vontade de ser estimada, considerada e, frequentemente, a complacência na própria perfeição, a admiração de si mesma, um secreto orgulho.

A alma trabalha quanto pode para fugir do pecado, mas, às escondidas, insinua-se nela o amor-próprio: foge do pecado não tanto porque é uma ofensa a Deus, mas sobretudo porque desfeia a sua própria beleza espiritual, ou ainda porque quereria julgar-se superior a semelhantes fraquezas.

O amor-próprio anda à procura de consolações, deseja brilho, dons e graças; repara nas que Deus concede aos outros e acaba por se tornar ciumento, invejoso e antipático.

Enganada pelo amor-próprio a respeito do verdadeiro objecto da vida e do combate espiritual, a alma considera estes, não já como o cumprimento da vontade de Deus, mas como um aperfeiçoamento pessoal, um progresso na vida, e, ao propor-se um objecto enganoso, permite que se desfigurem os motivos da sua acção. A alma acaba por se enclausurar numa escola de perfeição da sua escolha, e nem de longe suspeita que o seu esforço, na senda do progresso, não passa de um engano e de uma atitude de vanglória.

O amor-próprio faz que a alma se agite e se inquiete por causa dos seus defeitos, pecados e fraquezas, que se deixe abater ou acobardar pela sua própria miséria, que não possa suportar as limitações da sua própria fraqueza, que esteja descontente com a obra de Deus e da graça nela, porque lhe parece lenta, terrivelmente lenta. Tinha calibrado as suas próprias forças de um modo muito diverso e pensando que a graça ia operar como por encanto. Como a põe nervosa esta lentidão de Deus!

O amor-próprio põe diante da alma o bem que faz, a fidelidade com que cumpre as suas obrigações, o zelo com que pratica a oração e os exercícios de piedade; à vista de tanto bem, levanta-se uma névoa subtil, e a alma começa a toldar-se.

O amor-próprio produz na alma inquietação, impaciência e descontentamento, se se vê obrigada a combater, nos momentos de oração, as distrações, os pensamentos vãos e outras tentações; se nota em si pobreza de pensamentos elevados ou tibieza de coração, se tem de reconhecer

a sua própria incapacidade, se sofre de aridez de espírito ou de repugnância pela oração.

Nas relações com o próximo, o amor-próprio faz-nos susceptíveis, inflexíveis, soberbos, impacientes, exagerados na afirmação do próprio eu e dos direitos pessoais, indiferentes, frios, injustos nos juízos e nas palavras. Compraz-se em falar escusadamente das acções próprias, do brilho e das experiências anteriores, das dificuldades e sofrimentos. Nas práticas de piedade, deleita-se em olhar os demais, em os observar e julgar; gosta de se comparar, para se julgar melhor do que os outros, para lhes descobrir somente os defeitos e negar-lhes as boas qualidades, chegando até a desejar-lhes o mal. Para desonra da piedade, o amor-próprio faz que nos sintamos ofendidos quando somos humilhados, insultados ou postergados, ou não nos consideram, estimam e obsequiam como esperávamos.

O amor-próprio, enfim, é a fonte de todas as inquietações, dificuldades interiores, quedas, temores, desilusões, desejos, esperanças irrealizáveis, planos, propósitos e intenções: de tudo o que mantém a alma em tensão contínua, que a não deixa tranquila, a priva do recolhimento e do espírito de oração, da paz interior, e a impede de chegar à união com Deus, ao estado de oração perfeita.

Agora que vimos com clareza como é decisiva a importância amor-próprio na vida de piedade, compreendemos quão necessário é identificar este inimigo para o rechaçar e aniquilar.

O amor-próprio é a causa profunda de todos os nossos pecados e infidelidades. Sabemos que o pecado é uma afeição desordenada a um bem temporal, a uma vaidade, a uma loucura, a um ídolo; afeição que tem a sua origem num amor desordenado do próprio eu, no amor-próprio.

Insinua-se a serpente no paraíso: «Não, não morreis... e sereis como Deus» (Gén., 3, 4). Fala o amor-próprio de Eva, e a mulher deixa-se enganar, colhe o fruto proibido e entrega-o a Adão para que o coma também. Neste momento, abre-se sobre a humanidade a torrente do pecado, que penetra em todas as coisas, em todos os corações, nos pensamentos, inclinações e desejos, nos corpos e nas almas, nas palavras e nas obras dos homens: este é o fruto do amor-próprio. Faz de Caim um fratricida; de um apóstolo o traidor do Senhor. Há poder mais nefasto do que este?

O amor-próprio é o inimigo de Deus em nós. Fomos criados para o santo amor de Deus, e para tanto fomos incorporados em Cristo e chamados a participar dos incalculáveis tesouros e graças do cristianismo. «Amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todas as tuas forças» (Mat., 22, 37); «Quem não ama, permanece na morte» (I João, 3, 14).

E se o amor-próprio é inimigo do amor de Deus, é necessariamente inimigo do amor ao próximo. Este une os espíritos e os corações separados pelo amor-próprio, o inimigo que enterra nos corações a má semente da aversão, da inveja, do ódio e da inimizade. O amor-próprio busca somente e sempre o proveito próprio, sem cuidar dos direitos alheios, nem da lei da caridade para com o próximo.

São Paulo escreve aos coríntios: «O amor é paciente, é benigno; não é invejoso, não é jactancioso, não incha; não é descortês, não é interesseiro, não se irrita, não pensa mal; não se alegra com a injustiça, compraz-se na verdade; tudo perdoa, tudo crê, tudo espera, tudo sofre» (I Cor., 13, 4 e segs.). Não é certamente isto o amor-próprio.

Que se conclui daqui? Esta verdade insofismável: toda a perfeição, toda a santidade, todo o progresso espiritual se fundam na destruição do amor-próprio. Só sobre as suas ruínas se pode erguer de novo um edifício em que Cristo viva e reine. E esta outra verdade: o grande meio para alcançar a perfeição é a purificação e o desapego do próprio eu e do amor-próprio, o inimigo por excelência.

COMO SE VENCE O AMOR-PRÓPRIO

A nossa tarefa é dupla: oração e mortificação. «Esta espécie de demónios não se vence senão com a oração e o jejum» (Mat., 17, 21).

À oração estão prometidas e vinculadas as graças. «Pedi e recebereis, procurai e achareis» (Mat., 7, 7) «Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados» (Mat., 5, 6). Quanto melhor orarmos, tanto maiores graças nos serão concedidas, para podermos vencer o amor-próprio. Na oração, devemos pedir, antes de tudo, o verdadeiro amor de Deus e de Cristo. O amor-próprio diminui à medida que cresce em nós o amor de Deus.

Estreitamente ligada à oração, aparece a mortificação: a mortificação da sensualidade e da moleza, do deleite e do prazer, sob as suas incontáveis formas e matizes, a mortificação dos sentidos, dos olhos, da curiosidade e da língua; finalmente e antes de tudo, a mortificação generosa das faculdades da alma, isto é, a disciplina e o domínio das inclinações e das paixões do orgulho, da vaidade, da susceptibilidade, da exagerada confiança em si mesmo, do mau-humor, da volubilidade, do espírito de contra-

dição, da loquacidade, da indecisão da vontade, da impetuosidade de carácter; a mortificação da inteligência, o domínio da imaginação e da memória, a moderação da tristeza e da nostalgia, do temor, da alegria, da actividade exagerada e insaciável.

Mas não basta. Mesmo quando tivéssemos feito tudo isto, seríamos ainda seres inúteis. O nosso esforço não é suficiente. Nunca somos suficientemente perspicazes para combater o amor-próprio em todos os seus aspectos: falta-nos essa coragem, quase cruel, necessária para continuarmos a esforçar-nos até o aniquilarmos de todo. Por conseguinte, é necessária a intervenção de Deus.

E Deus intervém, empunha o martelo e o cinzel, e mete mãos à obra: quer fazer de nós uma obra-prima, uma imagem o mais fiel possível do seu Unigénito: um filho de Deus como Ele, que tenha vincados os traços e a fisionomia própria de Jesus e que resplandeça com a beleza de Cristo; e tudo isto para nos comunicar, o mais perfeitamente possível, o amor que o Pai consagrou ao seu Filho consubstancial.

Deus intervém e actua em nós, externamente, por meio da sua amorosa Providência, das suas disposições e dos acontecimentos «casuais» de cada dia; por meio das circunstâncias em que nos colocam as enfermidades, as humilhações, os triunfos e fracassos, as dificuldades e amarguras, as cruzes e dores, as pequenas e as grandes alegrias. Em cada momento da vida, Deus prende-nos pela mão e trabalha para destruir o nosso amor-próprio.

Actua Deus em nós, internamente, manifestando-se como um Deus zeloso que não tolera a seu lado, na nossa alma, outros deuses, seja qual for o seu nome. É zeloso do amor e da dedicação do nosso coração: quer ser o centro e o objecto de todos os nossos desejos e inclinações; quer

que o amemos de verdade, com todo o coração, com todas as forças e que, além disso, amemos todas as pequenas coisas n'Ele e por Ele. É zeloso da homenagem da inteligência: quer que humilhemos o entendimento diante d'Ele, que reconheçamos que Ele é tudo, que, com uma fé cega, lhe submetamos todos os nossos critérios e nos deixemos guiar sempre pela sua luz; que estejamos dispostos a morrer para o espírito próprio, a renunciar a vê-lo e a compreendê-lo inteiramente com a nossa pobre inteligência e a admitir a orientação do seu Espírito e da sua luz.

O Senhor é um Deus zeloso: na verdade, os seus zelos não têm limites. Vai Deus tão longe, que não tolera no coração humano nem a mais insignificante faúlha de amor-próprio.

Deus começa esta obra de despreendimento total tirando à alma que decidiu viver somente para Ele as consolações que, de começo, lhe havia concedido. Estas consolações eram necessárias e muito oportunas nos princípios da vida espiritual: tinham por objecto separar da criatura o sector mais baixo da alma, com o fim de o unir somente a Ele. Estas consolações — sabemos-lo por experiência própria — andavam ligadas a um prazer sensível em Deus e nas coisas divinas; donde se conclui que a primeira entrega a Deus não era total, estava matizada por um amor-próprio subtilmente disfarçado.

Pouco a pouco, quando estas consolações cumpriram o seu papel, Deus intervém para purificar o amor. Queremos saber como? Intermitentemente e, durante uma temporada, retira Ele à alma as consolações internas, permite que suprenda em si mesma aridez, distrações involuntárias, dificuldades na oração, perda de toda a devoção sensível e do gozo anteriormente sentido,

deixa-a até cair em certa frialdade e falta de gosto pelas coisas divinas, numa dificuldade apreciável de se recolher e de comunicar com Deus. Por todos estes indícios, a alma entrou numa crise espiritual. Feliz dela se, em face de tais circunstâncias, se comportar com coragem e aceitar com paz e humildade o tempo da prova; se permanecer fiel e entregar a Deus o que Ele pede, começará a amá-lo por si mesmo, e já não pela sua doçura e pelas suas consolações.

Ao chegar a este ponto, pode já iniciar-se o segundo período da acção divina tendente a destruir o amor-próprio. Após alternativas mais ou menos pronunciadas de períodos de fervor e de aridez, Deus arrebatava todos os elementos sensíveis à alma que lhe permaneceu fiel, e só a deixa saborear o seu amor com frequência escassa, por breves momentos. Assim despojada, a alma vai-se fazendo mais simples e mais pura; não repara que é amada, nem sequer que ama; e todavia, o seu amor é mais forte e mais puro que antes. Ama sem pensar em si mesma, esquece-se, perde-se de vista. A prova do seu amor não se apoia, como antes, na sensibilidade, mas torna-se mais robusta, mais fiel, mais paciente, mais caritativa, mais suave, mais desinteressada, mais firme perante as tentações. O fervor da sensibilidade cedeu o lugar ao fervor da vontade, o amor-próprio perdeu terreno, a alma aprendeu a esquecer-se e a perder-se no amor de Deus.

E aqui começa a terceira fase, a da grande purificação, o tempo que Catarina de Génova descreve com estas palavras: «O amor divino destrói tudo o que te é mais querido valendo-se da morte, da enfermidade, da pobreza, do ódio, da discórdia, da calúnia, do escândalo, da mentira, da perda da honra aos olhos dos teus pais, familiares, amigos, de modo que já nem sabes como comportar-te, porque, de todas as coisas mais queridas, só te vêem penas

e humilhações. Nem sequer compreendes por que Deus opera deste modo, pois, tanto em relação a Ele como em relação aos homens, a tua conduta parece-te não ter sentido. Depois de deixar assim a alma mais ou menos contrariada, presa de um sofrimento interno, o amor divino mostra-lhe, finalmente, o seu rosto radiante e luminoso, e, mal o surpreende, nua e abandonada, a alma atira-se para os seus braços».

A primeira destas grandes purificações manifesta-se sob a forma de tentações graves, que parecem arremeter contra todas as virtudes: tentações contra a pureza, a fé, a confiança em Deus e a caridade e o amor ao próximo; tentações de ira, de ressentimento, de desconfiança, de blasfémia, de resistência a Deus e à sua graça, um marulhar de paixões que já julgávamos extintas para sempre e há muito tempo. Apesar de tudo, porém, a alma permanece interiormente firme e pura; conhece as suas fragilidades e deixa finalmente de se admirar e de se amar; reconhece quão pecaminosa e horrível é intimamente, e começa a alimentar o desprezo e o aborrecimento de si própria; tudo isto é obra do amor divino na sua alma.

Caracteriza-se a segunda purificação por grandes humilhações externas. Propagam-se calúnias que atingem a honra, a pessoa perde a estima em que era tida por todos, qualificam-na de hipócrita, interpretam mal as suas palavras e as suas acções. Os que antes eram seus amigos, abandonam-na agora, repelem-na. Nem os seus próprios superiores a apreciam já: condenam-na, retiram-lhe a sua confiança. E a alma sofre e cala, deixa que a condenem, que a caluniem, que se afastem todos dela, que suspeitem dela, e ora com Cristo: «Pai, perdoai-lhes». Na realidade, nada do que lhe atribuem, pode ser-lhe imputado, mas sente-se culpada e julga merecer o tratamento que recebe.

É aqui que Deus intervém. O amor-próprio não deve encontrar nenhum apoio: nem no testemunho da própria consciência, nem na opinião ou no juízo dos homens.

E, contudo, Deus ainda não está satisfeito. A alma poderia apoiar-se n'Ele, na sua presença, mas até desse desejo se vê privada. No período em que Deus a submete a escrúpulos, a aparências de pecado e a graves humilhações provenientes das criaturas, até Ele mesmo a trata com severidade, quase com dureza, de modo que pareça repeli-la. A alma julga-se condenada e repudiada por Deus por toda a eternidade. Tudo lhe foi arrebatado: os seus únicos bens são as trevas, a obscuridade, a privação de todo o auxílio, a angústia de um sentimento de abandono total por parte de tudo e de todos. Vê-se obrigada a exclamar: «Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?» Que pode ela fazer? Nada mais que lançar-se cegamente nos braços de Deus, numa espécie de rendição incondicional: «Nas tuas mãos, Senhor, deposito o meu espírito».

Profundamente humilhada, reduzida ao nada aos seus próprios olhos e aos olhos dos homens, já não sabe onde apoiar-se. Mas neste momento, abrem-se-lhe os olhos, e por fim, o amor-próprio desenraíza-se do solo em que penetrara. Agora, a alma tornar-se-á livre para o amor puro. É agora que o amor de Deus vai mostrar o seu rosto luminoso e radiante. Com um sentimento de gratidão íntima, a alma entrega-se já definitivamente nos braços amorosos do Pai e canta alegremente: «Deus caritas est»: Deus é amor.

«Vencer o amor-próprio é vencer tudo», diz Santo Ambrósio.

Quem vence o amor-próprio conquista tudo: Deus, a própria alma, a paz do coração, a santidade. Vencer o amor-próprio é o grande meio para alcançar a perfeição.

«Terás que dar-te todo, para que todo te possas possuir. Fica ciente: o amor-próprio prejudica-te mais do que qualquer outra coisa no mundo. Todas as coisas se hão-de colar ou não a ti consoante o género de amor que nutras por elas. Se o teu amor for puro e bem ordenado, poderás fugir da prisão das coisas. Não ambiciones aquilo que não podes ter; não queiras ter aquilo que te prenda e te roube a liberdade interior. Bem sabes que não te poderás dar do fundo do coração a Mim, juntamente com as coisas que ambicionas e podes ter! Por que razão te desgastas no sofrimento da vaidade? Por que te cansas com preocupações desnecessárias? Entra na Minha complacência, e nenhum mal te advirá» (Imitação de Cristo, Livro 3, cap. 27).

A PRÁTICA DA VIRTUDE CRISTÃ

A via da purificação continua sob o nome de «via iluminativa». Também é conhecida pelo nome de «via do progresso», isto é, daqueles que começam por se decidir pelo serviço de Deus (primeira conversão), e que depois se resolvem a viver a verdade da vida da perfeição cristã seja no mosteiro, ou no mundo, ou no meio da profissão (segunda conversão).

O homem atinge a via iluminativa em consequência de uma luz mais clara que lhe é dada do alto para um conhecimento mais profundo de Deus. A alma conhece agora Deus nos grandes mistérios da encarnação do Verbo, da salvação e da promessa da vida eterna. Familiariza-se mais com as verdades da fé. Penetra mais no mistério do sofrimento, da morte, da ressurreição de Cristo, da sua vida e acção no seu corpo místico, na sua Igreja.

E é assim que se ergue para um conhecimento pleno acerca do amor infinito e da bondade de Deus, o qual por sua vez a tornou mais dócil às influências divinas. Sob esta acção da graça, começa a compreender mais profundamente Cristo, o Senhor, a sua santa vida interior, bem como a acção da sua graça no homem — não através da meditação e do esforço intelectual, mas principalmente por intermédio duma iluminação de pensamento que procede de Deus. A alma vive cada mais destes mistérios da fé, e tanto mais quanto maior for a sua receptibilidade à

acção da graça, isto é, quanto mais se purificar do pecado e se libertar dos maus hábitos e das paixões desordenadas. Assim caminha pela senda da virtude e da perfeição.

À luz desta iluminação progressiva, a alma amadurece mais e mais até atingir um mais alto amor de Deus e do próximo. Amor que se manifesta não somente na luta contra o mal, como acontece na via da purificação, mas também através de uma imitação mais perfeita de Cristo, das suas virtudes, e muito especialmente da sua humildade e bondade (Mat., II, 29), da sua obediência até à morte (Fil., 2, 8), do seu amor pelo Pai e pelos homens (João, 13, 1; Gál., 2, 20).

Para as conformar na prática da virtude e para as aperfeiçoar, Deus faz incidir sobre estas almas, juntamente com a iluminação, imensos sofrimentos e privações: um fastio mais prolongado pela oração, tentações violentas, principalmente contra a paciência; não raramente, a própria perda dos bens externos: da honra, do bom nome, das boas relações e amizades. É através destas privações que Deus confirma a alma nos seus anseios de crescimento e aperfeiçoamento da virtude. Quer assim fixá-las especialmente na humildade, último fundamento de toda a verdadeira virtude, mas também no conhecimento de um amor de Deus que tudo ultrapassa, num amor que se revelou em Cristo e na sua obra de salvação, num amor que continuamente se manifesta em nós.

O SENTIDO ÍNTIMO DA VIRTUDE CRISTÃ

O desenvolvimento natural da vida da graça, que nos foi infundida no baptismo, é o crescimento.

«O reino dos céus assemelha-se a um grão de mostarda que um homem semeou no seu campo. É a mais pequena

de todas as sementes, mas quando cresce torna-se maior que todas as outras plantas e transforma-se numa árvore, onde os pássaros do céu poissam e fazem os seus ninhos». «O reino dos céus assemelha-se ao fermento que uma mulher mistura em três medidas de farinha, até que o todo fica fermentado» (Mat., 13, 31-33).

É assim o amor infinito de Deus: permite que partilhemos da sua vida, mas de modo que, a partir da pequena semente lançada em nós pelo baptismo, crescamos na vida divina, de degrau em degrau, podendo e devendo chegar cada vez mais alto. Até onde? Até nos tornarmos «conformes à imagem de seu Filho» (Rom., 8, 29). É assim o grão de mostarda da vida divina que em nós quer sempre crescer, crescer até se transformar numa árvore frondosa que dê fruto para a glorificação de Deus e do seu Cristo e para o bem das almas.

A graça santificante é o fermento que se apossa do homem e o invade com a sua força. É um poder vivo e activo, que se esforça por elevar o pensamento, a vontade, os sentidos, as ocupações, os sofrimentos do homem à esfera do sobrenatural, e transformar tudo numa obra de virtude, «até que o todo fique fermentado». A graça não pode descansar dentro de nós; trabalha, porque é parte da vida sempre activa de Deus. Não descansa até afastar da alma o anti-Deus e até divinizar o homem e fazer-lhe irradiar todo o brilho das virtudes sobrenaturais.

«Aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração, e encontrareis paz para as vossas almas» (Mat., 11, 29). «Dei-vos exemplo, para que também façais o que Eu fiz» (João, 13, 15); foi assim que o Senhor falou. E o Apóstolo exclama com insistência: «Tende entre vós os

mesmos sentimentos que Jesus Cristo. Ele próprio se aniquilou e tomou a forma de servo, fazendo-se igual aos homens. Humilhou-se e fez-se obediente até à morte, e morte de cruz» (Fil., 2, 5-8). E avisa-nos: «Revesti-vos do Senhor Jesus Cristo» (Rom., 13, 14). Devemos identificar-nos tão intimamente com os sentimentos de Cristo, que possamos dizer: «Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim» (Gál., 2, 20).

Ele, o Filho de Deus feito homem, foi-nos dado pelo Pai como mestre e exemplo: «Este é o meu Filho bem amado, em quem pus as minhas complacências: escutai-o» (Mat., 17, 5). Cristo vive e age em todos segundo a vontade do Pai. O seu pensamento e querer, a sua acção, as suas pregações e orações, o seu convívio com as pessoas são em tudo perfeitos, santos, tal como devem ser, segundo a vontade do Pai. É por isso que as palavras e obras do Senhor são o exemplo de todas as virtudes e santidade. É por isso que o Pai nos aconselha: «Escutai-o». É por isso que o próprio Jesus Cristo nos diz: «Aprendei de mim». É n'Ele que reside toda a virtude, toda a santidade e perfeição. Foi n'Ele, na sua vida santa e perfeita, que todos os santos da Igreja foram beber o exemplo e se tornaram no que são. Compreenderam a mensagem do Pai e de Cristo. Que também nós a compreendamos e a deixemos transformar-se em acção. Deus quer que seja assim.

O mistério da união vital com Cristo revela-nos o verdadeiro sentido do esforço pela aquisição das virtudes: a vida virtuosa é a expressão natural e a necessária irradiação de todo o «ser em Cristo». «Eu sou a vide e vós os sarmentos. O que permanecer em mim e eu nele, frutificará, porque sem mim nada podereis fazer» (João, 15, 5).

A prática da virtude é a medida da nossa união efectiva com Cristo e o seu alimento. Sem um esforço real por possuir a virtude e progredir na perfeição, é inconcebível a vida em Cristo, a participação na vida de Cristo. A prática da virtude não é, pois, uma coisa do nosso bel-prazer pessoal, mas um dever iniludível, que deriva da nossa incorporação em Cristo pelo baptismo. «Considerai-vos mortos para o pecado mas vivos em Cristo Jesus» (Rom., 6, 11). Trata-se de viver para Deus, segundo a medida em que participarmos da vida de Jesus, nossa cabeça, conforme for sincero o nosso esforço por crescer continuamente em virtude: com este esforço para aumentar em nós a humildade, o espírito de mortificação, a pureza, a fortaleza, a entrega ao Pai, renovamos e perpetuamos, como membros do corpo místico, a humildade e o espírito de mortificação, a pobreza e as demais virtudes de Cristo, cabeça do corpo místico.

Porquê este é o privilégio da virtude cristã: se o cristão, ou seja, o baptizado, membro do corpo místico, se humilha com espírito contrito, esta humilhação integra-se na própria humilhação de Cristo, quando se fez homem, quando esteve submetido a Maria e a José, quando lavou os pés aos apóstolos. É Cristo quem, com a sua humildade, glorifica o Pai e o honra em nós e através de nós, seus membros. A nossa pobreza une-se em espírito à que o Senhor viveu no presépio, no desterro do Egipto, em Nazareth, na sua vida pública, quando não tinha onde reclinar a cabeça. E é a sua pobreza, prolongada em nós, que condena a avareza dos filhos deste mundo e honra expressamente o Pai. Aos olhos de Deus, só há em todo o universo um Ser que o glorifica dignamente, só um que ora perfeitamente, que é perfeitamente humilde e

pobre de espírito. Nós estamos incorporados n'Ele, e, deste modo, pode Ele prosseguir em nós a sua vida de perfeição para glória do Pai. «A cabeça e os membros formam tão intimamente um só corpo, que é impossível distinguir o que pertence a um e o que é do outro» (Santo Agostinho, In Ps., 40, 1).

Ser cristãos, ser membros de Cristo, e não viver a sua vida de perfeição, é uma contradição *in terminis*. A incorporação em Cristo proporciona à virtude um valor e uma categoria tais que excedem os de qualquer virtude puramente humana e natural; razão esta mais que suficiente para nos introduzir na via iluminativa, que é o caminho da perfeição cristã.

LEIS DAS VIRTUDES CRISTÃS

Primeira lei: as virtudes podem e devem robustecer-se continuamente. A vida sobrenatural penetra em nós como uma força que desperta as potências da alma — entendimento, memória, vontade; satura-as duma nova vida, prepara-as para receber a luz e a verdade divinas; infunde-lhes um novo impulso para vivermos sempre consagrados a Deus, para trabalharmos por Ele, sofrer e agir cada vez mais perfeitamente por amor d'Ele. É uma nova golfada de vida que se derrama na alma e a arrasta consigo, uma força divina que exige constantemente da alma novas energias e condu-la até aos cumes mais altos.

Como cristãos, devemos fazer o possível por crescer. Aquele que, na vida sobrenatural, não avança, retrocede. Há, porém, uma diferença muito notável entre o desenvolvimento das virtudes naturais — por exemplo, a forma-

ção do carácter — e o desenvolvimento das virtudes cristãs sobrenaturais. O homem chega a possuir as primeiras por sua própria vontade; pelo contrário, a vida sobrenatural não pode ser produzida nem aumentada unicamente pelo esforço humano; somente Deus no-la pode dar. É Deus quem nos eleva dum grau inferior de virtude a outro superior, quem nos concede uma luz mais viva que antes, ou nos infunde um grau de vitalidade sobrenatural mais intenso que antes. É Deus quem produz em nós o crescimento das virtudes.

Deus proporciona-nos três grandes meios para este crescimento das virtudes sobrenaturais. O primeiro é o uso dos sacramentos e, em especial, a frequência da sagrada comunhão. Todos os sacramentos têm como fim aumentar em nós a graça santificante e, simultaneamente, as virtudes sobrenaturais. O segundo meio é constituído pelas boas obras que realizamos: não que estas tenham o poder de nos elevar de um grau inferior a outro mais alto, ou de aumentar a intensidade da virtude ou da graça que possuímos; mas, com elas, podemos fazer com que o Senhor se digne aumentar e revigorar a nossa virtude. Toda a acção boa faz-nos mais agradáveis a Deus, e o aumento de virtude é fruto dessa complacência divina. O terceiro meio é a oração.

A oração é fonte de virtude por dois títulos: 1.º a oração é uma boa obra, e, como tal, atrai-nos um aumento de graças e de virtudes, como qualquer outra boa obra; 2.º e além disso, tem um valor próprio, o chamado valor propiciatório: «Pedi e recebereis» (João, 16, 24). Este valor propiciatório será tanto mais eficaz quanto mais conscientemente entrarmos em comunhão com a oração da Igreja: «Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estarei eu no meio deles» (Mat., 18, 20).

Segunda lei: a virtude também pode decrescer e até chegar a perder-se totalmente, pela nossa debilidade natural e pela acção dos inimigos da alma.

O inimigo por excelência, que dificulta o aumento da graça e da virtude, e que as detém, é o pecado venial não suficientemente odiado nem combatido. Não pode atacar directamente a graça e a virtude, nem destruí-las, porque são de si puras; mas uma coisa pode fazer: debilitar a intensidade e a fecundidade da graça santificante e, por conseguinte, o aumento e a perfeição das virtudes, especialmente do amor. O pecado venial cinge-se como a hera à delicada plantazinha da graça, para a ir sufocando lentamente.

Mas a virtude pode não só murchar como desaparecer por inteiro. Perdemos-a pelo pecado mortal, o qual mata, em primeiro lugar, a virtude mais essencial e básica, a caridade. Uma vez perdida a caridade que a une a Deus, a alma perde todas as demais virtudes, à excepção da fé e da esperança; fica destruído e assolado o jardim divino da alma cristã, toda a vida se desvanece. Só a fé e a esperança vão arrastando uma existência enlutada, até que esses mesmos vestígios da floração divina acabam por se apagar pela incredulidade e pelo desespero; então, tudo é noite na alma, tudo é esterilidade e trevas. Tão somente uma chamazita vacilante permanece: o carácter baptismal — não precisamente uma virtude — que sobrevive, inextinguível, na alma do baptizado e suspira, incansável, pelo retorno da graça e da virtude.

Quem de nós pode considerar-se isento, sequer por um instante, da fragilidade do pecado e da maldade do coração?» «O que julga estar em pé, tenha cuidado não caia» (I Cor., 10, 12)». «Logo, (isto) não depende do que quer nem do que corre, mas de Deus, que usa de

misericórdia» (Rom., 9, 16). «Com temor e com tremor, trabalhai pela vossa salvação» (Fil., 2, 12). Se estamos em graça, devemos-lo unicamente ao amor misericordioso do Senhor, que nos preserva.

Terceira lei: todas as virtudes sobrenaturais se apoiam mutuamente: nascem, crescem e decrescem ao mesmo tempo. Não estão justapostas, como árvores distintas, cujo desenvolvimento se efectua ao teor do carácter particular de cada uma, mas formam uma só árvore, um todo orgânico com a graça santificante, da qual procedem como da sua raiz. No organismo humano, não cresce primeiro só um braço ou só o coração ou a cabeça; todas as partes do corpo crescem simultâneamente, em absoluta dependência umas das outras, como num todo orgânico. É o que se passa no organismo da vida sobrenatural: as virtudes crescem ou retrocedem todas ao mesmo tempo.

E não, poderia ser doutro modo, já que todas elas se relacionam directamente com a virtude do amor de Deus, na qual todas estão compreendidas: «A caridade é paciente, é benigna; não é invejosa; não é jactanciosa, não se ensoberbece; não é descortês; não é interesseira, não se irrita, não pensa mal; não se alegra com as injustiças, compraz-se na verdade; tudo perdoa, tudo crê, tudo espera, tudo sofre» (I Cor., 13, 4). Quem disfruta da caridade sobrenatural para com Deus e para com o próximo, está disposto a praticar qualquer virtude, onde e como o dever e a ocasião lha apresentem. O amor orienta cada um dos nossos pensamentos e obras para Deus. E por isso modela toda a nossa vida, tanto privada como social, segundo as exigências da virtude cristã. «Ama e faz o que quiseres!» (Agost.). Tudo o que brotar de um perfeito amor de Deus é sempre bom e agradável.

A PRÁTICA DA VIRTUDE CRISTA

Quem possuir o amor perfeito, tem todas as virtudes: a fé, a esperança, a inteligência bem orientada, a prudência, a justiça. Quanto mais perfeito for o amor divino em nós, tanto mais firme, simples e frutuosa será a nossa vida espiritual. O amor é a alma de todas as virtudes. O mais importante é, portanto, que façamos tudo para obter o amor e que o consigamos. Com o amor, todas as virtudes nascem como que espontâneamente.

Sucedem com grande frequência que temos umas virtudes e outras não. Alguém por exemplo será casto, mas, ao mesmo tempo, soberbo e presunçoso; outro será obediente e simultâneamente orgulhoso; aquele outro piedoso, mas pouco caritativo, impaciente e egoísta. Semelhante desmembramento e polarização das diferentes virtudes resulta de facto de a virtude de tais pessoas ser fraca e imperfeita: daí essas lamentáveis caricaturas da virtude cristã que, por desgraça, encontramos em toda a parte.

É algo de grande a vida cristã cheia de graças e virtudes, mas mais importante ainda é a virtude perfeita cujas raízes mergulham no perfeito amor sobrenatural.

Quem possuir o amor sobrenatural e a virtude, tem simultâneamente a sorte de poder chamar suas as nobres virtudes naturais humanas, as virtudes cardeais da justiça, da fortaleza, da temperança e da prudência, bem como as inúmeras virtudes morais que se ligam às virtudes cardeais: é o caso da virtude da modéstia, da castidade, do domínio próprio, etc.

Para nós, baptizados, cada virtude natural é simultâneamente uma virtude sobrenatural, se for banhada pela graça santificante e cultivada por um motivo sobrenatural, como é, sobretudo, o do amor de Deus. Se, portanto, desejarmos com todo o afã as virtudes, e com todo o afã as praticarmos, transformar-nos-emos simultâneamente

em homens naturalmente nobres. Mas enquanto continuarmos a manchar a nossa vida natural, isso é sinal de que ainda não atingimos a plenitude da vida sobrenatural.

Esta correlação entre as virtudes naturais e sobrenaturais devia servir-nos de base ou motivo para vivermos na sua completa pureza a vida sobrenatural, porque só então é que a natureza encontra a sua total glorificação e nós atingimos o ideal da personalidade cristã.

A S T E N T A Ç Õ E S

«Não nos deixeis cair, Senhor, em tentação»
(Mat., 6, 13).

Trata-se de viver a vida de Deus em Jesus Cristo, como membros do seu corpo místico.

Cristo «padeceu e foi tentado» (Heb., 2, 1). O Apóstolo di-lo e repete-o explicitamente: «Foi tentado em tudo à nossa semelhança, excepto no pecado» (Heb., 4, 15); e o Evangelho conta detalhadamente como, após o baptismo no Jordão, «o Senhor foi levado pelo espírito ao deserto para ser tentado pelo diabo» (Mat., 4, 1). Não é um facto misterioso? O Espírito Santo leva-o pouco depois de sobre Ele se terem aberto os céus no Jordão e de ter ressoado a voz do Pai: «Este é o meu Filho bem amado; em quem pus todas as minhas complacências» e condu-lo ao deserto para ser tentado por Satanás.

A liturgia do primeiro Domingo da Quaresma vê nesta passagem «o Cristo integral», isto é, Cristo unido à sua Igreja, ao seu corpo místico, a todos nós. Todos os que no baptismo foram admitidos em Cristo e na Igreja, são conduzidos ao deserto para participarem da vida divina, para prosseguirem esta vida no íntimo da alma e serem tentados por Satanás.

Todo o membro de Cristo é chamado a vencer com força divina o inimigo — o mundo, o demónio, e a carne — para glória do Pai e salvação do homem. «O que combate no estádio não é coroado se não luta segundo as regras» (II Tim., 2, 5). «Bem-aventurado o homem que

padece tentação porque, depois que tiver sido provado, receberá a coroa da vida que Deus prometeu aos que o amam» (Tiago, 1, 12). «Tende por suma alegria o ver-vos rodeados de diversas tentações, considerando que a prova da fé gera a paciência. E a paciência opera obras perfeitas, para que sejais perfeitos e cumpridores, sem faltar em coisa alguma» (Tiago, 1, 2-4).

A virtude, posta à prova na tentação, fortifica-se e cresce.

O QUE É A TENTACÃO

Todos o sabemos demasiado bem da experiência diária. Temos muito que sofrer das tentações que nos vêm da nossa natureza, ferida de concupiscência a partir do pecado original. Como se não nos bastasse este inimigo interno, estamos rodeados de inimigos externos, os quais, com as suas lisonjas, procuram aniquilar-nos: o mundo e o demónio. «Estai alerta e vigiai, porque o diabo, vosso inimigo, ronda como um leão rugidor procurando a quem devorar» (I Pedro, 5, 8). Foi-lhe concedida autorização para nos molestar e para estimular as nossas piores paixões. Furioso de ódio e de inveja, quer opor-se ao Senhor em nós e afastar Cristo da alma. Quem se atreve a pôr em dúvida que no demónio encontramos um adversário muito mais forte que nós?

Com o diabo está aliado o mundo. Por «mundo» entendemos todas as pessoas que vivem para satisfazer o seu amor-próprio, orgulho e sensualidade. Não contentes com prejudicar-se a si mesmos, apropriam-se do pecado e propagam-no sob a capa da justiça e como um bem inalienável do homem: vivem para o dinheiro e para a satisfação dos sentidos. A pobreza, sobretudo se for livre-

mente escolhida, é para eles uma loucura. As humilhações e as ofensas voluntariamente aceites, uma ingenuidade; orar, uma ocupação boa para quem não serve para outra coisa. E querem inculcar nos outros estes princípios, empenham-se, com palavras e exemplos, em arrastá-los para o caminho que conduz à perdição. Procuram desencorajá-los mofando do seu pensamento e da sua vida, da sua religião e da Igreja. E, frequentes vezes, não são pessoas que seguem as máximas do mundo, mas homens de cristianismo inoperante na prática, os que, com o seu exemplo e conselhos, constituem para nós ocasião de pecado. A sua sedução inclina-nos a compartilhar da sua vaidade, da sua sensualidade, da sua frieza em relação ao próximo.

Concupiscência e paixões no interior; e, à volta, o mundo e o demónio: realmente, não faltam estímulos nem impulsos para induzirem o homem a abandonar o bem e a fazer o mal!

E qual é a atitude de Deus? «Ninguém na tentação diga que é tentado por Deus. Porque Deus não é tentador de coisas más; ele não tenta ninguém» (Tiago, 1, 13). Como poderá Deus ser santo se nos induzir ao mal? Deus nunca nos tenta: só permite que sejamos tentados, interior e exteriormente. Deus também reina sobre o tentador, o qual só pode avançar até onde o Senhor o permitir: «Mas não permitirá que sejais tentados acima das vossas forças» (I Cor., 10, 13).

Se Deus permite que sejamos tentados, é para atingir um objectivo divinamente sábio e sublime. Não o permitiria se não pudesse tirar proveito das tentações a que nos submete, razão por que as tentações não são para nós um mal, mas um grande bem. Porquê? Porque são um meio insubstituível na tarefa da purificação do coração. Iluminam como um relâmpago os abismos da sensualidade,

da concupiscência, do amor-próprio, do egoísmo, da avareza, do ódio; e assim se convertem em guias do conhecimento que temos de nós próprios e da verdadeira humildade. Nos momentos de tentação, vemos com clareza infalível como somos débeis, como por pouco somos capazes de nos afastarmos do bem e precipitarmo-nos no mal. As tentações incitam-nos a combater e a resistir virilmente, expiando deste modo a nossa indolência e negligência em outras épocas da nossa vida: obrigam-nos a manter-nos em guarda, a evitar tudo o que possa tornar-se objecto de tentação; a dedicar-nos com esmero à oração, porque, se queremos vencer, precisamos de orar muito; a graça está ligada à oração.

A tentação é um meio precioso para o progresso da alma e por isso é um bem enorme. Ninguém que se empenhe a sério na busca de Deus, se pode ver livre dela. A tentação desperta-nos do letargo da tibieza e espicaça-nos a realizar sacrificios e actos de mortificação. Mais ainda, propõe-se fazer-nos avançar na virtude; toda a tentação combatida e vencida é um acto de virtude e redundando no seu aperfeiçoamento. Ao combater uma dúvida incipiente de fé, promovemos um acto de fé; ao combatermos um sentimento de suspeita, de ódio, de inveja, ou um pensamento pouco caritativo que nos assalte, suscitamos no interior de nós mesmos uma reacção de humildade. Onde pararia a nossa vida se não tivéssemos que combater as tentações? Na luta contra elas, a vida purifica-se, fortifica-se e consolida-se. Reagindo contra a falta de gosto na oração e nas coisas de Deus, robustece-se a nossa fidelidade a Deus. O ver-nos perseguidos ou caluniados pode transformar-se numa vantagem: aprenderemos a vencer qualquer temor desordenado ou respeito humano, e alcançaremos a liberdade interior.

Mas a tentação é também uma fonte inesgotável de méritos para a vida eterna. Cada vitória obtida sobre a tentação aumenta a graça santificante e a vida divina em nós; une-nos mais estreitamente a Cristo. Razão tem o apóstolo São Tiago para exclamar: «Tende por suma alegria o ver-vos rodeados de diversas tentações, considerando que a prova da vossa fé gera a paciência» (Tiago, 1, 2-3). Este é o fruto da tentação eficazmente combatida.

Estranharemos, então, as tentações ou atrever-nos-emos a queixar-nos delas? «Porque eras grato a Deus, foi preciso que a tentação te provasse» (Tob., 12, 13). Com estas palavras o anjo consolou Tobias na hora da prova. As tentações são o prémio sincero dos anelos de Deus e da fidelidade a Ele; se as permite, é para que nos purifiquemos e, purificando-nos, nos tornemos mais agradáveis aos seus olhos. É por isso que elas nos são necessárias. Se as tratamos como devemos, transformar-se-ão em bens.

O NOSSO MODO DE AGIR NA TENTAÇÃO

Seria presunção desejar a tentação ou querer provocá-la sem motivo, mas seria um erro temê-la, como se o Senhor não houvesse de prestar a necessária assistência da sua graça. Seria injusto entristecer-mo-nos, ao pressentirmos a sua proximidade, e pensar que está tudo perdido.

O cristão nunca está só e tem sempre a certeza de que Deus não o abandona: nunca permite que seja tentado acima das suas forças. Deus não demonstra o seu cuidado connosco poupando-nos à tentação, mas permitindo que não sejamos tentados para além da nossa

capacidade. Conhece, melhor do que nós, os nossos limites. Ele sabe melhor que nós até onde chegam as nossas forças. Limita a tentação dentro de medidas oportunas, e não permite que se assanhe sobre nós em demasia. Para as tentações mais graves, dá-nos uma graça maior, a fim de podermos resistir e vencer. Deus ama-nos e conhece as profundidades da nossa alma: anseia, veementemente, divinamente, que sejamos fortes e vençamos; vive em nós pelo Filho e pelo Espírito Santo, infinitamente próximo, com o objectivo de nos ajudar na luta e de nos conduzir à vitória.

Cristo, a vide, habita no cristão; a sua força circula na sua alma como seiva. Cristo põe-se sempre do seu lado para vencer, com ele o mundo, o demónio e a carne. «Confiai, eu venci o mundo» (João, 16, 33). É sobre essa força que o cristão se deve apoiar: «Tudo posso naquele que me conforta» (Fil., 4, 13). Que pode temer, ele que pelo baptismo foi marcado pelo sinal da cruz e iluminado pela luz de Cristo?

«O Senhor é a minha luz e a minha salvação: a quem temerei?» (Salmo 26, 1). Com a liturgia do tempo da Quaresma, podemos aplicar-nos confiadamente as palavras do Salmo: «Enviar-te-á os seus anjos para que te guardem nos teus caminhos, e eles te conduzirão pela mão para que não tropeces nas pedras. Calcarás as cobras e as víboras, e defrontarás o leão e o dragão. Porque me amou, eu o salvarei; defendê-lo-ei, porque confessou o meu nome; invocar-me-á e eu o ouvirei, estarei com ele nas tribulações, libertá-lo-ei, amá-lo-ei. Cumulá-lo-ei de dias e mostrar-lhe-ei a minha salvação» (Salmo 90, 11 e segs.).

Unido assim a Deus e a Cristo, o supremo, o grande triunfador, o cristão enfrenta com coragem a tentação.

Com serenidade saberá distinguir na tentação entre

o primeiro movimento, a subsequente complacência interior do homem e o verdadeiro consentimento, propriamente dito, do homem superior. O demónio ou a imaginação põem-lhe diante dos olhos o fruto proibido, às vezes com grande vivacidade, insistência e obstinação. Mas tudo isto não é mais que o primeiro movimento, uma sugestão que não constitui pecado absolutamente nenhum, enquanto a vontade não lhe prestar o seu consentimento.

Mas a tentação prossegue: sem querer, o homem inferior que habita em nós vê-se atraído pelo fruto proibido que imagina e saboreia com agrado. Esta complacência da parte inferior da nossa natureza influi, como é lógico, na decisão da vontade livre e convida-a a consentir. É o momento da decisão. Se a vontade recusar o seu consentimento, a tentação é enérgicamente rechaçada: a vontade venceu. Às vezes, vacila um momento: não quereria ofender a Deus, mas, ao mesmo tempo, deseja gozar do fruto proibido.

Também pode suceder que resista só a meias, e que lhe falte uma decisão absoluta; ou que realmente rejeite a tentação, mas só depois de verificar que ela se vai tornando perigosa: é um estado de ânimo no qual o entendimento não distingue a situação com toda a clareza; a vontade está de certo modo agrilhoada pela acção incipiente da concupiscência: é um estado de semiconsentimento. Aqui, nunca se pode falar de pecado propriamente dito.

Caso muito distinto seria se se consentisse totalmente na tentação; isto é, se, apesar da voz da consciência, e com pleno conhecimento do mal, nós deixássemos seduzir até pensarmos com prazer no fruto proibido. Este pleno consentimento constitui um pecado mortal, se a matéria é grave; um pecado venial, se a matéria é menos grave; nos dois casos, porém, trata-se de um pecado cometido deliberadamente, conscientemente.

É preciso precaver-se contra as tentações praticando uma séria mortificação interior e acrescentando-lhe a oração. «Vigiai e orai para não cairdes em tentação» (Mat., 26, 41). A tática do mundo e do demónio tende a impedir que se ore, a infundir aversão à oração.

É preciso também precaver-se fugindo das ocasiões de pecado, por menores que sejam. «Quem ama o perigo cairá nele» (Eccl., 3, 20). Uma coisa é expor-se ao perigo de pecar enquanto se cumpre um dever, e outra é fazê-lo sem razão suficiente. Quantos têm canalizado para a sua alma males gravíssimos por se terem exposto ao perigo de olhar, dizer, ver por curiosidade, coisas sem necessidade!

Outro meio de prevenir a tentação é afastá-la mediante um trabalho contínuo e o cumprimento consciente das obrigações pessoais. «A preguiça é o maior de todos os vícios», diz a sabedoria popular.

Um último meio de evitar a tentação é fomentar verdadeiro ódio por todo o pecado, por mais pequeno que pareça, e, sobretudo, esforçar-se por aumentar o amor de Deus e de Cristo. O amor é o maior auxílio e a maior defesa contra a tentação: dá força, alegria, ímpeto e um arrojo tais que a tentação é prontamente vencida. Mas a força do amor obtém-se pela participação no sacrifício da missa e na sagrada comunhão, que é o sacramento do amor.

Importa combater a tentação. É preciso repetir muitas vezes e com confiança a petição do Pai Nosso: «não nos deixeis cair em tentação». Já que Cristo põe nos lábios humanos tal pedido, cabe-nos repeti-lo incessantemente: assim apoiamo-nos naquele que com a sua paixão e morte destruiu o poder de Satanás (João, 12, 13).

Combatemos a tentação manifestando-a abertamente ao director espiritual, pois expô-la é vencê-la. Quem revela

as suas próprias tentações ao director espiritual, poder a certeza de que Deus lhe outorga a graça necessária para ser bem orientado. A manifestação das tentações era, para os Santos Padres, uma coisa santa que cumpriam rigorosamente. Nem por isso andavam desencaminhados: este acto de humildade era para eles um meio de primeira ordem para vencer e afugentar a tentação.

A tentação nunca pode ser combatida pondo-nos a discutir com ela, ou até defrontando-a directamente. Combatemo-la melhor indirectamente. Mal ela surge importa desviar o olhar para o dirigir a quem vive dentro de nós e combate a nosso lado. Deste modo, a tentação conduzir-nos-á à oração, à união com Deus e com Cristo: não trará dano, mas proveito. «Deus faz concorrer todas as coisas para o bem dos que o amam» (Rom., 8, 28).

A tentação é, pois, realmente uma graça, um meio excelente de adquirir a vida de perfeição cristã: assim a vê Deus, assim a devemos nós apreciar.

O cristão sabe que está baptizado, que é membro de Cristo. Há-de vencer. «Tudo posso naquele que me conforta» (Fil., 4, 13). «Bem-aventurado o varão que padece tentação porque, depois de experimentado, receberá a coroa da vida que Deus prometeu aos que o amam» (Tiago, 1, 12).

AS IMPERFEIÇÕES

«Esforçai-vos por alcançar o amor»
(I Cor., 14, 1).

O cristão está destinado a viver a vida divina mediante uma participação activa na vida de que Jesus Cristo é a cabeça.

Em Cristo, porém, não há pecado nem sombra de imperfeição: todas as suas obras são perfeitas, tanto na sua execução exterior como na sua essência interior. É-lhe impossível operar com caridade imperfeita, pelo temor ao castigo ou por uma esperança de recompensa. Tudo faz por amor puríssimo ao Pai, atendendo unicamente ao seu desejo e à sua glória.

Cristo vive a sua vida de oração com absoluta perfeição e fidelidade: a sua oração é adoração, acção de graças, intercessão e reparação perfeitas. A sua mortificação também é perfeita; a sua sede de imolação não conhece outro limite fora do beneplácito do Pai. Ama heróicamente a pobreza, a renúncia, a humilhação, como também ama heróicamente os homens; nem sequer aos inimigos guarda rancor no seu coração; entrega-se-lhes voluntariamente e deixa que o atormentem com crueldade selvagem. Cristo dá o sangue e a vida tanto por amigos como por inimigos. Não há acção ou pensamento seu susceptível de aperfeiçoamento; tudo o que faz, diz ou sofre é insuperavelmente perfeito. Os seus actos são do inteiro agrado do Pai.

Partilhar esta vida divina, revivê-la, eis a vocação do cristão. Portanto, não somente deve ele evitar todo

o pecado, incluindo o venial, como também lutar incessantemente por se libertar das imperfeições que costumam desfeiar os actos e pensamentos bons por natureza.

FREQUENTEMENTE AGIMOS COM IMPERFEIÇÃO

Deus não impõe ao cristão uma renúncia absoluta às criaturas, mas aconselha-a a fim de que a sua vontade, o seu beneplácito, a sua glória sejam o seu único amor. Não lhe manda vender tudo o que possui, dá-lo aos pobres e segui-lo, mas aconselha-o. «Se queres ser perfeito, vai, vende o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu, e depois vem e segue-me» (Mat., 19, 21). Não manda renunciar ao matrimónio, mas aconselha-o como algo mais perfeito para aqueles «a quem foi dado compreender isto» (Mat., 19, 11). Aconselha a servir com humildade: «Quem for maior, entre vós, seja servo dos outros» (Mat., 23, 11). «Quando fores convidado, vai e senta-te no último lugar» (Luc., 14, 10). «Não vos preocupeis, dizendo: que beberemos, que comeremos ou que vestiremos? Os pagãos afadigam-se com tudo isso; mas o vosso Pai celestial conhece as vossas necessidades; buscai primeiro o reino dos céus, e o restante ser-vos-á dado por acréscimo» (Mat., 6, 31-33). «Fazei ao próximo o que quiserdes que vos façam a vós próprios». (Mat., 7, 12). «Não resistais ao mal, e se alguém vos esbofetear a face direita, oferecei-lhe a esquerda; e a quem quiser questionar contigo para te tirar a túnica, dá-lhe também o manto, e se alguém pedir para percorreres uma milha com ele, percorre duas. Dá a quem pede e não voltes as costas a quem te pedir emprestado» (Mat., 5, 39-42).

O Senhor não ordena estas coisas, simplesmente é do seu inteiro agrado que se façam.

Para cumprir a lei, basta fazer o que está mandado; se o cristão observa os mandamentos, não comete nenhum pecado. Mas para além do que não pode ser feito ou omitido sem pecado, sem ofensa a Deus, abre-se às suas aspirações o vasto horizonte das coisas que não estão ordenadas, mas somente aconselhadas ou recomendadas, que não somente são boas, mas melhores; que se não enquadram já nos estreitos limites do mandamento, mas pertencem à vida da perfeição.

Nestas alturas, já não há lugar para atitudes de tibieza perante o pecado venial e os defeitos; há apenas a vida interior, o desejo ardente de fazer todo o bem possível sempre que se proporcione a ocasião, o bem para o qual o cristão se sinta atraído interior ou exteriormente, exercitando-o com a maior renúncia e dedicação possíveis; o desejo ardente de não desperdiçar nem uma parcela de todo o bem que possa fazer, de se não poupar a fadigas para praticar qualquer acção com o maior esmero.

Nestas cumiadas, reina «o ardor da caridade», daquela caridade que ama verdadeiramente a Deus sobre todas as coisas, e tão sinceramente, tão intimamente que exclui tudo o que poderia desagradar a Deus ou agradar-lhe menos, e incita eficazmente a alma a realizar o que lhe trazer mais glória.

É aqui que se descobre à alma o vasto campo das imperfeições. O cristão age imperfeitamente quando cumpre, sim, o que está preceituado, mas ao mesmo tempo abandona aos que querem ser mais perfeitos quanto excede os limites da simples obrigação.

Age ainda com imperfeição sempre que faz o que é justo e bom mas sem o cuidado e a delicadeza que

devem caracterizar uma alma que se propõe elevar-se espiritualmente cada vez mais, dia a dia. Poderíamos, deveríamos fazer melhor o que já fazemos bem: orar, estudar, obedecer, etc. Mas fazemos o bem menos perfeitamente do que somos capazes ou, o que é a mesma coisa, não fazemos todo o bem que poderíamos fazer.

Cada dia o cristão pode desfear a sua alma com novas imperfeições. Possui a graça santificante e, por isso, as suas acções ou são pecaminosas ou moralmente boas, meritórias e agradáveis a Deus, já que na prática não há termo médio; no decurso do dia, as ocasiões de pecar venialmente são sem comparação muito mais frequentes que as de praticar o bem.

As boas acções que o cristão vai encontrando no decorrer do dia são, pouco mais ou menos, a oração, o trabalho, as obras de caridade, a mortificação, o sofrimento. A toda esta cadeia quase ininterrupta de boas obras pega-se o mofo das imperfeições, raras vezes se praticam com tal elevação, com tal ardor e tal pureza de intenções que se não possam fazer melhor, com mais atenção, com uma intenção mais recta, com um amor de Deus mais intenso. As mais das vezes, os actos sobrenaturalmente bons, como a oração, a obediência, a mortificação, a obrigação de amar o próximo e ainda os inimigos, as práticas religiosas de todos os géneros, realizamo-las, não tanto incitados por um amor perfeito de Deus, quanto por um amor imperfeito, isto é, pelo temor ao castigo, pela esperança dum prémio, para atrair a bênção do Senhor. Procuramos Deus, é certo, mas para satisfação nossa, porque nele encontramos felicidade. E, assim, privados da caridade pura, muitos dos nossos actos manifestam uma excessiva imperfeição.

As acções naturalmente boas como, por exemplo, o trabalho, as obrigações familiares ou profissionais,

o comer, o descansar, o estudo, nem sempre estão animados daquele espírito de fé e pureza de intenção que são necessários para os sobrenaturalizar. Melhor, procedem do nosso modo de ser, julgar e pensar, simplesmente humanos. Esta maneira de agir provoca sempre uma cadeia de imperfeições. Às vezes sentimo-nos induzidos a fazer algumas coisas boas, a rezar por exemplo; preferimos, porém, qualquer outra coisa que, embora igualmente boa em si mesma, é naquele momento uma ocupação desnecessária, apesar de não podermos esquivar-nos ao sentimento de que seria muito melhor seguir a inspiração da oração. É assim que muitos dos actos bons se transformam em actos imperfeitos.

Uma fonte inesgotável de imperfeições é, por último, o mau costume de não apontar antes de tudo a mira das acções para Deus, para o seu beneplácito, para a sua glória, para a sua vontade; pelo contrário, fixamo-la em nós próprios. Acostumamo-nos a julgar os acontecimentos, as experiências e até os homens, em primeiro lugar sob o nosso ponto de vista pessoal: julgamos boa uma coisa se nos parece apetecível; chamamo-la má se não coincide com os nossos desejos; não nos interessa saber se é ou não agradável ao Senhor. Comportamo-nos como se nos esquecêssemos totalmente d'Ele, por estarmos concentrados em nós. E isto mesmo nos ocorre na oração e na frequência dos sacramentos: chamamo-los bons, quando sentimos prazer e nos trazem consolação. Sempre o «eu» em primeiro lugar. E o Senhor? Desta disposição procedem todos os dias inúmeros actos imperfeitos que poderiam e deveriam desaparecer.

São muitas as imperfeições que adulteram o bem que fazemos. No entanto, atribuímos pouca importância ao facto. Esta indiferença é um grande obstáculo ao pro-

gresso espiritual. «É evidentemente impossível progredir na vocação enquanto não forem aniquiladas essas imperfeições» (Cfr. «Subida do Monte Carmelo», Livro I, Cap. II).

O SIGNIFICADO DA IMPERFEIÇÃO

O acto imperfeito é em si um acto bom, já que não supõe pecado nem transgressão dum mandamento divino. Consolamo-nos facilmente dizendo: não sou obrigado a fazer mais; fiz o que devia e continuo na mesma. Esquecemos facilmente que um acto assim pode transformar-se em pecado venial por culpa dos motivos íntimos que nos determinam a agir imperfeitamente: um apego desordenado a certo trabalho, um prazer em si lícito, o comodismo, o horror ao sacrifício, a ausência da necessária mortificação, do necessário espírito de fé e de visão sobrenatural na vida diária, a falta de disciplina, etc. No fundo, todos estes motivos significam quase sempre um domínio insuficiente do orgulho, do amor-próprio, do egoísmo. Estes factores, que podem encontrar-se na base de muitas acções imperfeitas, convertem-nas em pecados veniais e por isso devem ser matéria de confissão.

Embora a imperfeição não seja pecado, é sempre uma desordem porque está em desarmonia com aquilo que Deus espera e deseja do cristão. Com estes actos imperfeitos demonstramos ter uma vontade pouco nobre e até pouco generosa: demonstramos só estar dispostos a servir a Deus naquelas coisas cuja violação ou omissão acarreta uma sanção.

As imperfeições não significam senão que antepomos o nosso gosto à vontade e ao beneplácito divinos. Procura-

mos antes de tudo o que nos agrada, embora o façamos em coisas boas que não representam nenhuma ofensa a Deus. Quando trabalhamos ou cumprimos o dever, coisas boas por natureza, não as consideramos primeiramente *in conspectu Dei*, mas subordinamo-las aos nossos próprios interesses e ponderamos se nos são ou não agradáveis, úteis e proveitosas: primeiro nós, depois Deus. E é isto o perfeito amor de Deus?

As imperfeições representam, além disso, uma omissão do bem que podíamos e devíamos fazer, comprometem o valor moral da acção que realizamos e supõem uma perda apreciável de graça, de méritos e de glória.

É evidente que, deste modo, privamo-nos de muitos favores e de graças divinas especiais; e torna-se cada vez mais inacessível a perfeição real isto é, a participação perfeita na vida divina.

As imperfeições roubam nobreza e vigor à alma. Se as não combatemos eficazmente, colam-se a todas as acções, desfiguram o tom geral da conduta e podem chegar a impedir o seu desenvolvimento completo. O hábito de agir imperfeitamente leva facilmente ao retrocesso de toda a vida espiritual.

Como consequência de muitos actos imperfeitos, é inevitável que voltem a pulular determinadas tendências desordenadas que preparam o caminho ao pecado venial. Já não podemos cumprir sinceramente o primeiro mandamento: «Amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todo o teu entendimento». Deixamos de progredir, tornamo-nos almas atrasadas. A criança deve crescer porque, se não cresce, não só nunca será um homem, mas far-se-á um ser monstruoso, um anão; o mesmo acontece na vida interior: se não crescermos ininterruptamente no amor, ficaremos

como essas pobres criaturas acabrunhadas, anões da vida espiritual.

A perfeição não é, pois, um pormenor sem importância; não é nunca suficiente contentarmo-nos com não cometer nenhum pecado venial, pois ainda fica muito caminho por andar. Quem não avança, quem não está decidido a melhorar os seus actos, dia a dia, com mais fé, humildade e paciência, retrocede. Melhorar ou retroceder: não há meio termo, não há nem pode haver tréguas. O cristão deve convencer-se disso duma vez para sempre. Também da sua atitude em relação às imperfeições depende o seu progresso interior, o aumento de graça e de virtude e, em última análise, um maior ou menor grau de glória na eternidade.

Tendo chegado a Bersabé, e retirando-se de lá para o vizinho deserto de Judá, o profeta Elias reclinou-se debaixo dum sicómoro e desejava morrer. «Basta, Senhor, recebe já a minha vida», tal era o seu desespero. Adormeceu, mas um anjo o acordou e Elias viu junto de si um copo de água e um pão; come, bebe e volta a adormecer. Pela segunda vez o sacode o anjo e lhe ordena: «Levanta-te e come, porque te resta ainda um longo caminho a percorrer». Elias levantou-se e, com a força daquele alimento, andou durante quarenta dias e quarenta noites até ao monte Horeb (III Reis, 19, 3-8).

Podemos imaginar-nos a nós mesmos sob a figura de Elias, porque também nós, muitas vezes, quereríamos dizer: «Basta, Senhor». Não será suficiente conservar a alma pura de todo o pecado grave e de todo o pecado venial deliberado? Não bastará mortificar-nos continuamente, para não cometermos nenhum pecado venial semidelibrado? A nós parece-nos que sim; mas o anjo do Senhor, a graça, vai-nos despertando dos nossos pensa-

mentos e incita-nos: «Levanta-te, que ainda te resta um longo caminho a percorrer, enquanto não tiveres eliminado, tanto quanto possível nesta vida, todas as tuas imperfeições.»

Como consegui-lo? O único meio é o amor puro, o amor perfeito de Cristo e de Deus. Porque uma coisa é essencial para nós: «esforçar-nos por alcançar o amor» (I Cor., 14, 1).

É preciso pedir a Deus a graça de chegarmos, por meio de uma ardente caridade, a fazer todo o bem em qualquer ocasião que se nos proporcione, e a fazê-lo sempre com perfeição.

A H U M I L D A D E

«Aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração» (Mat., 11, 29).

O baptismo transformou o cristão em membro vivo de Cristo. É por isso que o espírito, a vida interior do Senhor, terá que agir nele e aparecer em todo o seu ser.

Ora, o espírito de Cristo é, na sua essência, um espírito de humildade. Assim, o espírito que anima e move o verdadeiro cristão, membro do corpo místico de Cristo, será também necessariamente um espírito de humildade: «Aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração».

Jesus Cristo desenha-nos um quadro sublime da humildade na parábola do fariseu e do publicano. «Dois homens subiram ao templo para orar, um fariseu e outro publicano. O fariseu, de pé, orava assim: Ó Deus, dou-te graças por não ser como os outros homens, ladrões, injustos, adúlteros, nem como este publicano. Jejuo duas vezes por semana, pago o dízimo de tudo o que possuo. O publicano pôs-se longe e nem se atrevia a erguer os olhos para o céu e batia no peito dizendo: Ó Deus, tem piedade de mim, pecador». Pois eu vos digo que este voltou para sua casa justificado, e o outro não. Porque quem se exalta será humilhado, e quem se humilha será exaltado (Luc., 18, 9-14).

O QUE É A HUMILDADE CRISTÃ

O orgulho é a estima demasiada das qualidades próprias. É orgulhoso quem atribui a si mesmo o bem que faz — como se fora por seu próprio mérito. O soberbo

compraz-se nas suas virtudes, ruma com prazer os seus talentos, o seu saber, os seus méritos; deseja que todos o admirem. Esta autocomplacência origina uma confiança orgulhosa em si mesmo; o soberbo conta com a sua própria capacidade, com a sua inteligência, com o seu critério; julga-se mais inteligente, mais perspicaz do que os outros; nem sente sequer necessidade de orar a Deus para obter a sua luz, a sua força, a sua graça. O soberbo basta-se a si próprio.

A complacência própria leva-o a considerar-se superior a todos os outros. Despreza-os, olha-os de cima para baixo, julga-se muito melhor que eles, como o fariseu de que nos fala o Evangelho.

Da complacência em si mesmo deriva também a ambição ou seja, o desejo desordenado de louvor, de admiração, estima e fama, acompanhado do medo de não ser suficientemente considerado e apreciado, de ser esquecido ou postergado; do medo de que qualquer outro o possa igualar ou superar, conseguir um triunfo ou uma reputação mais excelentes, exercer uma influência mais ampla.

É assim que vão brotando, da depravada raiz da soberba, os movimentos de inveja, ciúmes, ódio e a inimizade mais feroz. O ambicioso procura ser o primeiro em tudo, quer dominar tudo, ter sempre razão, impor a todos as suas opiniões e os seus caprichos, desempenhar o primeiro papel, razão por que não poucas vezes se expõe ao ridículo. Dissimula quanto pode os seus defeitos e transforma-se em escravo da vaidade e do respeito humano, em pessoa sem carácter, falsa, mentirosa, insidiosa nas palavras e nos sentimentos, em todo o seu ser.

O humilde, pousa antes de tudo, os olhos no Senhor: «Tu solus sanctus, tu solus altissimus». Sabe que por si só nada tem e nada é; reconhece imediatamente o bem

que em si existe e as qualidades que possui, mas tem sempre em mente a expressão: «Que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te glorias como se o não tivesses recebido?» (I Cor., 4, 7); humilha-se no reconhecimento do seu próprio nada e da sua absoluta dependência de Deus, e mantém-se no lugar que lhe compete.

O humilde vê com clareza que tudo recebeu de fora, tanto na ordem da natureza: vida, corpo, inteligência, talento, saúde e força, olhos, membros; como na ordem da graça: «Deus produz em nós o querer e o agir». (Fil., 2, 13), «não que por nós mesmos sejamos capazes de pensar coisa alguma, porque a nossa suficiência vem de Deus» (II Cor., 3, 5): nenhum pensamento, nenhuma decisão salutar, grata a Deus, nenhuma obra boa, nem mesmo a mais ínfima, nenhuma oração, nenhum acto de fé ou de caridade provêm de nós mesmos ou podemos chamá-los completamente nossos. Mesmo a nossa cooperação com a graça, o facto de não abusarmos dela e de lhe correspondermos inteiramente, é fruto da acção de Deus em nós. Quão exactas são as palavras do Apóstolo: «Que tens tu que não hajas recebido?». Nada, absolutamente nada.

Há, todavia, algo que é exclusivamente nosso: o pecado. O humilde sabe muito bem que, abandonado a si mesmo, só disso é capaz: de pecar. Se não caiu ainda nestes ou naqueles pecados, não o deve a si mesmo, mas unicamente a Deus que, na sua infinita misericórdia, o preservou: isolado, não teria podido defender-se. Como o publicano do Evangelho, reconhece-se pecador, e indigno de levantar os olhos ao céu, indigno da estima e do afecto dos homens; merecedor de ser tratado tal apenas como é: um pecador.

A humildade de espírito encontra a sua expressão prática na humildade da vontade e da acção. O humilde, não se preocupa nem com a sua honra nem com a afirmação da sua personalidade, dos seus caprichos, desejos ou gostos; ama e, mais ainda, procura o desprezo, a ignomínia, a injustiça, para tudo sofrer em união com o Redentor, humilhado e desprezado pelos homens. Considera uma honra poder estar tão perto de Cristo — como membro do seu corpo místico — para padecer, juntamente com Ele, contrariedades e injustiças.

Partilha da vida humilde do Senhor, considera um privilégio poder convivê-la. Cheio do espírito de Cristo, nem sequer deseja sair da condição em que se encontra: não aspira a grandes e brilhantes êxitos pessoais, a cargos e honras; sente-se feliz com as modestas possibilidades de acção que lhe foram outorgadas, com o trabalho e campo de actividade que lhe confiaram; feliz ainda por ver como os outros realizam obras dignas de maior apreço.

O humilde tem a intuição suficiente para descobrir os seus próprios defeitos e fraquezas, conhece detalhadamente as suas infidelidades e faltas diárias: está disposto a admitir que tem mais deficiências e fraquezas do que os outros. Compenetrou-se tão profundamente do seu próprio nada, que se considera o mais baixo dos homens, o mais pecador, o mais indigno de erguer os olhos ao céu.

Quanto mais adquire a consciência do seu próprio nada e indignidade, tanto mais se apoia na misericórdia, na graça, no perdão, nos favores e na proximidade do Redentor. Ninguém será melhor homem de acção que o humilde, ninguém invocará, como ele, a luz e a força do céu; ninguém terá uma confiança em Deus como a sua, plácida e serena. Quanto menos procure e possa

trabalhar só, tanto mais actuará nele a graça divina. Deus gosta de criar do nada. Em Deus e em Cristo, o humilde sente-se forte, ousado, intrépido, apto para qualquer empreendimento e preparado para qualquer revés, disposto a qualquer renúncia: «Tudo posso naquele que me conforta» (Fil., 4, 13).

O humilde atende a Deus sòmente, à sua vontade, ao seu beneplácito, às suas prescrições ou permissões. O humilde saboreia a harmoniosa beleza da vontade divina, a sua sábia providência, vive sem preocupações, abandonado nos braços divinos. A sua vida é alegria na vontade de Deus e de Cristo: reconhecer-se pobre ou débil, não o preocupa nem desorienta; ele não se contempla a si mesmo. Apesar de se reconhecer tão imperfeito, é feliz. Não quer as suas imperfeições, detesta e combate os seus defeitos, mas estes não o inquietam; apenas o humilham e por isso levam-no mais perto de Deus, incitam-no à oração e à confiança. Queria, caminhar apressadamente para as cumiadas da perfeição, mas está contente por as coisas irem tão devagar e tão dificilmente. Tudo aceita tal como Deus o envia, em tudo se acomoda plenamente à orientação e à providência divina; a única coisa que deseja é ser pequeno, nada fazer por si próprio, mas sempre depender do Senhor, abandonar-se confiadamente nos seus braços. Quem pode gozar de maior liberdade interior do que o humilde? Haverá alguém mais livre interiormente, mais puro, mais sereno, mais unido a Deus?

Eis o mistério da humildade, o mistério de querermos ser nada, perante nós mesmos e perante os homens, o mistério de ansiar ser desprezados por amor de Cristo. Mas, quão pouco nós, os cristãos, o compreendemos, bem como a alegria profunda e íntima que encerra!

POR QUE DEVEMOS SER HUMILDES

A humildade é a virtude de Cristo.

«O Verbo se fez carne e habitou entre nós» (João, 1, 14). O mistério da encarnação do Verbo é o mistério e o acto de humilhação e aniquilação voluntários e sem limites do Filho de Deus; é o produto de uma fome divina de humilhações, desprezos e ignomínias, absolutamente incompreensível para nós. «Tende entre vós os mesmos sentimentos que teve Cristo Jesus, o qual, existindo na forma de Deus, não se mostrou avaro em conservar a sua igualdade com Deus, antes se aniquilou a si mesmo tomando a forma de servo e fazendo-se semelhante aos homens; e, na condição de homem, se humilhou, feito obediente até à morte, e morte de cruz» (Fil., 2, 5-8). O Filho de Deus, a eterna e divina Sabedoria, escolhe deliberadamente o anonimato e a ignomínia da morte na cruz.

O cristão deve seguir Cristo até ao estábulo de Belém, até ao esconderijo de Nazaré, onde leva uma vida de trabalho, pobreza e obediência, onde escolhe, consciente e deliberadamente, a humilhação.

O cristão deve seguir Cristo ao horto de Getsemani, na véspera da sua dolorosa paixão, onde se cobre com o manto sujo dos nossos pecados. «A quem não conheceu o pecado, Deus fê-lo pecador por nós, para que nos tornássemos nele justiça de Deus» (II Cor., 5, 21).

E que profunda é também a humilhação de ser postergado por Barrabás! O povo, que pouco antes o havia aclamado, gritando: «Hosana ao Filho de David», exige, agora, a Pilatos que liberte Barrabás. Que faz Ele, o justo, o inocente? Cala-se, sofre em absoluto silêncio esta imensa afronta pública; tanto mais pública, quanto é certo que se produz perante o mundo romano-pagão, representado por

Pilatos, e perante o mundo hebreu ali presente. Sem uma palavra de ressentimento, deixa-se julgar como um dejecto da humanidade pelo poder público e pelo povo, que só cumulava de bens; deixa-se tratar como um proscrito, com quem uma soldadesca cruel e desenfreada troça e brinca. Não o poderia evitar? Sem dúvida alguma. Mas quer aniquilar-se até ao fim. Este é o espírito de Cristo: ânsia de aniquilação, de desprezo, de humilhação diante dos homens.

Vem depois a humilhação da morte na cruz. O mundo de então não conhecia morte mais afrontosa; era a morte dos escravos e dos expulsos da sociedade humana. E é precisamente esta morte a que Cristo deliberadamente escolhe, com plena consciência, esta e não outra qualquer. «Humilhou-se, fez-se obediente até à morte, e morte de cruz», por voluntária obediência ao Pai.

Sim, não há dúvida alguma: a humildade é a virtude de Cristo. Ele, que é a nossa cabeça, deve prosseguir em nós, seus membros, a sua vida. Eis a razão por que a nossa vida não pode ser senão vida de negação, vida de autêntica humildade e obediência.

A humildade é pressuposto de toda a virtude e de toda a perfeição. Sermos humildes é reconhecer o nosso nada, a nossa absoluta dependência de Deus, aceitar a nossa insuficiência e a nossa dependência «daquele que é». Semelhantes disposições de espírito e de vontade têm de atrair sobre a alma o agrado de Deus. Não será natural que Ele se debruce sobre ela e venha ao encontro da sua humildade e do seu nada suplicante, com a plenitude da sua graça e da sua força? Nunca a alma está mais pronta a receber a graça que quando é humilde. «Deixai que se aproximem de mim as crianças!» É uma lei sagrada na ordem sobrenatural: «Quem se humilha

será exaltado»; «Deus dá a sua graça aos humildes» (I Pedro, 5, 5).

A humildade é, por outro lado, a confissão do poder, da sabedoria, da magnificência, da bondade e misericórdia de Deus. É um contínuo clamar: «Tu solus sanctus...», «santificado seja o teu nome», uma adoração ininterrupta do Altíssimo. Tal homenagem glorifica excelsamente a Deus, que não pode deixar de se inclinar sobre a alma com infinita misericórdia e adorná-la com os seus melhores dons. «Quem se humilha será exaltado».

«Deus resiste ao soberbo». Os altos cumes dos Alpes estão eternamente cobertos de gelo, são eternamente infecundos, incapazes de receber a vida, de a desenvolver ou de a conservar; só nas planícies verdejam os prados e ondeiam as searas; só nas planícies prospera uma vida fecunda.

A sublimidade da humildade mostra-se especialmente no facto de que todas as outras virtudes se fundamentam nela e com ela se desenvolvem. É bem verdade que a fé é o começo da vida cristã, a primeira de todas as virtudes sobrenaturais. Mas também ela tem como base e princípio a humildade, isto é, a submissão da vontade, a docilidade da inteligência, para que se ajoelhe perante a verdade revelada por Deus, uma verdade que ela não pode apreender, mas que terá de confirmar. É a fé que levanta a alma para Deus, mas só o faz se a força da humildade a submeter primeiro inteiramente. Portanto, não é possível ter fé sem humildade. E não é possível existir uma vida cristã verdadeira e real que não assente numa fé profunda e viva.

Do mesmo modo, não pode haver vida de obediência sem uma profunda humildade, ou seja, sem o propósito de submeter e sacrificar cega e totalmente o próprio eu, os critérios pessoais, a vontade e os desejos.

Como não pode haver um sincero e desinteressado amor pelo próximo, se na alma não reina a caridade. Só a alma verdadeiramente humilde é desinteressada e altruísta: não pensa em si mesma, nem procura, em primeiro lugar, os seus interesses; só ela, portanto, pode realmente ser generosa para renunciar, para se sacrificar, para se dar, para trabalhar por Cristo e pelas almas, para sofrer a injustiça e a ingratidão, para padecer e para se negar a si mesma. Onde houver pouca humildade, fatalmente há-de haver pouca caridade.

Só a alma humilde pode ser alma de oração. Orar quer dizer reconhecer o próprio nada, a incapacidade de agir bem, a dependência de Deus, e ao mesmo tempo confessar a magnificência, a bondade e o amor de Deus para com os seus filhos, as criaturas. E assim, quem se encontra em condições mais favoráveis para a oração que o humilde? Só ele saberá agradecer e aceitar como um presente de Deus tudo o que o vaivém do dia lhe traz, e saberá fazer disso um «Deo gratias», uma oração, um acto de caridade, de gratidão e de confiança.

A alma humilde, conhecendo bem a insignificância, dependência e inutilidade da sua pessoa, alimentará uma confiança em Deus ilimitada e inamovível. Saberá submeter-se sem reservas e obedecer sem críticas e cegamente aos superiores, renunciar por inteiro aos caprichos e gostos, condescender e aceitar com calma e paciência tudo o que Deus envia, particularmente através dos homens e das circunstâncias difíceis, no meio das quais nos encontramos frequentemente na vida.

É por isso que a humildade é condição indispensável para toda a virtude e perfeição, como, no sentido contrário, o orgulho é um obstáculo insuperável. A humildade é um desejo sério de perfeição.

A humildade é o ponto decisivo na nossa vida e ideais religiosos. Há muitos caminhos, virtudes e meios que conduzem à perfeição do amor, mas em todos esses meios e caminhos por onde o homem procura avançar, acaba por chegar sempre ao mesmo ponto, isto é, à submissão da vontade própria à vontade de Deus, isto é, à humildade.

Orar é indispensável. Mas há muitos que rezam e que ao mesmo tempo, em milhares de coisas, seguem a sua opinião e os seus desejos, e não a vontade de Deus. Falta-lhes a humildade. Podem fazer muitos sacrifícios, mas por vontade própria, não porque Deus o queira — correm bem, mas fora do caminho. Falta-lhes humildade. Todos os caminhos e processos que vemos recomendados nas Sagradas Escrituras e nas obras dos santos para a edificação da vida espiritual são bons. Mas só fazem sentido e só têm conteúdo na vida prática se se fundamentam na sujeição à vontade de Deus, isto é, na humildade. A humildade, a sujeição infantil a Deus, é sinal claro da verdadeira e frutuosa vida de virtudes e das mais altas dádivas da graça de Deus. Em especial, a oração só pode ser considerada verdadeira se estiver acompanhada da virtude da humildade, como inversamente é necessária muita oração para se alcançar a humildade perfeita; como se vê, a humildade e a vida de piedade são inseparáveis.

«Aprendeí de mim que sou manso e humilde de coração, e encontrareis paz para as vossas almas» (Mat., 11, 29). O Senhor ligou à humildade uma promessa maravilhosa: a paz da alma. Todo o cristão busca esta paz e só a uma classe de pessoas é dado encontrá-la: aos humildes. «Há quatro coisas, diz o autor da Imitação de Cristo, que trazem uma grande paz. Procura, meu filho, fazer a vontade dos outros preferentemente

à tua. Escolhe sempre o pequeno em vez do maior. Procura sempre o último lugar e estar submetido a todos. Deseja sempre e pede para que, em ti, se cumpra a vontade de Deus» (Livro III, cap. 23). Não é este precisamente o espírito e a ambição da alma humilde?

Pode um homem mostrar-se mais contente na privação, na adversidade, na injustiça, na mortificação ou na ofensa que o que nada busca para si, o que nada quer de harmonia com os seus gostos e desejos, mas somente aspira ao que está de acordo com a vontade e as disposições de Deus? Numa alma assim disposta, emudece todo o movimento e todo o começo de descontentamento, de crítica, de impaciência ou de murmuração contra Deus ou contra as circunstâncias.

A A Q U I S I Ç Ã O D A H U M I L D A D E

Teremos que percorrer ainda um longo caminho — sendo como somos, por natureza, parentes em espírito do fariseu — antes de nos vermos transformados no publicano, num homem consciente do seu próprio nada, da sua incapacidade pessoal e da sua dependência total de Deus e da graça; um homem que sinta vivamente, que conheça e reconheça a sua própria perversidade interior e a sua disposição para o pecado, que deseje ser considerado e tratado pelos outros de harmonia com aquilo que realmente é.

Na nossa natureza está arreigada uma aversão a tudo o que é humilhação e humildade. Reconhecemos a nossa nulidade mas, na prática, não queremos viver de acordo com essa ideia. O espírito do mundo, do amor-próprio, do orgulho penetrou também em nós, cristãos, mesmo entre aqueles que aspiram à perfeição, em tal grau que, sem o percebermos, partilhámos da opinião depreciativa que o mundo manifesta acerca da humildade cristã. Por que nos espantamos, pois, de encontrar tantos defeitos nas almas, nas famílias cristãs, nas comunidades religiosas? Falta o fundamento, a base: o reino de Deus baseia-se na justiça e na verdade.

A AQUISIÇÃO DA HUMILDADE

Como consegui-lo? Com a submissão humilde a Deus em tudo. E nesta submissão consiste precisamente a humildade. A grande mentira, a origem de toda a mentira e de todo o pecado é a presunção, atitude que pretenderia fazer da autonomia e da auto-exaltação do homem o princípio vital. E esta grande mentira deve ser vencida a golpes de humildade, porque «humildade é verdade»: esta virtude obriga-nos a ocupar o lugar que nos pertence, tanto diante de Deus como diante dos homens. A humildade é também justiça.

Como chegar, porém, à verdadeira humildade?

A NOSSA TAREFA

A tarefa do cristão é, primeiro, meter bem no coração as palavras do Apóstolo: «Que tens tu que não hajas recebido? E se o recebeste, por que te glorias?» (I Cor., 4, 7); «É Deus quem produz em nós o querer e o agir!» (Fil., 2, 13). Nada posso atribuir a mim mesmo. Se Deus nada me desse, como poderia eu conceber sequer, um bom pensamento, desejar ou tentar alcançar algum bem? Dependemos da sua acção em nós, muito mais do que o queremos compreender ou imaginar. «Por nossa parte, não somos capazes de pensar nada como de nós mesmos, pois a nossa suficiência vem de Deus» (II Cor., 3, 5). É um conhecimento explícito da fé: quem afirmar que a graça de Deus é dada em virtude da oração, e não que é a graça de Deus que faz com que possamos orar a Deus, contradiz o Apóstolo: «Fiz-me achado dos que não me buscavam; descobri-me aos que não perguntavam por mim» (Rom., 12, 20 e Is., 65, 1). E mais ainda: o que afirma que, só com as forças naturais e sem a iluminação do

Espírito Santo, pode pensar ou querer algo de útil para a sua salvação eterna, é hereje e não compreende as palavras do Evangelho: «Sem mim, nada podeis fazer» (João, 15, 5).

Pelo espírito de fé, o cristão conhece e confessa a sua indignidade aos olhos de Deus, do próximo e de si mesmo. Que somos nós? Pecadores, inclinados a pecar, cheios de cegueira, fragilidade, egoísmo, vaidade e corrupção.

Quantos motivos nos sobram para nos escondermos no recanto do templo, como o publicano do Evangelho, e suplicar, batendo no peito: «Senhor, tem piedade dos meus pecados!»

O espírito de fé faz-nos aprofundar nos mistérios de Cristo. Quanto mais profunda for a fé com que nos aproximarmos da pessoa e da vida do Senhor, tanto mais se nos abrirá a sua essência íntima. A sua vida escondida, no seio da Virgem, o seu nascimento em Belém, a sua infância, a sua vida oculta em Nazaré, a sua actividade pública, a sua paixão, a sua vida oculta no Sacrário são mistérios em que o Senhor nos aponta o caminho para atingirmos a humildade.

Pelo espírito de fé submetemo-nos interior e exteriormente aos mandamentos, à vontade, às disposições de Deus e dos que o representam, de qualquer forma que seja, sacerdotes, superiores, autoridades civis e eclesiásticas. Tornamo-nos «obedientes até à morte» sem murmurar, sem replicar, sem críticas nem descontentamentos, com o desejo sincero de sermos conduzidos pelos superiores e deles depender em cada instante. Pelo espírito de fé, cada obrigação, cada norma de vida, cada prescrição ou autorização das autoridades, representa para nós a vontade e a ordem de Deus, e é por isso excelso e sagrada.

A AQUISIÇÃO DA HUMILDADE

Cabe-nos, por outro lado, desenvolver uma oração fervorosa. «Pedi e recebereis» (Mat., 7, 7). Ao orar, o cristão prova o seu desejo de ser humilde, ao mesmo tempo que se reconhece incapaz de o ser por si mesmo. Orando, confessa e aceita a sua impotência, inclina-se e humilha-se perante Deus. A oração está condicionada pelo esforço em obter a virtude da humildade.

A ACÇÃO DE DEUS

A principal tarefa compete ao Senhor. «Se o Senhor não constrói a casa, em vão trabalham os que a edificam» (Salmo 126, 1). Deus não nos abandona nunca; intervém e trabalha enèrgicamente para nos curar do nosso orgulho, da nossa megalomania, da nossa vaidade. É precisamente essa a sua intenção quando emprende em nós a sua grande obra de purificação. É por isso também que Ele faz tudo para que reconheçamos em nós próprios o nosso nada, e assim sejamos libertados de toda a complacência própria e de toda a falsa confiança em nós mesmos. É com esse fim que se abatem sobre nós os desesperos, as inúmeras e torturantes tentações e humilhações.

A tarefa do cristão é só uma: ajoelhar-se, deixar que Ele faça no seu interior tudo o que quiser e como quiser, seja por intermédio das circunstâncias, das experiências, das vivências do meio ambiente ou dos homens. Não querer as coisas sempre diferentes do que elas são! Tudo acontece segundo a infinita sabedoria divina e segundo as intenções da sua amorosa providência. Aceitar tudo! É nisto que reside o problema: em aceitar tudo, em poder dizer sim a tudo, até ao que é azedo e desagradável, mesmo quando se põem em causa os nossos sentimentos mais íntimos, a nossa maneira de ser, as concepções que apren-

demos a amar no mais íntimo do nosso ser. Nada para mim, nada segundo o meu desejo e querer, esperança e sentimento! «Como preferires!» Isto, sim, é humildade perante Deus, e é assim que o cristão se submete aos divinos desígnios da sua vontade, disposições e providência. Esta é a mais alta e bela acção do espírito livre, a continuação do acto de humildade e obediência de Cristo no Monte das Oliveiras: «Pai, se for possível, afasta este cálice de mim, mas seja feita a tua vontade e não a minha!» (Luc., 22, 42).

Importa aceitar e acolher, portanto, os mil pormenores ingratos, e às vezes penosos, da vida, as circunstâncias, contrariedades e obstáculos; tudo o que representa uma oposição aos nossos sonhos, a quanto julgávamos justo e bom; tudo o que contraria o nosso modo de ser, tudo quanto gostávamos de eliminar da nossa vida. Aceitá-lo, porque Ele assim o quer, porque Ele assim o manda e permite, porque Ele estabelece que a nossa vida seja assim e não de outro modo. Por meio destas disposições, que tão enigmáticas nos parecem, dia após dia, hora após hora, Deus intervém na nossa vida. «Eu sou o Senhor». É Ele quem deve dispor, quem nos indica o caminho; eu hei-de consentir e sujeitar-me humildemente. É assim que Ele me quer ensinar a ser humilde e pequeno. «Quando eras jovem, tu te cingias e ias para onde te apetecia; mas quando fores velho, estenderás as mãos e outro te cingirá e te levará para onde não queiras ir» (João, 21, 18).

É preciso aceitar o acto humilhante de termos pecado muito na vida. Ele o permitiu para edificar a nossa salvação a partir dos nossos próprios pecados. Arrepentemo-nos. Mas devemos submeter-nos também humil-

demente. O orgulhoso enoja-se de haver pecado, e o facto atormenta-o toda a vida e fá-lo sentir-se desgraçado ao ter que admitir que lhe aconteceu tal coisa. Mas a alma humilde aceita semelhante miséria e converte-a em instrumento de convicção da sua própria inutilidade, de humilhação perante Deus e de expressão do seu arrependimento: um novo meio para aderir, mais firme e confiadamente, ao Unico que é capaz de a tirar do pecado, que no futuro a pode preservar.

Importa aceitar, além disso, as contínuas humilhações da vida quotidiana que experimentamos na vida interior: as culpas diárias, as misérias, as tentações, os primeiros impulsos, as imperfeições e fraquezas, a aridez da oração, a cegueira, as faltas de compreensão, as trevas, a incapacidade para pôr em prática os propósitos. Se estas coisas nos agitam ou inquietam, se nos surpreendem ou facilmente nos confundem e abatem, é sinal de que ainda não saímos do campo do orgulho. Devemos humilhar-nos, clamando diante do Senhor: «Sim, Pai, porque assim o queres» (Mat., II, 27). Quiseste fazer-me reconhecer que não sou mais que um saco de miséria. É assim que Deus nos ensina a sermos humildes.

Por fim, trata-se de aceitar as mortificações que provêm do exterior: a crítica mais ou menos benévola, os falsos juízos do próximo a nosso respeito, o tratamento injusto, as repreensões infundadas, as calúnias, a difamação, as acusações de todo o género. Por detrás de tudo isto, que tanto faz sofrer, esconde-se o Pai amoroso, disposto a mostrar-nos os caminhos da humildade e da perfeita submissão, do abandono completo à sua orientação e vontade. Nada acontece por puro acaso.

«É nisto que consistem o progresso e a perfeição: em que te sacrifiques de todo o coração à complacência divina e não procures nada para ti, nem coisas pequenas nem grandes, nem no tempo nem na eternidade, nada; que peses tudo na verdadeira balança e me agradeças ininterruptamente, tanto pelo bem como pelo mal que receberes. Quando um dia te sentires tão bem e fortemente ancorado na confiança (em Deus), que te prepares para sofrimentos ainda maiores, que não te desculpes como se não merecesses esses sofrimentos, mas, pelo contrário, reconheças como justas todas as minhas disposições e me louves como Santo; então sim, estarás no verdadeiro caminho da paz. Saborearás a paz absoluta quando conseguires sentir um desprezo perfeito por ti próprio» (Imit. de Cristo, Liv. 3, cap. 25).

E terminamos estas considerações sobre a humildade cristã com mais estas palavras da Imitação de Cristo, II, 2:

«Quando um homem, por causa dos seus erros, se humilha, então facilmente se reconcilia com os outros e dá satisfação aos que se sentiam prejudicados por ele. Deus protege e salva os humildes; Ele ama e consola os humildes; Ele abeira-se do homem humilde; Ele oferece ao humilde a sua graça; eleva-o, para as maravilhas eternas, depois de o ter humilhado. Revela ao humilde os seus segredos, puxa-o para junto de si e convida-o a estar consigo. O humilde permanece em paz, mesmo quando é humilhado, porque está enraizado em Deus e não no mundo.

«Não penses que progrediste enquanto te não reconheceres como o menor de todos».

A O R A Ç Ã O

«Senhor, ensina-nos a orar»
(Lucas, II, 1).

Há algo de comevedor na oração do Senhor. Cristo ora na sua vida terrena, ora por nosso intermédio no sacramento do altar: adora, ama, dá graças, louva e expia sempre sem se cansar. Dia e noite. A sua oração é tão pura, tão fervorosa, tão infinitamente eficaz que os olhos do Pai pousam nela com infinita complacência e a acolhem benignamente.

Um dia ficou-se um pouco em oração. Quando terminou, um dos seus discípulos pediu-lhe: «Senhor, ensina-nos a orar» (Luc., II, 1). O discípulo sentira-se profundamente cativado pela oração do Senhor. Também o cristão de hoje pode dirigir-se a Ele e pedir-lhe: «Senhor, ensina-me a orar, dá-me a luz e a graça necessárias para penetrar no segredo da oração cristã, a fim de aprender a levar uma vida de oração segundo o modelo que nos dás».

POR QUE DEVEMOS ORAR

«Todas as coisas têm por fim a oração» (São Francisco de Sales), isto é, Deus criou-as para que o glorifiquem e o reconheçam como ponto de partida e finalidade de cada uma delas, e lhe prestem homenagem e submissão total. Os seres não dotados de razão cumprem esta função pelo simples facto de existirem, isto é, porque, ao serem

chamados pelo Criador do não ser ao ser, confessam o poder, a sabedoria e a bondade de Deus, que lhes deu a existência e lha conserva, que lhes transmite continuamente o seu ser e a sua função dentro da totalidade do universo.

Se «todas as coisas têm por fim a oração», por maioria de razão o homem foi posto na terra para reconhecer Deus como seu Criador, como primeiro fundamento e fim da sua existência, para admirar e louvar a sua grandeza, poder e sabedoria, consagrar-lhe o seu amor, acolhê-lo e encaminhar toda a sua personalidade para Ele, como seu último fim, isto é, adorá-lo, bendizê-lo, dar-lhe graças. A oração é, portanto, uma exigência que dimana para todo o homem do facto de ter sido chamado à existência por Deus e dele ter recebido tudo quanto é e possui.

Para o cristão, a necessidade de orar estriba-se noutros fundamentos completamente sobrenaturais. O cristão ora:

Porque pela redenção de Cristo se transformou em filho de Deus: «Ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, gerado da mulher, nascido sob o domínio da Lei, para reunir os que estão sob a sua alçada, para que todos (judeus e gentios) recebessem a adopção. E por sermos filhos, enviou Deus aos nossos corações o Espírito de seu Filho que clama: Abba, Pai» (Gál., 4, 4-6). Em idêntico sentido, explica o Apóstolo: «Não recebestes o espírito de servos para recair no temor, antes recebestes o espírito de adopção pelo qual chamamos: Abba, Pai» (Rom., 8, 15).

Em todo o baptizado, forma-se um novo espírito, o espírito de filiação divina, o amor filial para com o Pai, produzido pelo Espírito Santo, o qual impele o cristão a chamar Pai a Deus. Nesta palavra «Pai», o cristão resume toda a sua fé e confiança filial, a sua renúncia,

o seu amor, o seu arrependimento, a sua oração, a sua decisão de amar Deus e de se submeter, em tudo, à sua santa vontade. A oração cristã não é, pois, linguagem do homem unicamente natural no seu diálogo com Deus, mas do filho para com o Pai, a fim de o adorar e de lhe pedir ajuda. Não esquecemos a nossa natureza de criaturas; porém, não nos apoiamos nela, mas na nossa dignidade e grandeza de filhos de Deus. Cheios de veneração filial, aproximamo-nos do Pai com a convicção de que Ele nos trata sempre divinamente bem, como a seus próprios filhos, e de que nos podemos entregar a Ele com toda a confiança e com o carinho mais íntimo. Assim, pois, a oração cristã funda-se na filiação divina, isto é, na graça santificante; é o Espírito Santo que a faz brotar. É fruto, não do esforço humano, natural, mas da graça.

O cristão ora porque, em virtude do baptismo em Cristo, torna-se sarmento d'Ele, já que Ele é a vide de cuja vitalidade participa e partilha. O cristão pode falar ao Pai na oração, pode dirigir-lhe palavras de amor na medida em que está unido a Cristo e vive a sua vida.

Mas a vida de Cristo é essencialmente vida de entrega ao Pai, uma oblação, uma oferta cheia de amor filial; ora, em virtude da comunhão com Cristo, o cristão é incluído nesta amorosa imolação: nele, com ele e por ele pronuncia, com filial confiança, as palavras da grande petição: «O pão nosso de cada dia nos dai hoje, perdoai-nos as nossas ofensas, livrai-nos do mal». Assim se une à oração de Cristo e expressa os seus próprios pensamentos, a sua oração, a de um simples homem abandonado à sua insuficiência e nulidade, mas, ao mesmo tempo e antes de tudo, a de Cristo, que nele e com ele ora ao Pai. A oração do ser humano, em si mesma insigni-

ficante, é realçada e enobrecida pela dignidade e pela majestade de Cristo. «Aquele que permanece em mim, e eu nele, esse dará muito fruto» (João, 15, 5). «Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim» (Gál., 2, 20). Não sou propriamente eu quem ora, é Cristo que ora em mim. A oração será, pois, tanto mais frutuosa e eficaz quanto mais intimamente se fundir com a de Cristo.

Cristo é o grande suplicante. O Filho eterno de Deus, como Logos ou Verbo, é a palavra pela qual o Pai expressa a eterna plenitude divina e a majestade do seu ser e das divinas riquezas, pela qual se espalham a magnificência e o sublime resplendor do Pai. Cristo é o «esplendor da sua glória e a imagem do seu ser» (Hebr., 1, 3), a representação perfeita da grandeza e da infinidade divinas, um eterno canto de homenagem a Deus Pai. Cheio de fecundo amor, o Filho contempla a majestade resplandecente do Pai e canta eternamente um hino de louvor, o único perfeitamente digno de Deus.

Este Verbo eterno de Deus fez-se homem em Cristo, e assim a vida humana do Senhor se incorporou no louvor que o Verbo eternamente endereça ao Pai, e se converteu numa oração constante, numa palavra de amor. Esta exaltação penetra e molda toda a vida de Cristo, desde a sua entrada nesta vida, no seio da Virgem Mãe e no presépio, até à vida oculta de Nazaré, à vida pública, à morte na cruz, à vida imortal de que agora disfruta no céu e no sacramento do altar. Um louvor sempre perfeitamente digno de Deus, uma oração santa.

Mas Cristo quer também continuar a sua vida em nós, continuar em nós a sua própria oração. Com este fim, fez-nos participar da sua vida mediante o Baptismo e convida-nos diariamente ao sacrifício da missa, à sua oração, à sua amorosa renúncia, ao seu louvor e à sua adoração do Pai.

Nós os cristãos, oramos porque temos necessidade extrema da oração, sobretudo da oração impetratória. «Não que, por nós, sejamos capazes de pensar alguma coisa, como de nós mesmos, já que a nossa suficiência vem de Deus» (II Cor., 3, 5); e noutra parte precisa o Apóstolo: «É Deus que produz em nós o querer e o agir, segundo o seu beneplácito» (Fil., 2, 13). Somos, pois, naturalmente incapazes de vencer o mal e de resistir às tentações, de querer e agir bem e rectamente. O Apóstolo, porém, declara-nos com toda a certeza: «Tudo posso naquele que me conforta». A quem confortará melhor e a quem dará com mais facilidade força e graça? A quem orar. «Pedi e recebereis» (Mat., 7, 7). Se não pedirmos, não receberemos; se pedirmos pouco, receberemos pouco; esta e não outra é a norma geral na ordem da salvação.

Deus deseja dar-nos generosamente a sua graça, mas liga-a e condiciona-a à oração. É verdade que qualquer obra boa nos aproxima de Deus e produz um incremento de graça santificante; mas há uma maneira eficaz de a obter: a oração. É um meio que está à disposição de todos em qualquer momento e em qualquer lugar. É o primeiro meio para a alma que quer progredir e chegar à perfeição, e o último recurso para a alma que já se encontra nos umbrais da eternidade. É um meio da máxima eficácia para nos unirmos a Deus e assimilarmos a sua força. «Pedi e recebereis», pois «aos humildes Deus dá a sua graça» (I Pedro, 5, 5).

Na oração impetratória ou de súplica, confessamos o nosso mal, a nossa impotência, e tudo esperamos de Deus; na oração, reconhecemos a grandeza, a onnipotência e a bondade divinas, e incluímos, sempre e ao mesmo tempo, um elemento de adoração, de submissão aos seus desígnios.

Nós, os cristãos, oramos porque somos filhos da Igreja e esta necessita do espírito de oração. Ela é própria-mente a «Igreja orante» e a sua missão consiste em pedir, adorar, bendizer e glorificar a Deus, em sofrer e trabalhar pelos interesses divinos. Mantém sempre o seu pensamento, o seu coração, os seus desejos, os seus olhos virados para Deus, em estreita união de pensamento e de intenções com o grande suplicante, Cristo, seu divino esposo; reza no céu, reza no purgatório, reza cá na terra: «Laudamus te, benedicimus te, adoramus te, glorificamus te; gratias agimos tibi propter magnam gloriam tuam». Se, na terra, um coro de almas em oração se cansa, é logo substituído por outro que prossegue a oração da Igreja: noite e dia sobre todo o globo terrestre.

O mundo, afastado de Deus, não ora; procura a salvação em cisternas ressequidas (Jer., 2, 13), no incremento da produção material e da actividade cultural, na destruição do passado, no progresso técnico, na sempre insatisfeita avidez de lucros e de bem-estar, mesmo no afastamento de Deus e de Cristo e na luta contra a sua Igreja, na divulgação do ateísmo, na divinização do homem e da humanidade, na elevação do trabalho a valor absoluto, no dinheiro, na Nação ou no Estado. O mundo não tem necessidade de nenhum Deus ou de nenhuma ajuda: por essa razão, basta-se a si mesmo; por essa razão, nem sente a falta da oração nem a deseja. Por isso, é ainda muito maior a necessidade da oração da Igreja e da nossa, para completar e compensar, expiar e satisfazer.

«Ninguém obtém a sua salvação sem a ajuda de Deus, e só consegue esta ajuda quem reza» (Santo Agostinho). «Todos os santos se santificaram por meio da oração; todos os condenados se perderam, por não terem orado;

se o tivessem feito com persistência, ter-se-iam salvo» (Santo Afonso de Ligório). «Não há homem mais poderoso do que o que reza» (São João Crisóstomo).

Na oração reside a força da Igreja e do cristão.

SENTIDO DA ORAÇÃO CRISTÃ

Que pretendemos ao orar? Em última análise, não pretendemos mais do que a união amorosa da vontade com Deus, a entrega total do coração, estar junto do Pai, prestar-lhe vassalagem.

Podemos pôr-nos em comunicação com Deus e unir-nos a ele por uma dupla vida: pela inteligência e pela vontade. O cristão une-se a Deus reflectindo sobre Ele, sobre a sua onnipotência, ou sobre as suas diversas perfeições, a sua Providência, a sua acção, ou considerando um dos mistérios cuja compreensão pode levá-lo mais perto de Deus. Mas seria um grande erro pensar que a essência da oração reside neste modo de nos unirmos a Deus, que é apenas a preparação da oração propriamente dita.

Nesta união da vontade com Deus, queremos, antes de tudo, adorá-lo e entregar-nos a Ele amorosamente, para que faça resplandecer em nós a plenitude do seu poder e majestade, e faça incidir sobre nós livremente o seu domínio e a sua presença, de modo a permanecermos unidos a Ele numa comunhão e veneração tais que, tanto no nosso interior como no nosso exterior, Ele seja «tudo em todos» (I Cor., I, 28). A adoração e a submissão amorosa são a essência e a alma de toda a oração verdadeira, mesmo de impetratória, porque, em primeiro

lugar, temos de suplicar a santificação do nome divino, e só depois «o pão nosso de cada dia».

A oração como amor de adoração, como glorificação de Deus, é o objecto a que se hão-de subordinar todas as outras formas de oração. Se temos que pôr em primeiro lugar o próprio Deus e a sua glorificação, seria um erro ver na oração, essencialmente e em primeira linha, um instrumento de deleite espiritual ou de aperfeiçoamento moral, e subordinar a glorificação de Deus ao «serviço» da própria alma, como se a salvação desta fosse o fim superior e último da criação! Pelo contrário, é a tarefa da nossa santificação que se deve ordenar à glorificação de Deus e à sua adoração. O desejo de progresso espiritual deve ter como fundamento o desejo de melhor adorar a Deus.

À adoração anda junta a acção de graças. Cada dia experimentamos e sabemos com mais clareza como estamos obrigados a dar graças a Deus, que tudo quanto somos e temos, seja na ordem da natureza seja na da graça, temo-lo em última análise, por bondade e misericórdia divinas. Onde estaríamos se Deus nos não tivesse amado desde a eternidade, decidindo criar-nos e dotar-nos das qualidades, talentos e capacidade que possuímos? Onde estaríamos se Ele nos não tivesse enviado misericordiosamente o seu filho Unigénito, para nos livrar das grilhetas do pecado, do demónio e do inferno, para nos fazer filhos de Deus e conquistar as graças com as quais podemos alcançar a visão eterna de Deus? Quanto amor desperdiça Ele connosco todos os dias e a todas as horas! Graças sem medida, graças sem fim, graças de iluminação, de íntima excitação da vontade, de força contra o mal, coragem para o bem e para a perseverança no fim; tudo isto nos incita naturalmente e necessariamente a estar-lhe reconhecidos e a pronunciar um «sim» agradecido e generoso.

Um terceiro objectivo que nos podemos propor na oração é a reparação a Deus Pai, a quem ofendemos pelo pecado. É verdadeiramente penoso que o tenhamos ofendido grosseiramente, opondo-nos à sua vontade, que tenhamos preferido os nossos vãos caprichos aos seus preceitos e vontade, desprezando-o antepondo-lhe os nossos próprios gostos e desejos. Que podemos fazer perante tantas ofensas senão entoar do fundo do coração um «mea culpa», e arrepender-nos, chorar sobre os pecados e penitenciarmo-nos deles? O cristão tem de se aproximar do Pai, em santo e amoroso arrependimento, e esperar dele a sua palavra de perdão: o cristão reconhece e glorifica a Deus como o Deus de misericórdia.

Um quarto sentido da oração cristã resplandece na oração impetratória: toda a oração dirige-se ao poder de Deus, cuja bondade nos pode conceder a ajuda e o socorro necessários. Nesta forma de oração, o cristão mostra que crê no amor do Pai para consigo, seu Filho, e manifesta, além disso, ao mesmo tempo, a sua dependência e indigência, a sua constante necessidade d'Ele. Espera que Ele, como Pai, lhe há-de outorgar uma participação na plenitude das suas riquezas, para o fazer santo e dar-lhe todas as ajudas de que precisar para alcançar o termo da vida eterna.

Erguemos as nossas mãos em oração ao Pai, e pensamos com amor e interesse em muitos outros que estão encomendados à nossa intercessão e por quem estamos obrigados a orar: pelos vivos e pelos defuntos, pelos que nos amam e pelos que nos desprezam, prejudicam e odeiam. Na oração impetratória, honramos o poder, a bondade e o amor de Deus, e submetemo-nos a ele amorosamente; porque semelhante oração não se limita a pedir remédio para a nossa indigência; com o grito que implora, chega até ao próprio Deus e põe aos seus pés a adoração da alma cristã.

Assim, tudo quanto sobe até Deus em forma de oração, desce em forma de bênção e de graça sobre o impetrante. A oração cristã é, essencialmente e em primeiro lugar, adoração de Deus e meta da vida pessoal, e depois, instrumento para edificação da vida cristã. Não é exagero nenhum chamar à oração, com São João Eudes, «algo tão importante como a terra que nos sustenta, o ar que respiramos, o pão que comemos, o coração que nos pulsa no peito». Toda a oração verdadeira e autêntica transforma e santifica progressivamente, liberta o coração e o espírito do amor desordenado às coisas criadas, quando estas se opõem à entrega a Deus.

Pelo facto de a oração ser entrega e elevação da alma, liberta do poder e do domínio do amor-próprio, das paixões e das más inclinações. Ao orar, o cristão introduz-se mais intimamente no mundo do divino, reconhece mais sinceramente a caducidade dos bens e deleites que a terra oferece, é cada vez mais penetrado pela luz divina; a vontade vai-se unindo a Ele; o coração sente-se atraído sempre por Ele, pela sua bondade infinita e pelo amor do Pai, e vê-se inundado do amor que é o próprio Deus. Assim, a oração autêntica transforma irresistivelmente o homem e fá-lo participar cada vez mais da vida de Deus.

A força e a excelência da oração cristã revelam-se tanto na vida interior como na vida exterior do cristão.

Este é o segredo da fecundidade da acção dos santos: oravam bem e muito; da oração, tiravam forças para o abnegado e constante cumprimento do dever, para o trabalho duro e incansável, para os actos heróicos. Trabalho e oração, acção e contemplação andam juntas e apoiam-se mutuamente.

A oração, seja ela de adoração, de louvor, de acção de graças ou de impetração, volta de Deus a nós em forma

de bênção e de graça, em forma de fecundação e de ajuda para o progresso espiritual e para uma união sempre mais íntima e profunda com Deus. Assim se pode comprovar a verdade de que «a oração é o alimento e como que a respiração da alma cristã». Quem deixa de orar, deixa de respirar e de viver, e, vice-versa, se o cristão quer levar uma vida de fé viva, se com a graça de Deus pretende aproximar-se da perfeição, só pode fazê-lo pela oração, já que, ao mesmo tempo que ora, recebe a graça divina e submete-se a Deus.

De tudo isto tem de ficar bem claro que o fim último da oração não é o progresso interior do homem; nem o progresso ou a salvação da alma, mas a maior glória de Deus. Deste modo, a oração serve o progresso interior, mas este serve por sua vez a glorificação e a adoração de Deus.

«Senhor, ensina-nos a orar...».

O EXERCÍCIO DA ORAÇÃO

«A verdade vos fará livres»
(João, 4, 10).

A respeito da oração circulam muitos enganos, desconhecimentos e ambiguidades. Consequência disso, é que a oração se torna ainda mais difícil do que na realidade é, e que, pouco a pouco, se vai perdendo não só alegria, mas também o desejo de orar e a confiança no valor da oração. Muitos desses erros derivam de não sabermos em que consiste propriamente a oração, qual a sua essência e o que é orar com justiça e rectidão.

Pensam muitos que é da essência da oração cristã que os arrebate e comova profundamente; que de modo algum possam distrair-se com qualquer objecto, mesmo que seja dum modo involuntário e portanto desculpável. Outros crêem que é preciso sentir uma disposição de ânimo interior para a oração, acompanhada de certo gosto por ela: pensam que não é possível uma oração autêntica se nela não surgirem sentimentos delicados e afectos de alma, se se estiver cansado ou debilitado, ou frio, insensível e vazio. Outros há que se desorientam com uma distração ou um fracasso qualquer da oração, de tal modo que menosprezam o que oraram e voltam a começar até lhes parecer que podem, finalmente, dar-se por contentes. Vítimas destes tormentos, têm, a melhor boa vontade, mas incorrem continuamente em novos enganos e dificuldades.

A ORAÇÃO COMO ACTO

No sentido lato, orar quer dizer falar com Deus amavelmente, trocar impressões com Ele, estabelecer um diálogo cheio de amor com Ele, mesmo sem recorrer a «palavras». Cada oração autêntica mergulha as suas raízes no amor, parte do amor e dirige-se para o amor. O amor é o padrão valorativo da oração. O amor de Deus pode exprimir-se por obras ou palavras. Se se anuncia com palavras — não pode tratar-se de palavras vãs —, então estamos em face da oração. A oração é a palavra do amor de Deus, palavra e expressão do amor de Deus.

Ao empregarmos a palavra amor referida a Deus, Senhor e Criador de tudo, teremos necessariamente que sentir ligado a ela um santo respeito, um receio de chegarmos demasiado perto de Deus, de ferirmos a sua honra — ao mesmo tempo que nos conservamos em posição de suprema obediência e submissão à sua vontade. Portanto, o verdadeiro amor de Deus nunca pode ser senão respeitoso e submisso, isto é, um amor que adora. Assim, a essência da oração consiste na manifestação por palavras de um amor que adora com respeito e obediência.

Nós, porém, não rezamos apenas a Deus e a Cristo, mas também aos anjos, aos santos do céu, principalmente a Maria, Mãe de Deus e nossa mãe. Não são Deus, mas criaturas que ascenderam por obra e graça de Deus até à vida divina. É por isso que também as amamos e lhes dirigimos a palavra do amor. Não como no caso do Pai e de Cristo, mas num sentido diferente, porque é verdade que honramos Maria e os santos, mas não os adoramos. Porém, a oração à Mãe de Deus contém um grau mais elevado de veneração (*cultus hyperduliae*), que a oração dirigida aos restantes santos (*cultus duliae*).

A oração a Deus e a Cristo é uma oração no sentido total das palavras, a palavra do amor em adoração, no ser mais profundo da adoração, mediante a qual entregamos todo o nosso eu a Deus.

O acto de oração, considerado do ponto de vista da vida humana da alma, não é fundamentalmente um acto da inteligência, um esforço para compreender espiritualmente um texto de leitura ou de meditação, ou uma reflexão, como ordinariamente se pensa. O acto de oração, considerado na sua essência, não é sequer um acto de atenção, e muito menos um acto de fantasia ou uma meditação provocada por qualquer texto evangélico por uma imagem da Virgem. A oração não é tão-pouco uma emoção; é sim, um impulso de devoção.

Não queremos com isto dizer que estes actos da inteligência ou da imaginação ou estas emoções nada signifiquem para a oração; pelo contrário, podem ser e são de facto muito importantes, e até indispensáveis, como preparação para ela; mas não representam a essência da oração; por si mesmos, não são oração. Faltando todos esses actos, pode ainda haver uma oração perfeita, santa e agradável a Deus.

A oração é um acto sobrenatural da vontade, animado pelo Espírito Santo que vive e opera em nós: é, no fundo, um acto pelo qual um filho de Deus se dirige ao Pai com amor obsequioso, para se entregar a Ele, para estar junto dele no amor e obedecer e adorá-lo, amando-o. Orar é, na sua essência mais profunda, um acto de amor, e a oração é tanto mais perfeita quanto mais se reflectir nela o amor, quanto mais se elevar, quem ora, do amor imperfeito ao amor perfeito.

Quanto mais forte for o amor no coração do cristão, com tanta mais força ele o levará a dirigir ao amado

O EXERCÍCIO DA ORAÇÃO

palavras de amor, ainda que já há muito este saiba que é amado. Quem ama deve comprazer-se em manifestar o seu amor simplesmente, porque se trata duma palavra de amor. Sempre que o amor de Deus é vivo e eficaz em nós, temos a convicção agradável e feliz de que o Pai, que habita com o Filho e o Espírito Santo no fundo da alma, escuta os nossos protestos de amor, aprecia-os e recebe-os, principalmente porque os pronunciamos em união com o grande suplicante, Cristo, que integra a nossa oração ao Pai na sua própria oração. Na Igreja, oramos sempre «por Cristo Nosso Senhor», como membros do seu corpo místico, intimamente, vitalmente unidos a Ele, que é a nossa cabeça.

No acto de adoração, abstraímos-nos do próprio eu; abandonamos o mundo criado que nos cerca, e vamos ao Pai para nos fecharmos nos seus braços, com o desejo de permanecer a seu lado e de servir a sua glória e os seus interesses.

A ORAÇÃO COMO ESTADO

A oração como acto é algo de transitório, não é a forma essencial da oração; é uma etapa no caminho para a oração encarada como estado. O estado de oração é uma disposição duradoura e habitual que se alimenta e materializa em actos de oração, os quais, por isso, lhe são indispensáveis. Na nossa vida de cristãos, é absolutamente imprescindível chegar a esse modo interior de orar que é o estado de oração.

É evidente que, ao falarmos de oração como estado, não podemos referir-nos à oração vocal, nem sequer à oração interior chamada contemplativa, já que, na terra, é-nos impossível, como homens, pensar ininterruptamente em Deus e ocupar-nos permanentemente das coisas divinas.

Por oração como estado temos que entender, antes, a prontidão interior e habitual para a entrega a Deus, a sujeição filial à sua vontade e às disposições da divina providência, em todas as circunstâncias da vida: trata-se duma atitude constante e duma decisão da vontade de aceitar tudo e cada coisa que Deus quiser de nós, e de realizar com amor tudo o que se nos depara: deveres, normas, prescrições; trata-se do hábito de pronunciar sempre, em qualquer momento e até às últimas consequências, as palavras de amor: «Sim Pai, porque te agrada» (Mat., 10, 26).

Esta oração como estado é o fim da oração cristã. Representa o estado da duradoura união amorosa com Deus, que vive no fundo da alma e a atrai a si com todo o seu poder. Na oração, entregamo-nos cheios de amor a esses desígnios do Espírito Santo e deixamos que Ele faça em nós a sua obra. É assim que cresce o amor que une a Deus e que reforma, purifica e santifica cada vez mais os pensamentos, querer e acções humanos. O fim último da oração é sempre a adoração e a glorificação de Deus.

A oração, como estado, é uma entrega muda, quase inacessível, da própria consciência, uma disposição de entrega do coração e da vontade a Deus e à sua vontade, com o fim de a deixarmos colaborar connosco nos moldes e na medida em que Ele julgar oportuno, segundo a sabedoria e a caridade divinas. É a oração de profundidade produzida nas últimas intimidades da alma, lá onde se une por meio da graça santificante ao Deus Trino que vive e opera nela; ou, se queremos exprimir-nos simbolicamente, um braseiro sempre pronto a produzir as faúlhas que se convertem em chamas; o rescaldo está lá sempre, mesmo quando não lampeja.

O EXERCÍCIO DA ORAÇÃO

Esta oração como estado, como modo ou conduta estável de união e entrega a Deus, alimenta-se dos actos de oração que se movimentam, por assim dizer, na periferia e são como que uma oração de superfície. Vice-versa, da oração de profundidade, da oração como estado, brotam os actos de oração, que serão tanto mais puros, mais frequentes, perfeitos e fecundos quanto mais estávelmente a alma atingir o estado de oração.

Seremos realmente piedosos na medida em que progredirmos neste estado de união com Deus. A piedade autêntica é precisamente este modo estável de ser, que faz com que o cristão esteja disposto a fazer e a suportar, por amor de Deus, tudo o que Ele lhe pedir, exigir ou impuser.

Enquanto mantiver esta entrega habitual e amorosa a Deus e à sua vontade, o cristão ora também com o seu trabalho, com o seu sacrifício e sofrimentos, mesmo que não formule actos de oração nem pense em orar. Só em virtude deste modo estável de ser da alma é que é possível «orar sem interrupção» (I Tess., 5, 17), «orar sempre», como exige o Senhor (Luc., 18, 1).

Este estado de oração é da maior importância nas dificuldades internas e externas que se costumam experimentar na oração: cansaço, dores de cabeça, aborrecimentos, incapacidade para discorrer, segura, repugnância, tédio, fastio e especialmente distrações internas. Em virtude desta disposição constante, o cristão transforma em oração todos esses obstáculos que, à primeira vista, parecem ser um estorvo. Converte-os em oração, precisamente quando mais livre de tudo isso quereria estar. E reconhecendo humildemente todas as suas distrações involuntárias, impotências, dificuldades e enganos, ao afirmar o seu «sim» à vontade de Deus, une a esta, não

precisamente a sua inteligência, mas, mais profundamente, a própria vontade: e isto é orar.

Podemos ser vítimas de uma ilusão fácil: a de julgarmos estar a fazer uma verdadeira oração quando o nosso espírito está atentamente orientado para Deus. É verdade que estamos mais atentamente orientados para Deus quando não estamos distraídos, mas nem por isso essa união é maior do que quando nos entregamos e submetemos à vontade divina que nos impõe a cruz das distrações. Por força do nosso estado de oração interior, devemos fazer o possível por prevenir as distrações, e, quando as descobrimos, devemos concentrar-nos novamente. Assim deve ser. Mas quando, contra a nossa vontade, nos não conseguimos libertar nem proteger contra as tentações, não vale a pena desanimar nem entristecer-mos por isso, como se não tivéssemos orado com rectidão: basta que aceitemos a cruz das distrações e da nossa incapacidade, unindo-nos à vontade de Deus, e esta união amorosa, este «sim» da nossa vontade, será já uma oração autêntica, fecunda e santa. Porque também na oração reina a lei que é a base de toda a doutrina cristã na terra, a lei de saber levar a cruz; sentimo-la até continuamente nesta união habitual e mais profunda da nossa alma com Deus, que é a oração como estado.

É um sentimento altamente consolador o facto de a nossa impotência e as nossas frequentes distrações não prejudicarem de modo algum as nossas orações, enquanto em nós existir essa atitude de abandono à vontade de Deus e aos seus desígnios.

Um acto de oração que brote de semelhante atitude é sempre uma oração perfeita, pois esse sentimento de abandono na vontade de Deus é propriamente a «oração essencial». Que a esta se junte ou não a chamada devoção

O E X E R C Í C I O D A O R A Ç Ã O

acidental ou sensível, um intenso vibrar da nossa afectividade, pouca importância tem.

Quanto mais profundamente compreendermos o sentido e a essência da oração cristã, tanto mais livres estaremos de todos os enganos e ilusões que atormentam tantas almas boas. Deve ficar bem assente que a essência da oração reside nesta atitude de união da vontade própria com a vontade de Deus. Orar é querer orar.

A S A N T A M I S S A

«Introito ad altare Dei»
(Salmo 42-4).

IDEIA DO SACRIFÍCIO EUCARÍSTICO

Centro e cume da vida e da piedade cristã é a celebração do sacrifício eucarístico, que o «Sumo Sacerdote Jesus Cristo instituiu e é renovado na Igreja constantemente pelos seus ministros» (Enc. «Mediator Dei»).

É, pois, importantíssimo que todo o cristão tenha uma ideia exacta do santo sacrifício e da sua participação nele.

Houve tempos em que, exceptuados os círculos dos teólogos especializados, se julgou vulgarmente que a missa não tinha uma significação litúrgica. Todas as cerimónias da sua celebração se explicavam melhor alegoricamente: cada uma era entendida como uma cena qualquer da vida e da paixão de Cristo. A missa converteu-se, deste modo, numa representação retrospectiva dos mistérios e da vida e morte de Jesus Cristo. Esta interpretação alegórica dominou todo o período compreendido entre o século IX e os princípios do século XVI. É nesta ocasião que se recapitula a explicação profunda do sacrifício eucarístico, perante a urgência de considerações teológico-dogmáticas: a missa como sacrifício de louvor e de acção de graças da Igreja, quer dizer, da comunidade celebrante. A luta contra o protestantismo permitiu que, depois do Concílio de Trento (1545-1563), se insistisse no carácter sacrificial da morte de Cristo e da própria missa. Pouco a pouco, foi-se vencendo a mèsquinhez

com que esta era encarada, especialmente nos últimos anos, graças ao chamado movimento de renovação litúrgica do nosso século e à Encíclica «Mediator Dei» de Sua Santidade o Papa Pio XII.

Que se propõe a celebração da missa?

Quer fazer-nos praticar um acto de entrega, de submissão, de homenagem e adoração ao Deus Trino e Uno em união com o que Jesus Cristo levou a cabo ante o Pai Eterno, durante toda a sua vida terrena e particularmente na sua morte na cruz, sob a forma de sacrifício, do último sacrifício perfeito. O Senhor engloba-nos neste acto de adoração e de entrega a Deus, para tributarmos, com Ele e por Ele, à Santíssima Trindade, a honra, a homenagem, a dedicação de que só Ele é capaz: honra, homenagem e dedicação, adoração e glorificação tais que ultrapassam infinitamente qualquer acto semelhante que por nossa própria conta possamos realizar. É uma graça inestimável a que nos foi concedida ao sermos convidados para a concelebração da santa missa.

A celebração eucarística é a condenação da paixão e morte do Senhor (I Cor., II, 26). Na base da sua instituição durante a última ceia, encontram-se os sofrimentos da sua morte, cuja lembrança deve ser mantida constantemente na Igreja. Deste modo, cada missa transporta-nos à cruz em que Cristo se entregou com morte cruenta, por nós, pessoalmente por cada um de nós.

«Este é o Meu corpo, que vos é dado. Fazei isto em minha memória. Da mesma maneira ergueu o cálice e disse: Este cálice é a nova união no meu sangue, que é derramado por vós» (Luc., 22, 19-20).

Nesta celebração, fazemos reviver a recordação dos padecimentos que o Filho de Deus feito homem suportou interior e exteriormente, na alma e no corpo: no Monte

das Oliveiras, no tribunal, perante Pilatos, na flagelação, na coroação de espinhos, a caminho do Gólgota, finalmente ao ser pregado cruelmente na cruz e ao ficar dela suspenso, durante três horas, na agonia mais amarga.

Contemplando a sua paixão e morte, reconhecemos nelas a expressão e a confirmação da sua entrega amorosa ao Pai e da sua perfeitíssima obediência: «Fez-se obediente até à morte, e morte de cruz» (Fil., 2, 8); reconhecemos nelas a manifestação do seu amor por nós, por cada um de nós em particular, um amor que ultrapassa todos os cálculos e todas as medidas humanas: amor sublime que o fez entregar-se por nós — por mim — para sofrer em nosso lugar, para nos alcançar o perdão dos pecados e nos fazer filhos de Deus, objectos do amor do Pai. «Cristo amou-me e entregou-se por mim» (Gál., 2, 20). «Tendo amado os seus, amou-os até ao fim» (João, 13, 1) e deu-lhes a prova suprema do seu amor ao dar a sua vida por eles como preço da redenção dos seus pecados.

Ao considerarmos a celebração da missa, esta paixão e morte, reconhecemos o sublime acto de expiação e de satisfação a que Cristo se entregou por nós e em nosso lugar — em meu lugar —, para nos reconciliar com Deus e alcançar o perdão das nossas culpas e a graça da filiação divina. A salvação veio-nos pela morte de Cristo na cruz; por ela se nos abriram os céus e a participação eterna na vida e nos bens divinos.

A este memorial da paixão e morte de Cristo, anda estreitamente vinculado, segundo o espírito da liturgia, o da sua ressurreição e ascensão gloriosas, que se fundam na sua paixão e na sua morte e formam com estas um todo compacto. Mas a celebração eucarística realça especialmente a morte do Senhor na cruz, já que nela Cristo «é apresentado em estado de vítima» («Med. Dei», 89),

e «as espécies eucarísticas (pão e vinho) simbolizam a separação cruenta do corpo e do sangue» (ibid.).

A celebração eucarística que se desenrola no altar é mais que isso: é um sacrifício, é a oferenda de um sacrifício. O Senhor ofereceu pela primeira vez esse sacrifício durante a última ceia, em Jerusalém, e encarregou a Igreja de o renovar, dizendo: «Fazei isto em minha memória» (Marc., 14, 22, 24); (I Cor., 10, 24, 25).

O Concílio de Trento explica e insiste, no carácter sacrificial da missa: «Cristo, Sacerdote eterno, segundo a ordem de Melquisedeque» (Sal. 109, 4), quis, na sua última ceia, deixar à sua amada esposa, a Igreja, um sacrifício visível. Por ele devia conservar-se, até ao fim dos tempos, a lembrança do sacrifício cruento, realizado na cruz, e converter-se em poder salvífico para o perdão dos pecados que diariamente cometemos. Cristo ofereceu a Deus Pai o seu corpo e o seu sangue sob as espécies de pão e de vinho (Sess. 22, 1).

«O augusto sacrifício do altar não é pois uma simples comemoração da paixão e morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, mas um sacrifício propriamente dito, no qual, imolando-se incruentamente, o Sumo Sacerdote repete o que outrora fez na cruz, oferecendo-se inteiramente ao Pai como vítima gratíssima» (Enc. «Med. Dei», n. 67). Naturalmente, já não derrama o seu sangue nem sofre como na cruz, mas «a sabedoria divina encontrou um meio admirável para tornar manifesto por sinais externos o sacrifício de Cristo, sinais que são símbolos da sua morte», já que «as espécies eucarísticas, sob as quais está presente, simbolizam a separação cruenta do corpo e do sangue. Assim, a demonstração no Calvário repete-se em todos os sacrifícios do altar porque, por meio de símbolos distintos, se significa e se demonstra que Jesus Cristo está em estado de vítima» («Med. Dei», 89).

A celebração do sacrifício eucarístico é a oblação de um sacrifício em que Cristo renova misteriosamente a sua imolação na cruz: oferece-se a si mesmo ao Pai como vítima agradável aos seus olhos. Assim, pois, o sacrifício da missa é o sacrifício da própria entrega de Cristo. Sobre o altar, Cristo consagra ao Pai toda a sua vida, o seu sangue, o seu coração com todos os seus sentimentos de louvor, amor e adoração. Ele é a vítima e a hóstia «pura, santa, imaculada», na qual o Pai «pôs todas as suas complacências».

O sacerdote que oferece o sacrifício é o próprio «sacerdote que se imolou a si mesmo noutra tempo sobre a cruz» (Conc. Trento): Cristo celebra no altar o seu santo sacrifício com mãos limpas e com coração puro. Ele está presente sob as espécies consagradas do pão e do vinho e «oferece-se ao Pai como na cruz», embora não de forma cruenta.

Nestes princípios se baseia a excelsa dignidade da santa missa: faz um único e mesmo sacrifício com o de Cristo na cruz, um louvor de infinito alcance para o Pai. Por isso, o valor da santa missa, enquanto sacrifício que Cristo faz de si mesmo ao Pai, é ilimitado e infinito no que respeita à adoração, à glorificação, à acção de graças e à expiação e petição de graças a Deus. Ao participar na celebração da santa missa, o cristão pode e deve satisfazer o ardente desejo de adorar, glorificar, louvar, dar graças, expiar e entregar-se a Deus com todo o amor; pode, «porque n'Ele, com Ele e por Ele (com Cristo), lhe é dada toda a honra e glória».

O sacrifício da missa é também o sacrifício da Igreja. Cristo não oferece o sacrifício eucarístico isoladamente, mas, enquanto cabeça da sua Igreja, na mais íntima e vital união com ela. Todos os que são membros da Igreja

no céu e na terra, incluindo as almas do purgatório, reúnem-se em redor do Sumo Sacerdote, Cristo, e oferecem juntos o sacrifício em que ele se entrega ao Pai. Por meio do sacerdote celebrante, é toda a Igreja que oferece o corpo e o sangue da vítima. «Nós, teus servos (os sacerdotes), e o teu povo santo (a Igreja) oferecemos à tua excelsa majestade uma hóstia pura, santa e imaculada» (Oração depois da consagração). Todos podem e devem unir-se a Cristo e «oferecer o sacrifício com Ele e por Ele, santificando-se com Ele» («Med. Dei», 79). Com a imolação de Cristo, imola-se também a Igreja, imolam-se todos os que concelebram o santo sacrifício da missa.

A «celebração da santa missa tende a reproduzir em nós, por meio do mistério da cruz, a imagem do divino Salvador, segundo as palavras do Apóstolo: «Estou crucificado com Cristo. Eu vivo, mas já não sou eu que vivo; é Cristo que vive em mim» (Gál., 2, 20), e assim nos convertemos em vítimas para a glorificação de Deus Pai» («Med. Dei», 125).

O sentido profundo e a mais íntima significação da celebração eucarística é, pois, que, na santa missa, a Igreja e cada um dos fiéis se oferecem como vítimas com Cristo crucificado, numa santa unidade de sacrifício, num mesmo espírito, numa mesma vontade e num mesmo acto. Mas só se poderá participar no sacrifício de Cristo na medida em que se aceitar e preservar na intimidade própria o seu espírito sacrificial, o seu espírito de obediência aos desejos de Deus, de humildade e dedicação ilimitada ao Pai. Só assim é possível manifestar à excelsa majestade do Deus Trino o tributo duma adoração e duma glorificação dignas dele, e participar das graças da redenção.

Condição essencial para se poder oferecer justamente a vítima, que é Cristo, na celebração da santa missa, é que nos ofereçamos nós mesmos e que nos façamos uma só coisa com Cristo, tendo o mesmo espírito com que Ele se ofereceu na cruz e agora se oferece continuamente no altar: este aspecto é de importância capital. Concelebrar a santa missa significa e exige algo mais que meras reflexões piedosas sobre os textos do missal e sobre as cerimônias e os símbolos sagrados; significa e exige algo mais que deleitar-se na contemplação das majestosas funções litúrgicas.

O cristão tem que se oferecer com Cristo numa morte mística interior, tão real como misteriosa, à semelhança do que sucede na transubstanciação das espécies do pão e do vinho do sacrifício: morrem, por assim dizer, e transformam-se em algo de novo, o corpo e o sangue de Cristo. Algo de semelhante deve ocorrer no cristão, sempre que assista à missa; como o pão e o vinho, há-de renunciar ao homem velho, o homem da infidelidade, o homem que repele o sacrifício, o homem dos desejos desordenados, das paixões e hábitos perversos, o homem dos apegos absurdos, da preocupação desmedida pela coisas terrenas, do amor-próprio desordenado e do egoísmo.

O cristão deve dar graças a Deus por dispor de um sacrifício puro, santo e imaculado. Dará graças por poder oferecer a Deus diariamente esta vítima infinitamente excelsa. Sairá da missa com a convicção de que foi oferecido e imolado com Cristo. Animado desta consciência, irá ao encontro das ocupações diárias na vida prática, no convívio com os homens, nas obrigações profissionais, disposto a ser mais mortificado, mais paciente, mais dedicado ao trabalho e ao amor. O sacrifício eucarístico não se limita ao curto tempo da celebração da missa: há-de durar todo o dia.



«Se conhecêsseis o dom de Deus!» (João, 8-12).

A REALIZAÇÃO DA IDEIA DO SACRIFÍCIO- NA ASSISTÊNCIA À MISSA.

Se a missa é o sacrifício de Cristo, da Igreja e de nós próprios, o sacrifício em que oferecemos Cristo e nós oferecemos nós próprios ao Pai, surge então uma pergunta importantíssima: como havemos de assistir à missa? Porque da compreensão integral do santo sacrifício dependem a oração e a vida cristã: a missa é realmente o centro e o vértice da vida cristã.

Muitos não sabem o que devem fazer enquanto assistem à missa; procuram ocupar o tempo nalguma «devoção» ou em determinadas «orações»: fazem meditação, alguns sacerdotes rezam o breviário, vários empregam o tempo noutras coisas. E não dão conta de que vieram para rezar, não durante a missa mas a missa.

O cristão conseguirá saber como assistir dignamente à missa quando assimilar o espírito de sacrifício com que o Senhor se oferece na cruz e se deixar penetrar inteiramente por Ele. É necessário que «tenhamos os mesmos sentimentos que tinha Cristo Jesus», que reproduzamos em nós mesmos, tanto quanto o permite a natureza humana, o mesmo estado de ânimo que tinha o Redentor quando fazia o sacrifício de si próprio na cruz («Mediator Dei»).

Como há-de o cristão assimilar este espírito sacrificial de Cristo e reproduzi-lo no seu íntimo? Participando interna e externamente na acção que decorre no altar.

A participação externa pode realizar-se de diversos modos. Está certa quando usamos o missal e desse modo nos unimos às orações da Igreja e aos seus sentimentos; quando tomamos parte nas missas da comunidade ou missas dialogadas, cantadas, etc. Mas estas formas de participação externa nunca são essenciais: o essencial consiste fundamentalmente em assistirmos à missa com intenção recta de nos oferecermos e de nos imolarmos com Cristo: é este o modo mais perfeito de «concelebrar» a santa missa.

Assim, pois, é decisiva, antes de tudo, a participação interior, que não requer, essencialmente, a penetração do sentido dos textos litúrgicos, símbolos ou cerimónias, ou a compreensão perfeita das bases da evolução litúrgica, ou do processo de formação das festas particulares e ciclos festivos. Sem dúvida que todos estes conhecimentos são muito bons e convém que se possuam no maior grau possível; mas nunca formam o que podemos chamar a alta ciência da participação interior na missa.

A participação interior é essencialmente questão de vontade: de uma disposição e estado íntimo sacrificiais cada vez maiores, de uma determinação de perfeita entrega, nas mãos de Deus, à sua adoração e ao seu serviço, ao cumprimento dos seus mandamentos e da sua vontade, ao abandono humilde e amoroso nos braços da providência divina, com tudo o que ela dispuser e permitir em relação a nós.

Esta é a grande tarefa a que nos obriga a assistência ao sacrifício eucarístico. Do facto de nos empenharmos em inculcar, cada vez mais profundamente em nós, o espírito sacrificial que vemos em Cristo crucificado, e em avivar esse mesmo espírito durante a sua celebração, depende a nossa possibilidade de nela participarmos devida

e respeitosamente. É nesta tarefa penosa e constante que consiste a única preparação remota aceitável para a assistência interior à santa missa: uma preparação que abrange toda a vida, com as suas preocupações, sacrifícios, lutas e dificuldades.

Mas esta preparação remota deve ser continuamente virificada durante a própria assistência à missa. Com este fim, importa participar atentamente na chamada «missa dos catecúmenos» ou pré-missa, com as suas orações e leituras, entre as quais avulta a confissão das culpas no «Confiteor».

Este espírito de oblação há-de ser reanimado durante o ofertório, que é uma repetição espiritual das oferendas que os fiéis do primeiro século depunham materialmente no altar — vinho, pão, dinheiro, víveres, etc —, como expressão de uma vontade sacrificial comum. Também o cristão de hoje reproduz esta cena depondo os seus dons no altar: o coração, as disposições de espírito, o ardente desejo de viver no Senhor, de lhe dar hoje tudo e de tudo aceitar de boa vontade e de se deixar guiar humildemente pelo Senhor. Este é o processo de se converter em vítima.

O prefácio une-nos ao coro exultante e alegre dos anjos, e faz-nos cantar com ele ao «Santo, Santo, Santo». Pomo-nos em seguida em comunhão com os santos e bem-aventurados do céu, e assim, em estado de comunhão — segundo rezam as palavras do cânon —, preparamo-nos para assimilar a vontade de sacrifício que se corporiza no sagrado momento da consagração. Como antigamente o céu se abriu sobre a vítima de Salomão, e desceu fogo que consumiu as suas oferendas, assim também os céus se abrem sobre os nossos dons do pão e do vinho, e descê um fogo santo que se apodera deles, que os transforma e os apresenta diante do trono de Deus. Este fogo

do céu é o próprio Cristo, Sumo Sacerdote e Vítima ao mesmo tempo.

No momento da consagração realiza-se a «imolação incruenta» por meio da qual Cristo se torna presente no altar em estado de vítima. Com Ele, o sacerdote, ao depor sobre o altar a vítima divina, apresenta-se ao Pai em oblação à sua glória («Med. Dei»). Unindo-se ao sacerdote celebrante, o fiel oferece ao Pai a mesma vítima que se ofereceu na cruz: Jesus Cristo — o seu sacratíssimo coração, o seu louvor, a sua acção de graças, os seus méritos e satisfações, a sua intercessão. Nesta imolação da cruz, renova Ele tudo o que desde a sua primeira entrada neste mundo ofereceu ao Pai, e de novo lho volta a oferecer: tudo o que orou, realizou, sofreu, padeceu em Belém, em Nazaré no caminho do Calvário e sobre o madeiro da cruz. «Em memória da sagrada paixão, da ressurreição dentre os mortos, da gloriosa ascensão do teu Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, oferecemos à tua excelsa majestade uma hóstia pura, santa e imaculada: o pão santo da vida eterna e o cálice da salvação perpétua».

Oferecemos ao Pai esta vítima santa, como uma oferta nossa, como um complemento perfeito das nossas obras e da nossa oração, do nosso amor e do nosso sofrimento, em si insignificantes, como uma oração e uma acção de graças, uma satisfação, uma adoração e glorificação próprias.

Pronunciamos nestes sagrados momentos um duplo «sim» da nossa vontade. Em primeiro lugar, um «sim» agradecido ao que se verifica misteriosamente no altar: um «sim» reconhecido por Ele se haver humilhado por nós, por se ter feito obediente até à morte e morte de cruz, para nos salvar, para nos transformar em propriedade sua. Um «sim» agradecido, porque podemos ofe-

recer ao Pai o santíssimo coração de Cristo, com todas as suas infinitas riquezas, e assim suprir a nossa pobreza. «Bendito o que vem em nome do Senhor. Hosana nas alturas».

E em segundo lugar, um «sim» da nossa vontade de sermos imolados: queremos ver-nos elevados acima do que é terreno e perecível; queremos oferecer-nos a Deus e permanecer coisa sua, queremos viver total e absolutamente, não segundo a nossa própria vontade e o nosso espírito, mas em união com a disposição sacrificial de Cristo na cruz. O que fazemos de forma incruenta na concelebração litúrgica da santa missa, temos de o levar à prática de forma cruenta numa autêntica imolação através de todo o dia, com um «sim» sério e eficaz às palavras do Senhor: «Quem quiser ser meu discípulo, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me» (Mat., 16, 24).

Na assistência à missa, trata-se de algo profundamente sério: dos fundamentos da existência cristã, de um «co-morrer» eterno, misterioso mas eficaz, com Cristo crucificado. Trata-se de escolher de novo e em cada dia o caminho da cruz e de pronunciar um «sim» desinteressado às fadigas, aos sofrimentos e às amarguras que nos impõem o dia de hoje e as preocupações do futuro, com sentimentos de obediência humilde e universal, idênticos aos de Cristo crucificado: «Tende os mesmos sentimentos que teve Cristo Jesus» (Fil., 2, 5). Convertidos em vítimas junto a Cristo cravado na cruz, devemos dizer com Ele: «O meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou» (João, 3, 34), pois já não sou eu que vivo; é Cristo que vive em mim» (Gál., 2, 22). Este «sim» é afirmado na recitação do «Pai Nosso».

A sagrada comunhão completa o santo sacrifício. A missa está ligada à santa «ceia do Senhor» (I Cor., 11, 20), quando «comemos o pão e bebemos do cálice

do Senhor» (I Cor., II, 22). É a ceia pela qual anunciamos «a morte do Senhor» (I Cor., II, 26) e para a qual se reúnem os congregados. É nesta ceia que os crêntes e o Senhor se ligam entre si. Como a ceia completa o santo sacrifício, todos os que assistem à missa deveriam tomar parte também na ceia, isto é, receber a sagrada comunhão.

Na sagrada comunhão vem à alma Cristo em pessoa, Cristo vítima, que a enche e penetra da sua vontade, do seu espírito de sacrifício e de abandono no Pai, fortalecendo-nos para a dura realidade do dia e para a imolação cruenta que quotidianamente de nós é exigida, pois que a imolação litúrgica e, como tal incruenta, da santa missa, deverá manifestar-se na vida prática, na actividade profissional, nas relações sociais. A exclamação «Ite missa est» é algo mais do que um «podeis ir-vos embora», representa uma missão e uma recomendação: a missão de entrar nas ocupações diárias com ânimo de total entrega a Deus, à sua vontade, aos seus mandamentos, desígnios e disposições de qualquer género.

É particular desígnio do Senhor derramar na alma do fiéis, mediante a sagrada comunhão, o resplendor e a força da sua caridade, e conseguir que os cristãos se unam em santa comunhão de mesa e de vida, como irmãos e irmãs, em unidade interna e invisível, formando um só corpo e uma só alma. Deste modo, a comunhão é um convite diário à caridade como a descreve o Apóstolo: «A caridade é paciente, é benigna; não é invejosa, não é jactanciosa, não incha; não é descortês, não é interesseira, não se irrita, não pensa mal; tudo perdoa, tudo crê, tudo espera, tudo tolera» (I Cor., 13, 4-7); um convite à caridade da qual o Senhor disse: «Este é o meu preceito, que vos ameis uns aos outros como eu vos amei. Eu vos escolhi e vos destinei para que deis fruto» (João, 15, 12-16):

o fruto da caridade cristã, que se esquece de si, que serve, que ajuda.

A sagrada comunhão deve servir também para nos identificarmos, cada vez mais profundamente, com o Senhor oferecido na cruz e no santo sacrifício da missa. «Tende os mesmos sentimentos que teve Cristo Jesus, o qual existindo sob a forma de Deus, não reteve a sua igualdade com Deus, antes se aniquilou, tomando a forma de servo, e, fazendo-se semelhante aos homens, se humilhou e se fez obediente até à morte, e morte de cruz» (Fil., 2, 5-8). Pio XII explica assim esta expressão do Apóstolo: «Ele exige de todos os cristãos que reproduzam no seu íntimo, tanto quanto o permita a natureza humana, o mesmo estado de ânimo que tinha o Redentor, quando fazia o sacrifício de si mesmo: a submissão humilde de espírito, a adoração, a honra e o louvor e a acção de graças à divina Majestade, a abnegação própria, segundo os preceitos do Evangelho, o exercício voluntário e espontâneo da penitência, a dor e a expiação dos pecados próprios. Exige, numa palavra, a nossa morte mística na cruz, de tal forma que possamos dizer com São Paulo: «Estou crucificado com Cristo» («Med. De»i, 101).

Deste modo, a recepção da sagrada comunhão prolonga a parte precedente do santo sacrifício: trata-se, em todo o caso, da última razão da nossa natureza de cristãos, que é a união com Cristo e a semelhança com a sua morte (Rom., 6, 8). Um cristianismo que não exija sacrifícios e se não aproxime continuamente da cruz, procurando assemelhar-se ao Sacrificado, não é cristianismo autêntico.

Terminará o sacrifício eucarístico, mas nós podemos conseguir que ele perpétue ininterruptamente o seu poder e eficácia; aquilo que vivemos na função litúrgica deverá ser continuado na vida e encontrar o seu prolongamento

num «sim» sincero da vontade disposta ao sacrifício e à realização de tudo o que o dia nos propuser com as suas exigências e imposições; um contínuo ofertório no qual vivamos todo o dia a assistência ao santo sacrifício da missa. Assim, o dia torna-se um cântico de acção de graças, prático e eficaz, e será ao mesmo tempo a melhor preparação para a missa do dia seguinte.

A assistência à santa missa, devidamente compreendida, não pode deixar de influenciar toda a vida cristã. Sim, porque a missa é o centro da piedade e da vida do cristão.

A VIDA INTERIOR

«Orai sem interrupção»
(Luc., 18, 1).

Na Epístola aos Colossenses, São Paulo descreve a vida do cristão tal como ela deveria ser todos os dias: «Buscai as coisas do céu, onde Cristo está sentado à direita do Pai. Porque estais mortos para o homem velho, e a vossa vida está escondida com Cristo em Deus. Despojai-vos do homem velho, com todas as suas obras, e revesti-vos do novo».

De um modo especial, é a caridade que caracteriza a vida quotidiana do cristão: «Suportai-vos e perdoai-vos mutuamente, sempre que algum discuta e tenha motivos de queixa. Mas, acima de tudo, revesti-vos da caridade, que é o vínculo da perfeição. E que a paz de Cristo reine nos vossos corações, pois a ela fostes chamados num só corpo. Que a palavra de Cristo habite em vós abundantemente, ensinando-vos e exortando-vos uns aos outros, com toda a sabedoria, salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e dando graças a Deus nos vossos corações. E tudo quanto fazeis por palavras ou obras, fazei tudo em nome do Senhor Jesus, dando graças a Deus Pai por Ele»: (Col., 3, 1 seg.). E noutro sítio: «Aplicai-vos à oração, velai nela com acção de graças» (Col., 4, 1). Aos de Éfeso exorta assim: «Aproveitai bem o tempo, porque os dias são breves. Por isso não sejais insensatos, mas procurai compreender qual é a vontade do Senhor. Enchei-vos do Espírito Santo e salmodiai ao Senhor

A V I D A E S P I R I T U A L

nos vossos corações, dando sempre graças por todas as coisas a Deus Pai, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo» (Ef., 5, 16, 2).

Um contínuo dirigir a Deus os nossos olhares, uma atitude de alegria sobrenatural em Deus, de confiança nele, de amorosa familiaridade com Deus: é assim que São Paulo apresenta a vida do cristão.

O QUE É A VIDA INTERIOR

É possível que para os cristãos dos primeiros tempos não tenha sido tão difícil como o é hoje para nós transformar o dia-a-dia numa oração e santificá-lo assim. Vivía-se então mais calmamente, não se conhecia ainda a actividade esgotante dos tempos modernos. A tensão entre a acção e a vida interior ainda não era tão grande como hoje.

Enfrentamos hoje, mais do que os nossos pais, o problema de estarmos intensamente com o espírito e pensamento no trabalho ou na máquina que servimos. Estamos de tal maneira ligados às nossas tarefas, que muito frequentemente não podemos pensar, muito menos ainda pensar em Deus. Como estamos longe do ideal que nos foi indicado por São Paulo: «Louvai a Deus com um coração agradecido. Cantai e salmodiai a Deus nos vossos corações!» E como estamos longe do aviso do Senhor: «Devemos orar sempre e nunca desfalecer» (Luc., 18, 1). Por isso perguntamos: Como podemos nós compaginar a adoração a Deus, a oração ininterrupta, a contemplação, a vida interior, com a actividade?

De resto, a vida interior não encontra obstáculo apenas no excesso de actividade. Não há dúvida de que a verdadeira vida interior pôde também estar ausente em

A VIDA INTERIOR

vidas pouco activas. Não possui uma verdadeira vida interior quem cede à curiosidade, quem tudo quer saber, ver e ouvir. Também não a possui aquele que, sem qualquer motivo, se ocupa de coisas que não lhe foram encomendadas; que observa o meio ambiente, que se preocupa em saber dos erros e fraquezas dos seus vizinhos, falando deles com os outros, quem procura todos os divertimentos, e quem fala demasiado. Estas coisas comprometem o espaço interior necessário à adoração de Deus.

A vida interior e a união com Deus não consistem, simplesmente, no maior número possível de práticas de piedade. Muitos confundem a piedade, que é a vida interior, com as suas práticas, e julgam-se tanto mais piedosos quanto mais práticas destas acumulam. Se, embora sem culpa sua, não conseguem orar mais, consideram irremediavelmente perdida a sua vida interior.

Na realidade, a interioridade cristã não requer uma acumulação de práticas piedosas nem tão pouco uma contínua recitação de fórmulas, nem que se pense e medite ininterruptamente em Deus e nos seus mistérios. Enfim, nem consiste sequer num certo sentido da proximidade de Deus.

A verdadeira interioridade cristã ou união com Deus não é fundamentalmente, e na sua essência, um acto da inteligência, mas da vontade. Não é uma cadeia de actos, mas uma atitude, um estado, uma determinada disposição, duradoura e imutável, de amor de Deus e de total dedicação às suas ordens, desejos, preceitos e beneplácitos. Com esta disposição se relaciona uma atenção permanente e dedicada à voz de Deus, que fala ao coração sob a forma de inspirações, chamadas é toques na consciência. A vida interior, ou oração contínua, não consiste, por isso, em

actos, mas, o que é mais, numa atitude permanente da alma, numa prontidão da vontade; atitude — é o que antes chamámos espírito de oração — que se alicerça num espírito de fé largo e aberto, sem esforço quase, num bom hábito de em tudo surpreender Deus, a sua acção e o seu amor. Por este olhar da fé, a alma aceita, pouco a pouco, sem preocupações inquietantes, quase por hábito, com gratidão, amor e alegria, a vontade e as disposições de Deus. Escuta a voz e o chamamento divinos em todas as coisas e acontecimentos, tanto nas suas obrigações e dificuldades, como nas exigências da própria consciência. E a tudo isto responde com um exultante: «Como tu quiseses», se não nos seus actos, pelo menos na disposição e prontidão internas. Morte a todo o desejo próprio; nenhuma coisa criada, nem mesmo os ternos laços de família, tem interesse para ela, senão unicamente com Deus e para Deus.

A união com Deus consiste, pois, numa elevada disposição de amor de Deus, cimentada num profundo espírito de fé e confiança nele; numa atitude permanente da alma, numa alegre prontidão da vontade em fazer tudo o que Deus quer e como quer.

Não é que, nesta oração sem interrupção, estejamos pensando continuamente em Deus; não formulamos continuamente orações e jaculatórias nem fazemos novos actos. O que antes de tudo interessa é que a vontade e o coração estejam continuamente dirigidos para Deus, no saboroso empenho de evitar todo o desvio e de cumprir a sua vontade.

A união com Deus, ou vida interior, ou oração ininterrupta, não é, pois, impossível em si mesma, nem sequer difícil. E não obstante, são muito poucos os que a vivem. Porque são muito poucos os que possuem a disposição

de ânimo imprescindível para esta vida de oração contínua. Quem quiser alcançá-la, deve entregar-se a Deus totalmente, incondicionalmente, sem buscar nem desejar nada para si: só Deus e o seu beneplácito, com exclusão de todo o egoísmo e de todo o amor-próprio. A vida interior é uma disposição de amor de Deus baseada nas profundidades da alma, pela qual devemos realizar e santificar o trabalho. Não há-de o cristão buscar nele a satisfação própria nem o louvor dos homens ou o êxito, mas somente a vontade de Deus, o seu interesse, a sua honra. Partilhemos da vida de Deus: desejemos e aborrecamos as mesmas coisas que Ele quer, aborrece ou ama. Com esta disposição de amor devemos aceitar a cruz diária.

Com esta disposição de amor, deve o cristão acolher também as inumeráveis e pequenas atenções com que o Senhor lhe alegra a vida de cada dia. São os pequenos «gozos» que florescem ao longo da vida: tanto na ordem da natureza como na ordem da graça, alegrias no trabalho, no estudo, nas relações com as pessoas queridas; a alegria das flores e dos pássaros, das muitas coisas belas que nos oferecem a natureza e a civilização. Por trás de todas elas, podemos descobrir constantemente a amorosa atenção do Senhor, e atribuí-las ao seu amor com um coração agradecido. Precisamente por esta disposição de amor, o cristão não há-de deter-se no prazer que as coisas proporcionam, mas convertê-lo em ocasião de se elevar até Deus e de dirigir os seus olhos para Ele; a felicidade humana deve transformar-se em oração.

Desta orientação e desta atitude da vontade brotam necessariamente incontáveis actos, afectos, jaculatórias, não rebuscados, nem artificiosos, mas absolutamente

espontâneos. São como labaredas que surgem das brasas e ao mesmo tempo aumentam e mantêm na alma o fogo do amor divino. Então começamos a «orar sem interrupção» e a «cantar e a salmodiar a Deus nos nossos corações». Então vivemos a vida como pretende São Paulo, quando nos diz: «Aproveitai bem o tempo, porque os dias são breves. Enchei-vos do Espírito Santo, sempre em salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e salmodiando ao Senhor nos vossos corações, dando sempre graças por todas as coisas a Deus Pai e em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo» (Efés., 5, 16, 20).

COMO CONCILIAR A ACTIVIDADE E A VIDA INTERIOR

O equívoco consiste em considerar a vida interior e a actividade exterior como dois inimigos irreconciliáveis. Partindo deste erro, é frequente haver quem procure estabelecer entre eles, uma espécie de compromisso, uma trégua, marcando a cada um a sua parte: vida interior e oração contra actividade exterior e trabalho, como se não devessem manter nenhuma relação entre si. Relêgam-se as práticas de piedade para um determinado momento do dia, afastando-as do curso da vida, e assim a sua influência exerce-se apenas durante o curto espaço de tempo que lhes é dedicado. Anàlogamente, restringe-se o campo da meditação e acaba-se por fechá-la como numa gaveta; passa a ser um acto transitório, uma breve lembrança ou uma imagem momentânea, e não representa uma força vital ou um princípio de vida, nem uma indicação que oriente a alma; não satura o entendi-

mento, não acompanha a acção, não é essencial à vida. Por este caminho, nunca se poderá chegar a uma vinculação e fusão orgânicas entre a vida interior e a actividade externa.

Um outro erro é limitar a vida interior à oração contínua, à união com Deus, a pensar nele e a nele ter fixa a atenção: a uma tarefa do entendimento e da imaginação.

A vida interior não é só, nem principalmente, pensar em Deus, querer imaginá-lo a todo o custo: é uma actividade da vontade, é amor de Deus, é uma disposição constante de amor e um contínuo espírito de oração, e é, ao mesmo tempo, uma demonstração de amor, expresso em obras perfeitamente conformes à vontade divina. É acção da alma, actividade que compromete o homem inteiro. Oramos na medida em que amamos Deus. A vida interior é tanto mais profunda quanto mais sincero é o amor de Deus.

Como, pois, conciliar a vontade interior e a actividade externa? Convertendo em oração a actividade diária, o que se conseguirá, principalmente, se se iniciar o dia com a missa e se se introduzirem pausas nele, de vez em quando, para levar a cabo os exercícios de piedade prescritos. A actividade externa será adoração na medida em que for sustida e receber o influxo do espírito de oração, que ajudará a eliminar da vida tudo o que poderia desagradar a Deus, mesmo a mais pequena infidelidade e as imperfeições conscientes, tanto nas intenções, como nos pensamentos e nas obras.

Se assim for, a atenção não se deterá na ocupação em si mesma, no esforço em conseguir êxito ou na satisfação e no prazer que tal ou tal actividade nos proporcionam: nada buscaremos para nós, o pensamento estará em Deus, na sua vontade, no seu beneplácito, na

sua glória. Se assim for, então a actividade externa será, sem dúvida alguma, uma oração constante, um ininterrupto «Gloria Patri» um «Santificado seja o vosso nome», autenticamente vivido.



O cristão é feliz quando aprende com a graça de Deus a orar sem interrupção e a viver como pessoa contemplativa, na verdade com Deus. O contemplativo já não vive no reino das coisas e das impressões, já não é arrastado para o movimento irrequieto do dia-a-dia. Está na santa vontade de Deus, e, com isso, muito acima das impressões, das vivências e excitações do dia-a-dia. Está acima do louvor e da recriminação, da honra e da humilhação, e é senhor e dono da sua vida. Vive na vontade de Deus e aí encontra a calma e a paz, no meio de toda a turbulência que o rodeia. Está satisfeito com tudo e para tudo encontra solução, porque tudo contempla a partir de Deus. Não conhece o medo de viver no meio que o rodeia.

O contemplativo, em face dos cuidados dos homens deste mundo, que querem que tudo lhes vá bem, que querem sempre a alegria, a saúde, o trabalho, a admiração, o reconhecimento e o êxito, sabe que o sentido da vida e a felicidade do homem está noutras coisas, para lá da alegria e da tristeza, no sentido mundano das palavras, para lá da honra e do reconhecimento por parte dos homens, naquilo que se calou em Deus e vive em Deus. Não há homem mais feliz e mais em paz do que aquele que possui uma verdadeira vida interior.

A VONTADE DE DEUS

«Faça-se a tua vontade»,
(Mat., 6, 10).

A vontade de Deus é divinamente santa e sábia, e o cristão será santo e sábio na medida em que souber transformar a sua vontade na d'Ele: é assim, aliás, a vida de Cristo, nossa cabeça que não conheceu outra vontade além da do Pai. O seu alimento é cumprir a vontade de quem o enviou (João, 4, 34), obedecer à vontade divina que vai ao encontro da cruz (Fil., 2, 8). Por isso, pôde Ele dizer: «Não é quem diz Senhor, Senhor, que entrará no Reino dos céus, mas quem cumprir a vontade de meu Pai que está nos céus» (Mat., 7, 21).

Foi-nos fixada uma finalidade gloriosa: partilhar da vida divina no céu eternamente, inalienavelmente, perfeitamente. Mas o caminho que conduz a esta finalidade é a vontade de Deus, e só o trilharemos se a ela nos submetemos amorosamente: é nisto que consiste a prática da perfeição cristã. Pela conformidade com a vontade de Deus se demonstra, na prática, o amor de Deus e de Cristo, e o grau da união com Deus traduz-se na união perfeita da vontade própria com a divina. Do facto de se saber dizer com perfeição: «faça-se a tua vontade», depende todo o progresso espiritual e toda a perfeição.

De dois modos nos dá a conhecer Deus a sua vontade: por aquilo que proíbe, manda ou aconselha; e por intermédio das disposições da sua divina Providência. A primeira forma chama-se vontade revelada de Deus; e a segunda constitui a sua «vontade de beneplácito».

A VONTADE REVELADA DE DEUS

Caracteriza-se por indicar o que Deus exige ou deseja do homem, a saber: de todos os homens em geral ou de um grupo, ou particularmente de uma pessoa. Na ordem natural, esta vontade de Deus é revelada pelas exigências da natureza, do raciocínio, da inteligência natural, pelos deveres de moralidade ou de justiça para com o próximo e para com a sociedade, pelas exigências do decoro ou da boa educação. Seria piedade falsa a daquele que julgasse poder eximir-se às exigências duma sã razão natural. Antes do mais, Deus quer que o homem pense e reflita de harmonia com a razão e que empregue meios naturais para conhecer a sua vontade, que se deixe aconselhar por outros e utilize a inteligência: pois Ele deu-a ao homem para que saiba aplicar aos casos concretos da vida as exigências da vontade de Deus, uma vez que muito frequentemente o raciocínio é para o homem a sua única luz.

Na ordem sobrenatural, a vontade de Deus é revelada pelos seus mandamentos, pelos da Santa Madre Igreja, e pelas obrigações do estado de cada qual.

Os mandamentos de Deus são a expressão mais universal da vontade divina, a primeira e a mais universal de todas as normas, incluindo as de piedade. Observá-los é o primeiro dever. Quanto mais fielmente forem cumpridos, tanto mais perfeitamente se produzirá a adesão à vontade de Deus.

Os preceitos da Igreja são a segunda norma indispensável da conduta e da religiosidade: determinam as exigências da fé a respeito da razão, as da moralidade a respeito da vontade, e as da disciplina a respeito da conduta. Uma

piedade que resistisse a conformar-se plenamente com os preceitos da Igreja, na fé, na moral e na disciplina, condenar-se-ia.

As obrigações do próprio estado determinam ainda mais concretamente o que Deus exige de cada qual: elas são a expressão da vontade de Deus para cada pessoa e para cada caso. Não é possível santificação de espécie alguma sem o cumprimento absolutamente fiel destas obrigações: não seria genuína piedade a que se desse à acção apostólica, ou a obras de caridade e à oração descuidando os deveres que o próprio estado impõe. As obrigações de estado dos cristãos que vivem no mundo estão especificadas nos deveres profissionais de cada um, seja um empregado, médico ou operário, pai ou mãe de família ou subordinado. Nas obrigações do próprio estado há-de ver cada qual o que Deus quer dele em cada instante.

Para se chegar à perfeição, não basta já fazer apenas o que está explicitamente mandado: o que é perfeito aspira a realizar todas as suas acções do melhor modo possível, faz todo o bem que lhe permitem as suas condições e circunstâncias; não pergunta «devo fazer isto?» com medo de pecar, se o não fizer, mas transcende o dever estrito e realiza obras voluntárias, se forem compatíveis com as obrigações do seu estado.

Qual deve ser a atitude do cristão em face da vontade revelada de Deus?

Antes do mais, distingui-la, reconhece-la. Não se deve deter na obrigação em si, nem nas pessoas, sejam ou não superiores, através das quais lhe vêm as ordens; tem de se elevar até à causa primeira, que é Deus, até à sua vontade e beneplácito, e saber vê-los em todos os seus deveres, obrigações e prescrições, como ainda nas exigên-

cias da natureza em relação ao alimento e ao descanso, nas imposições sociais e nas necessidades de todo o género.

Mas para isto é necessária uma fé profunda e viva: nunca o conseguirá se, como o vulgo, pensar e julgar dum modo puramente humano, natural. O olhar purificado pela fé deve sempre atender a Deus e a Cristo, e vê-lo em todos os deveres, em todas as obrigações. Com isto ter-se-á dado o primeiro passo e talvez o mais difícil. Este olhar da fé, que faz dizer: «Tu o queres, tu me chamas, faça-se a tua vontade», deve chegar a ser familiar e co-natural ao cristão, de modo que se torne espontâneo em todos os momentos. Para conhecer sempre a vontade e o beneplácito de Deus, deve-se ler e meditar assiduamente o Evangelho.

O segundo passo é amar a vontade de Deus. O amor é tudo. Todo o mandamento é naturalmente pesado ao homem, e toda a obrigação é dura: todavia atrainos a santa vontade de Deus que descortinamos por detrás da dura aparência da ordem ou da proibição. Ordinariamente, uma indicação de Deus é desagradável porque se contrapõe aos desejos e às inclinações naturais; mas quando se chega a amar a vontade e o beneplácito divinos, então o jugo é «suave», a carga «ligeira» e é o próprio dever que passa a apoiar e a unir estreitamente o cristão à vontade de Deus.

Querer com amor e submissão o que Deus quer é a maior felicidade que pode ambicionar a alma humana. Esse amor há-de encher o coração e libertá-lo: fará da vontade divina a única esperança do cristão, torná-lo-á cumpridor, pontual, fiel, mas sem rigorismos farisaicos, sem pedantismos, sem escrúpulos, sem ansiedades, sem angústias; fá-lo-á desejar conhecer os mandamentos, não apenas para os observar, mas para neles ver a norma da

vida; uma norma que não subjuga nem estorva, mas liberta interiormente.

Deste amor pela vontade de Deus revelada, procedem espontâneamente uma alegria na submissão às indicações divinas e uma doação plena às obras exteriores. Faz-se aquilo que Ele gosta que se faça, porque se sabe que Ele assim o quer. O cristão passa a querer com o «querer de Deus». É deste modo que toda a acção se transforma numa oração ininterrupta, numa vida de consagração.

O BENEPLÁCITO DIVINO

O beneplácito de Deus não se dirige, como a sua vontade revelada, a todos os homens em conjunto ou a certas categorias de homens, mas a cada um em particular, e dá a conhecer não o que cada qual deve fazer por Deus, mas o que Deus faz por ele, o que opera nele, por ele e sobre ele.

Se o cristão for fiel na execução da vontade revelada, aderirá pela obediência aos desejos e intenções divinas, e deixar-se-á guiar pela sua mão para onde Ele o quiser levar. E se se abandonar ao seu beneplácito, Deus tomá-lo-á nos braços da sua providência; já não caminhará medindo o caminho pelos seus curtos passos, mas far-se-á conduzir por Deus e deste modo avançará muito mais, porque irá ao passo divino.

«Tudo concorre para o bem dos que amam a Deus» (Rom., 8, 28). Há uma providência divina que se preocupa com cada um de nós em particular. «Nem sequer um pássaro está esquecido aos olhos de Deus; mesmo os cabelos da vossa cabeça estão contados» (Luc., 12, 6 segs.). «Nem um só cabelo da vossa cabeça se perderá» (Luc., 21, 18) sem o consentimento do Pai.

Há uma providência que se oculta por detrás de todos os acontecimentos e «azares da vida»; que tudo ordena, dirige e dispõe como melhor possa servir à salvação de cada um. Tudo, absolutamente tudo, tanto o que sucede no âmbito geral do universo, como o que se passa no pequeno mundo da profissão e da vida de todos os dias. Ao serviço da Providência estão todos os homens, quer nos queiram bem ou mal, bem como tudo o que tem alguma influência na nossa vida: todos os homens são apenas instrumentos de que o Senhor se serve para a nossa santificação. Nas coisas da vida interior, não existe qualquer «caso» ou «destino cego».

Esta providência de Deus ocupa-se continuamente de cada homem — de mim —, trabalhando sempre na purificação da alma, para a fecundar, iluminar e conduzir até às cumiadas da santidade. Quão delicada e quão firme é ao mesmo tempo! Deus aproveita a ocasião mais oportuna e o momento mais propício para actuar neste sentido do melhor modo possível, sabe ter em conta o estado de espírito de cada qual e as suas necessidades, sabe apelar para todos os recursos e esgotar todos os meios. Ele, só Ele sabe conduzir o homem em cada passo da vida, sabe qual a impressão que lhe vai produzir tal ou qual disposição. Ele, e só Ele, é suficientemente sábio e poderoso para unir e coordenar entre si todos os factores que influem na vida humana, que determinam ou devem determinar o modo de pensar e de querer humanos, com o fim de os orientar para o verdadeiro bem.

O beneplácito de Deus manifesta-se em certas permissões divinas que as mais das vezes parecem inexplicáveis. Deus nunca quer o mal nem que ninguém seja injusto connosco, que por nossa culpa minta ou faça o mal de qualquer forma: não quer, mas permite-o dum e doutro

modo, embora lhe seja fácil impedi-lo. O beneplácito de Deus manifesta-se nas disposições e permissões divinas, em tudo o que o vaivém do dia apresenta interior e exteriormente: penas e alegrias, humilhações e sacrifícios, deveres, desventuras, dificuldades, fracassos, injustiças que vêm dos homens; faltas de caridade, contrariedades, tentações, enfermidades. O «azar» não existe. «Mesmo os cabelos da vossa cabeça estão contados; nem sequer um deles cai sem autorização do nosso Pai». Tudo quanto sucede numa vida está de um modo ou de outro permitido ou positivamente desejado pela vontade infinitamente sábia e justa de Deus, «que sobre nós vela incessantemente» (I Pedro, 5, 7).

O beneplácito de Deus, a sua acção em cada qual, é o principal factor da vida interior. Se o cristão permanecer unido a Deus, caminhará com Ele a passos largos e alcançará imediatamente a santidade. Quanto realiza com o seu esforço pessoal contribui, sem dúvida, para a santificação, mas será sempre pouco, e pouco lhe fará progredir. O verdadeiro progresso começa quando o divino beneplácito inicia a sua obra.

Que atitude se há-de adoptar em relação a esta específica acção de Deus que é o seu beneplácito?

Antes do mais, ver e crer. Será o passo decisivo. Ver em tudo Deus, a sua Providência, a sua permissão, a sua acção. Mas isto requer uma fé viva e profunda, uma fé que se não detenha naquilo que os sentidos percebem e experimentam, mas receba tudo, absolutamente tudo, como enviado ou pelo menos permitido por Ele. É verdade que este ou aquele gozo, tal ou qual pena vêm directamente dos homens, das circunstâncias, de uma ou outra contingência ou casualidade; mas a fé vai mais além: não se detém nos homens e nas suas intenções, não

vê apenas o lado desagradável e amargo; descobre a razão mais profunda: a disposição de Deus, a sua providência, a sua vontade. O que, pois, importa é ver Deus em tudo, ver a sua vontade e o seu amor além e através de todos os sucessos: «Bem-aventurados os que crêem sem ver» (João, 20, 29).

É necessária, além disso, uma entrega em inteira simplicidade nos braços deste divino beneplácito, uma confiança cega, um abandono que permita semelhante acção através dos acasos e dos acontecimentos, grandes ou pequenos, que se verificam no mundo. Um grande valor moral se requer para aceitar e acolher tudo o que Deus permite que se realize ao redor de nós. Trata-se de aceitar esta acção de Deus e estas permissões da sua Providência sem reserva alguma, sem curiosidade, inquietação ou desconfiança, porque há a certeza de que Deus quer sempre o bem de cada homem; trata-se de as receber até com agradecimento, confiando na presença e na assistência da graça.

Mas semelhante disposição será o céu na terra. Chegado a este ponto, o homem agradece a Deus todas as suas decisões, por mais penoso que lhe seja acatá-las, e ama tudo o que Deus permite ou opera nele ou nas coisas que lhe dizem respeito. Nada lhe parece que tenha já importância além da vontade de Deus, da absoluta conformidade da sua vontade com a dele, do abandono incondicional a tudo quanto Ele quiser, fizer ou permitir. Já se não lamenta de ter perdido uma consolação, uma posição ou qualquer coisa do mundo, nem mesmo a salvação: sabe que nada o poderá ajudar tanto a identificar-se com a vontade de Deus como a ausência e a perda de tudo o que é criado. No seu abandono às disposições e permissões da Providência, encontra toda a sua feli-

cidade e paz, o seu paraíso na terra. Já não sente inveja ou ciúmes, nem temor inquietante, nem preocupações ou angústias: não se apegava a nada nem a ninguém, e só quer o que Deus quer.

Chega assim às cumiadas do amor de Deus. São Francisco de Sales explica-o deste modo: «Amar a vontade de Deus nas suas consolações é, sem dúvida, uma coisa boa, se de facto amamos a vontade de Deus e não as consolações que nela encontramos. Amar quanto nos é manifestado nos mandamentos divinos, nos seus conselhos e inspirações, é um amor ainda mais elevado. Mas se, pelo amor de Deus, ambicionamos o sofrimento, a desolação e outras provas semelhantes, teremos alcançado as cumiadas do amor perfeito, porque então não reconheceremos outro amor além do d'Ele.»

Vontade revelada e beneplácito divino. Actividade própria e acção de Deus, piedade activa e piedade passiva. Sobre nós exerce-se a acção de Deus (o seu beneplácito), nós acolhemos e secundamos o seu impulso, a moção da actividade divina, e deste modo somos activos com Deus e na sua medida, numa dependência absoluta da sua acção em nós e connosco. Desta união da vontade e da acção divinas com as nossas, brotam as obras de perfeição, que são preciosas para a vida eterna, tanto mais preciosas quanto mais fiel e amorosamente nos entregarmos à vontade e acção de Deus.

Oramos ao Senhor em uníssono com o autor da Imitação de Cristo: «Senhor, tu sabes o que é o melhor para mim. O que tu quiseres é o que terá de acontecer! Dá-me aquilo que me queres dar. Dá-me tanto quanto quiseres. Faz de mim o que souberes que é bom para mim, como te aprouver, como for para maior honra tua! Põe-me onde quiseres por-me, e faz comigo tudo o que

quiseres. Estou na tua mão. Não quero viver para mim, mas para ti, só para ti. Que a tua vontade seja a minha, e que a minha vontade seja sempre e exclusivamente tua, e que venha um dia a ser perfeita com ela. Ó, se eu por mim próprio pudesse sempre querer aquilo que tu queres, e que por mim próprio nunca quisesse aquilo que tu não queres! Tu, só tu és a verdadeira paz, o único descanso do coração humano, e sem ti domina em toda a parte a turbulência do espírito. É em ti, o único, o mais alto e eterno bem, que eu quero descansar, descansar feliz pela eternidade» (Liv. 3, cap. 15).

A UNIÃO COM CRISTO

«Eu sou a vide e vós os sarmentos»
(João, 15, 5).

Deus é plenitude de vida. A vida divina nasce no Pai e dele jorra para o Filho, e dele e do Filho se projecta no Espírito Santo. Por amor, Deus decidiu no-la comunicar de modo que a possamos viver, conservar e gozar. Mas antes de nos ser infundida, esta torrente de vida armazena-se no «primogénito entre todos os irmãos» (Rom., 8, 29). «Prouve a Deus dotá-lo de toda a plenitude» (Col., 1, 19). O que Cristo recebeu, quer agora reparti-lo connosco: com este objectivo é que o Pai o fez cabeça do corpo místico que é a Igreja (Col., 1, 18).

«Eu sou a vide, vós os sarmentos». Vide e sarmentos formam um só organismo: vivem e operam unidos e unidos frutificam; do mesmo modo, nós, os baptizados, formamos com Cristo uma única vide, um só corpo, em cujo interior circula a vida que só Cristo possui em toda a sua plenitude.

O que é essencial na prática da vida cristã? Que permaneçamos em Cristo e Ele em nós; conservar a união vital com Cristo, ver-nos sempre penetrados por Ele. «Como o sarmento não pode frutificar por si próprio, se não estiver unido à vide, também vós se não permanecerdes em mim. O que não permanece em mim é lançado fora como o sarmento, e seca» (João, 15, 4-6).

«EM CRISTO JESUS»

Se lermos atentamente o Evangelho e as Epístolas dos Apóstolos, descobriremos dois princípios importantes: o que Jesus fez e faz, nunca o faz só: nós o fazemos com Ele e nele; o que cada um de nós faz, não o faz só: Cristo fá-lo em nós e connosco. Cristo e nós somos uma e a mesma coisa: também nós morremos com Ele (II Tim., 2, 11), fomos sepultados com Ele (Rom., 6, 4), ressuscitámos com Ele (Éf., 2, 6) e com Ele subimos ao Pai (Éf., 2, 18). Por outro lado, Cristo vive nos seus como a vide nos sarmentos (João, 15, 5); vive no pobre, no enfermo, no mendigo que pede um pedaço de pão (Mat., 25, 35 e segs.); é perseguido em nós (Act., 9, 4 e segs.), em nós sofre, combate e vence, e em nós consuma «o que falta à sua paixão» (Col., 1, 24).

Estamos unidos ao Cristo histórico: ao Cristo que nasceu em Belém, que, depois de trinta anos de vida oculta, percorreu a Palestina, pregando como Mestre enviado por Deus, curou enfermos e operou milagres; ao Cristo que, concluída na cruz a obra da redenção da humanidade, ressuscitou de entre os mortos ao terceiro dia.

Quando aqui falamos de «sermos em Cristo», queremos principalmente referir a nossa ligação essencial com o Senhor elevado aos céus. Cristo, que viveu na terra, é simultâneamente o Senhor que tem o seu trono no céu, o kyrios que vive, frutifica e continua misteriosamente no seu «corpo místico» e nos membros desse corpo — os baptizados — a obra de salvação até ao último dia.

O facto de estarmos em Cristo pelo baptismo é coisa tão natural para o Apóstolo Paulo, que o refere constantemente nas suas cartas. É como se vivesse completamente nesse segredo de Cristo, não se cansando jamais

de tentar fazer-nos aproximar dele. É especialmente na sua Epístola aos efésios que reconhecemos como ele foi dominado por esse segredo: «Bendito seja Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que em Cristo nos abençoou com toda a bênção espiritual do céu. Foi nele que Deus nos escolheu, por amor, ainda antes da criação do mundo, para sermos santos e sem mácula. Ele nos predestinou para que fôssemos aceites como seus filhos adotivos por intermédio de Jesus Cristo, para fazer brilhar a glória da sua graça, com a qual nos tornou agradáveis no seu Filho bem-amado. Nele obtemos a redenção através do seu sangue, e a remissão dos pecados. É nele que fomos marcados com o selo do Espírito Santo, que nos havia sido prometido. Ele (o Espírito Santo) é o penhor da nossa herança, para salvação do povo que adquiriu em louvor da sua glória» (Ef., 1, 3-14). O quinhão de todo o bem foi-nos dado em Cristo. «Nele vos tornastes ricos, quer seja em palavras, quer no conhecimento» (I Cor., 1, 4).

Com a mesma clareza, afirma também o Apóstolo que Cristo vive em nós, os cristãos. Diz aos coríntios: «Examinai-vos a vós mesmos se estais firmes na fé, provaí-vos a vós mesmos; ou não reconheceis em vós próprios que Cristo está em vós? Se é que porventura não sois cristãos reprovados» (2 Cor., 13, 5). Aos galátas escreve esta palavra ousada: «Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim» (Gál., 2, 20). E mais uma vez: «Meus filhos, mais uma vez sofro por vós dores de parto até que Cristo se apossa de vós» (Gál., 4, 19). E ora pelos efésios a Deus, para que Cristo «viva pela fé nos seus corações» (Efés., 3, 17).

O próprio Cristo, quando nos promete a eucaristia, afirma: «Quem come da minha carne e bebe do meu sangue, permanece em mim e eu nele. Assim como eu fui enviado

pelo Pai e vivo por intermédio do Pai, do mesmo modo viverá por mim quem me receber» (João, 6, 56-57). «Permanecei em mim, e eu permanecerei em vós. Assim como o sarmento não pode dar fruto se não permanecer ligado à vide, do mesmo modo também vós, se não permanecerdes unidos a mim. Eu sou a vide, vós os sarmentos. Aquele que permanecer em mim e eu nele, esse dará muito fruto. Sem mim, nada podereis fazer» (João, 15, 4 e segs.).

Já nos nossos dias, o Papa Pio XII expôs numa Encíclica a grande verdade sobre o Corpo Místico de Cristo. Classifica a união vital com Cristo como «algo de glorioso, misterioso e santo», uma união que nas Sagradas Escrituras é comparada à união da vide com os sarmentos e à ligação da cabeça e dos membros num só corpo. «Sim, o nosso Redentor não hesita em comparar essa maravilhosa relação com a união que faz com que o Filho esteja no Pai e o Pai no Filho».

Conseguimos essa unidade em Cristo através da Igreja, na qual todos estamos encerrados num único «corpo místico». «Cristo vive em nós através do seu espírito», que Ele nos dá e pelo qual age de tal modo em nós que todas as acções sobrenaturais do Espírito Santo nas almas também são atribuídas a Cristo. E é devido a esta «comparticipação no Espírito Santo que todos os dons e virtudes da cabeça (Cristo) são transmitidos a todos os membros da Igreja, sendo neles aperfeiçoados dia após dia».

Esta união mística com Cristo dá-se através do santo baptismo. «Não sabeis que todos nós, que em Cristo fomos baptizados, fomos baptizados na sua morte? É portanto pelo baptismo com Ele (Cristo) que com Ele na morte estamos enterrados, para que, assim como Cristo

despertou da morte pelo esplendor do Pai, também nós entremos numa nova vida. Porque, se nos enraizámos nele pela semelhança da sua morte, da mesma maneira estaremos com Ele pela semelhança da sua ressurreição» (Rom., 6, 3-5). O baptismo não é apenas um símbolo que revela a acção da justificação, mas também um indício activo dessa mesma justificação. Estabelece uma vinculação de tal ordem com Cristo que a acção e o fruto da morte do Senhor são transmitidos integralmente ao baptizado.

Tudo quanto ficou estabelecido pelo santo baptismo é aprofundado, fortalecido e aperfeiçoado através doutros sacramentos, principalmente através da eucaristia. Na comunhão, o Senhor não se une a nós tão somente por intermédio da sua graça, mas sobretudo através de todo o seu ser, de modo que se dá uma verdadeira união entre a cabeça e os membros. É assim que a eucaristia é verdadeiramente «comunhão», isto é, união, unificação. A comunhão introduz os baptizados cada vez mais na intimidade de Cristo glorioso.

Cristo vive em nós, não somente na plenitude da sua divindade, mas também na totalidade da sua transfiguração humana. Não se trata, evidentemente, de uma presença igual à da eucaristia. O que na verdade pretendemos acentuar é que existe entre o Senhor transfigurado e os baptizados uma verdadeira e profunda comunidade de vida. Quem estiver «em Cristo» terá, para lá da sua própria vida humana, a acção da vida de Cristo em si, de maneira semelhante à dos sarmentos, que vivem a vida da vide. Cristo é, portanto, a base da vida cristã.

A vida da vide, Cristo, e a vida dos sarmentos, os cristãos, são uma só vida. São uma única vida, um só sofrimento, um mesmo esforço e luta, um amor idêntico

ao Pai: a oração, o sofrimento e o amor do Senhor, na nossa paupérrima oração, no nosso sofrimento e amor. É isto que nos dá coragem e é nisto que confiamos: na necessidade e no nada da nossa vida, nas nossas orações e sacrifícios, Ele, o Senhor transfigurado, oferece-nos o valor e a força das suas orações, o seu amor pelo Pai. É isto que queremos significar quando dizemos: Ele está em nós, e nós n'Ele. Eu vivo, eu oro, mas não sou verdadeiramente eu, é Ele que vive e ora em mim. Ele vive a minha vida, Ele carrega a minha vida, Ele enche e invade a minha vida, com o valor e a força da sua própria vida.

Portanto, a vida cristã é uma autêntica participação na vida de Cristo, é uma irradiação da sua santa vida, inteiramente dirigida ao Pai. E tanto mais assim será quanto mais fundas tivermos as nossas raízes n'Ele, quanto mais espaço atribuirmos dentro de nós à sua acção.

Tudo isto é uma realidade misteriosa, que só apreendemos com a fé. «A vossa vida está escondida com Cristo em Deus. Mas quando Cristo surgir, também vós aparecereis com todo o esplendor» (Col., 3, 3 e segs.). Toda a eternidade mergulhados na beleza e no brilho do esplendor divino; tal é a intenção de Deus a nosso respeito, miseráveis seres humanos que somos.

O SIGNIFICADO PRÁTICO DO «SER EM CRISTO»

«Nele fomos redimidos; através do seu sangue obtemos a absolvição dos nossos pccados» (Ef., 1, 7). Quando pelo baptismo fomos incorporados em Cristo, deu-se algo de uma grandeza inconcebível: o sofrimento da morte de Cristo foi-nos de tal modo transmitido que nós próprios morremos também. E isso, porque naquele

momento estávamos ligados a Cristo, a Cabeça, como seus membros. Cabeça e membros são «uma unidade mística». É por isso que os bens de Cristo são partilhados connosco. Diz São Tomás de Aquino (Suma Teológica, III, 48 a 1, 69 a 2): «É assim a verdade: Pela nossa transformação em membros de Cristo, obtivemos a absolvição dos pecados, porque todos os seus bens se transformaram de tal modo em nossos que é como se nós próprios tivéssemos prestado todas as contas sobre os nossos pecados. Foi assim que fomos libertados do castigo eterno que merecíamos, e que fizemos as pazes com Deus, em Jesus Cristo».

Ao mesmo tempo, fomos recebidos por Deus como filhos.

Nós, que outrora éramos «filhos da ira» (Efés., 2, 3), agora, em Cristo, somos filhos de Deus, filhos bem-amados! Pelo baptismo, fomos igualados ao eterno Filho do Pai, como seus irmãos e irmãs, para que compartilhássemos do amor do Pai. «Vede o amor que o Pai nos manifestou: que fôssemos chamados seus filhos, e que o sejamos realmente» (I João, 3, 1). Para podermos receber este amor do Pai, fez-nos Ele membros do seu Filho bem-amado.

E foi para isso que fez com que o Filho se parecesse connosco e nos elevou a uma tal unidade com Ele que nos vê e nos pode amar como a seu Filho. Foi para isso que ele nos «predestinou», para sermos «conformes à imagem de seu Filho, para que Ele seja o primogénito entre muitos irmãos» (Rom., 8, 29). Agora, o Pai estende o seu amor até nós. Já que recebemos o dom de sermos seus filhos, havemos de travar diálogo com Ele e ouvi-lo, havemos de lhe fazer perguntas e pedidos, agradecer-lhe, adorá-lo e amá-lo.

«Nele vos tornastes ricos» (I Cor., 1, 4). Agora age em nós uma força nova e mais potente. «Que Deus

ilumine os olhos do vosso coração, para que reconheçais a extraordinária grandeza com que o seu poder se evidencia em nós!» (Efés., 1, 18-19). Na nossa vida cristã, nas orações, lutas e sofrimentos, já não havemos de contar apenas com a nossa força. Age agora em nós uma força mais alta, mais poderosa. Podemos apoiar-nos nela, apesar da nossa fraqueza, e precisamente porque por nós próprios somos tão pobres e fracos. «Tudo posso naquele que me conforta» (Fil., 3, 13), isto é, na força de Cristo que age em mim.

«Na fraqueza dos homens age a força de Cristo» (2 Cor., 12, 9). Como é que o Apóstolo Paulo se tornou forte, acima de toda a natureza humana, no trabalho, na perseguição e no sofrimento? (2 Cor., 11, 16-33). Mas ele sabe que é a força de um outro que o apoia: «Eu trabalho e luto segundo a força que Ele me dá, a qual age poderosamente em mim» (Col., 1, 29). Não é obra humana que alguém chegue a amar com toda a força e coragem algo que desde sempre os seus sentidos repudiaram. Não é coisa de homem carregar com a cruz e amá-la, castigar a carne, fugir das honrarias e louvores dos homens, suportar as humilhações, humilhar-se a si próprio, preferir o desprezo, suportar todo o mal, abandonando todas as suas vantagens. «Se olhares exclusivamente a tua própria força, jamais conseguirás realizar grandes feitos. Mas, se confiares no Senhor, então receberás forças do Céu, e tanto a carne como o mundo se hão-de submeter ao teu poderio» (Imit. de Cristo, 2, Cap. 12). «Esta é a graça de Cristo», a força do Senhor que age em nós!

«Nele vos tornastes ricos!» É nele que a nossa vida, acção, sofrimento e sacrifício obtêm um novo e mais alto valor. Que significado tem a nossa actividade vista a

partir de nós? Como tudo é incompleto, imperfeito, tudo envenenado pelo amor-próprio! Mas tudo é outra vez diferente quando estamos «em Cristo!» É então que o Senhor canaliza para a nossa vida e cuidados, para a nossa acção e sofrimentos algo do valor das suas orações e do seu amor pelo Pai.

O Pai reconhece então, nas nossas orações e actividade, o espírito e o amor com que é amado pelo Filho. Escuta na nossa voz a voz do seu Unigénito. Em poucas palavras, o Apóstolo Paulo lembra à jovem comunidade de Corinto que não se podem gabar de quaisquer vantagens ou grandezas terrenas. Entre eles, não há homens de Estado, grandes filósofos, homens ricos ou poderosos. Apenas escravos desprezados e pobres, que aos olhos do mundo nada significam. Mas são na verdade eles que têm grandeza, porque «valem alguma coisa», precisamente «em Cristo Jesus» (I Cor., 26-30).

Na verdade, os bens terrenos nada significam perante a grandeza daquilo que está «em Cristo». Esse, sim, é o verdadeiro valor perante Deus, o único que torna valiosa toda a actividade dos cristãos.

«Nele vos tornastes ricos!» É dele que a actividade e o impulso, o zelo e o sofrimento cristãos obtêm toda a sua fertilidade. Foi assim que o Senhor prometeu: «Aquele que permanecer em mim, e em quem eu permanecer, dará muito fruto. Sem mim nada podeis fazer. Quem não permanecer em mim, será lançado fora como um sarmento, e como um sarmento secará» (João, 15, 5 seg.). Por nós próprios, não somos capazes de fazer obras sobrenaturais, obras que dêem frutos de vida eterna. Só «em Cristo» é que germinam e crescem em nós o sobrenatural, a bênção do Céu e os frutos de eternidade. E isso não só para nós pessoalmente, mas também para todos os nossos irmãos e irmãs, para toda a Igreja e para toda a huma-

nidade. E numa escala tanto maior quanto mais estivermos em Cristo e Ele em nós.

A fertilidade do «estar em Cristo» revela-se principalmente nos santos da Igreja. O que produziram e sofreram, os milagres que fizeram, não são mais do que o fruto do Senhor agindo neles. É nele também que o esforço e a vida cristã darão fruto. Confiamos na sua acção em nós, apesar da nossa própria impossibilidade.

Esta é a grandeza do cristão. Nós não somos apenas seres com talentos e problemas humanos e naturais, nós. estamos incorporados em Cristo! Da vida no pecado e no afastamento de Deus fomos elevados ao estado de graça e de vida, para com Cristo sermos Filhos de Deus, herdeiros do Céu.

Mas apraz-nos reconhecemo-nos como ramos vivos em Cristo, a vide, como vivificados e impregnados da graça e força de Cristo. «Tudo posso naquele que me conforta» (Fil., 41, 13). Nós somos mais fortes que todas as paixões, mais fortes que todas as tentações do mundo, que todos os desejos da carne. Nas nossas veias corre a força de Cristo glorioso e dominador.

Membros de Cristo! É nessa realidade — no facto de estarmos ligados à cabeça, deixando que ela nos aconselhe e conduza — que reside a força e a grandeza do cristão.

Como membros de Cristo, temos de aprender a respeitar-nos a nós mesmos, a nossa alma, talentos e obras! Temos de aprender a respeitar o nosso corpo e membros. Já não nos pertencem tanto a nós mesmos como à cabeça, a Cristo. «Membros de Cristo», foi assim que São Paulo chamou aos membros do nosso corpo e nos advertiu: «Será que havemos de fazer dos membros de Cristo

membros de uma prostituta? Que isso jamais aconteça!» (1 Cor., 6, 15).

Devemos também reconhecer nos nossos irmãos e irmãs os membros do seu corpo, e nutrir um respeito santo e natural por eles, compreendendo as palavras do Senhor: «A mais pequena coisa que fazeis ao mais pequenino destes, a mim o fazeis» (Mat., 25, 40-45). Não é verdade que olharíamos os nossos semelhantes com mais respeito, com maior boa vontade, que falaríamos e pensaríamos neles com mais amor, se víssemos neles membros de Cristo?

«Por isto conhecemos que estamos nele e ele em nós: porque partilhou connosco o seu espírito» (1 João, 4, 13). O espírito de Cristo vive em nós. Ele actua em nós orientando-nos para Deus, para a verdade e para o bem. Ele dá-nos a feliz resolução de cumprirmos as leis basilares do Evangelho, de evitarmos o pecado e de seguirmos os mandamentos de Deus. Faz-nos fortes para que saibamos lutar contra Satanás, dominar-nos, castigar-nos, sermos pregados na cruz com Cristo. É Ele que nos impele para o amor de Deus, para o amor de Cristo e do próximo. Ele é o espírito da verdadeira sabedoria, para a compreensão das coisas de Deus, do conselho, da força, da piedade, do santo temor de Deus. Ele faz com que amemos a solidão e o recolhimento. Ele aconselha-nos, Ele impele-nos, Ele avisa-nos, Ele fala-nos. Nunca estamos sós, apenas com as preocupações e os cuidados meramente humanos; em nós age e vive Cristo Espírito. «Ele, que tudo domina com o seu saber e poder, protege-nos com a sua graça contra todas as loucuras, desconhecimentos e durezas de coração» (São Tomás de Aquino, Suma Teológica, I-II, 68 a. 2 ad 3).

A C A R I D A D E

«Este é o meu preceito, que vos ameis uns aos outros como eu vos amei» (João, 15, 42).

Fomos destinados para viver a vida divina em Cristo. Mas a vida de Cristo é essencialmente, e ao mesmo tempo, vida de iluminação e de dedicação ao Pai, e vida de amor aos homens, seus «irmãos»; é a vida de amor ao próximo. A atitude que Cristo sempre mantém em relação a nós é a de uma amorosa compreensão pelas nossas debilidades; o seu amor abaixa-se até à nossa miséria e consola-a: é o bom Samaritano que não sabe passar ao largo sem nos prestar ajuda; o seu amor leva-o a debruçar-se sobre as nossas feridas, para derramar sobre elas o azeite e levar-nos a uma casa onde nos possamos curar e continuar a viver. Acolhe os pecadores e come com eles (Luc., 15, 2).

Se devemos partilhar a sua vida, a nossa deve ser também uma vida de caridade fraterna, porque, «por isto conhecerão todos que sois meus discípulos, se tiverdes caridade uns para com os outros» (João, 13, 35).

FORMAS DA CARIDADE

Deus, ao criar o homem, infundiu-lhe um impulso para amar e ser amado. A forma primitiva do amor humano é o amor sensível: inato em todo o homem, é a sua paixão natural mais violenta e consiste numa simpatia involuntária, numa inclinação espontânea que sente em relação a uma pessoa ou a um objecto, mal descortina neles algum aspecto que lhe agrade e esteja de acordo com os seus gostos.

De nós depende dominar este impulso, mediante uma reflexão rigorosa e força de vontade, a fim de o convertermos em motor da nossa felicidade e da alheia. Se o não quisermos ou o não conseguirmos, podemos resvalar para o caminho da perdição, arrastando connosco outras pessoas. A paixão e o sentimento do amor produzem grande bem aos homens, mas também todo o seu mal e quase todas as suas desgraças. Depende do facto de serem dirigidos e orientados ou de serem abandonados ao seu próprio desenfreamento. Este amor sensível, esta simpatia natural, também se aninha no coração dos mais perfeitos.

Existe, além disso, um amor puramente natural e humano que encontramos em toda a parte entre os homens. Mais que um sentimento, é já uma intenção e uma disposição de vontade, uma virtude. É uma dilatação da alma, uma necessidade de fusão com outras almas que supera a estreiteza e a mesquinhez do próprio eu. Tanto mais rica é uma alma quanto maior e mais nobre for o seu amor. O amor dilata os horizontes e aprofunda os sentimentos, as ideias e a inteligência: só quem ama entende perfeitamente. Orientado para a alma e para o bem, o amor ergue a alma a um nível tão elevado, a uma nobreza e a uma perfeição tão sublimes, que pode chegar a abarcar todas as perfeições morais e todas as virtudes naturais.

Deste amor puro e nobre, está necessariamente dotada toda a alma piedosa, realmente, orientada para Deus. Mas devemos-lo despertar continuamente em nós, nas suas manifestações de benevolência humana, gentil e natural para com o próximo, seja quem for, com o empenho leal de nos fazermos mutuamente felizes, com o nobre desejo de não fazermos sofrer ninguém, de andar sempre semeando alegria, ajudando e servindo; com um esforço sincero para sermos justos, amáveis, bons e corteses uns para com os outros.

A virtude natural do amor não atenta nas suas próprias necessidades nem busca o seu próprio interesse: baseia-se tão somente no bem que encontra no seu irmão, e, quando este deixou o caminho recto, respeita nele, pelo menos, a natureza humana que mesmo o extraviado não é capaz de destruir; mais ainda, surpreende neste desvio uma nova ocasião para avivar a sua determinação de reconquistar um irmão para o bem que abandonou.

Muito frequentemente, é o egoísmo que influi decisivamente na virtude natural do amor, egoísmo que procede do facto de o amor ser indispensável à vida humana. Só tendo um móbil que alcance as alturas morais é que a virtude natural do amor constituirá substracto do amor propriamente sobrenatural, base da paz e da felicidade de uma família, de uma colectividade ou de uma Nação. O princípio teológico é este: o sobrenatural não destrói a natureza, antes a pressupõe, enriquece e nobilita. O que indica que o verdadeiro cristão, o homem realmente piedoso, é, por necessidade, um homem naturalmente nobre, altruísta, generoso, bom, um bom carácter, cheio de fé e de bondade, incapaz de qualquer injustiça nos seus juízos, palavras e obras, incapaz de mentir, de ser desleal, de se servir de habilidades diplomáticas: um homem que sentirá necessidade de se comportar rectamente com todos, e de sempre dar amor, todo o amor que puder.

É evidente que esta forma de amor exige um esforço e uma superação pessoais. Constitui prova de amor o saber suportar, renunciar, transcender o indelicado, perdoar e aceitar as humilhações. O amor genuíno e nobre deve saber que pode amar e até onde pode amar; e tem de amar, simplesmente porque o não pode deixar de fazer. O amor natural é obra da vontade e por isso, uma virtude, muito embora uma virtude somente natural.

Este amor humano natural é de longe ultrapassado pelo amor sobrenatural do próximo ou caridade, que purifica o amor natural das imperfeições que facilmente se lhe colam, e o transforma em amor do próximo, por amor de Deus e de Cristo.

Posto que se funda no amor de Deus, não é senão a sua mais bela flor. Faz-nos amar o próximo, não por si ou pelo que nele nos atrai; mas, porque Deus no-lo mandou: «Ama o próximo como a ti mesmo» (Mat., 25, 40). A caridade faz-nos amar o próximo, porque Deus quer e faz que nele vejamos um ser à sua imagem e semelhança, uma criatura sobre a qual Ele derramou a sua graça e o seu amor, e a quem chamou para a conviver a sua vida divina. A caridade sobrenatural baseia-se na fé de que Deus nos enviou o seu Filho para nos remir e para remir também os nossos irmãos: por isso, o fiel distingue em si o amor com que Deus mesmo o distingue, e vê que Deus rodeia a sua alma de amor, e nela venera o Deus uno e trino que aí mora e actua. Deste modo, a caridade sobrenatural faz-nos amar o próximo em nome de Deus, e é de per si amor sobrenatural de Deus.

O amor sobrenatural não é mais do que o amor de Deus «insuflado» em nós pela graça santificante. O amor do próximo não é mais do que uma expansão do nosso amor de Deus. Só podemos e devemos amar cristãmente o próximo — isto é, com um amor sobrenatural —, quando amarmos Deus e Cristo, e na medida em que estivermos ligados por esse amor a Deus.

Esta é a alta nobreza do amor cristão ao próximo: a de ser um só o amor com que amamos a Deus e ao próximo.

A caridade cristã manifesta-se na prática como estima e respeito sobrenatural pelos nossos irmãos, filhos de Deus nos quais «o Pai pôs todas as suas complacências»

(Mat., 3, 17), membros do corpo místico nos quais honramos o próprio Cristo, templos da Santíssima Trindade, vasos nos quais Deus quis derramar a sua própria vida; manifesta-se num esforço constante por manter os direitos da verdade e da justiça tanto nos pensamentos e juízos como no convívio com o próximo; como tendência para observar, reconhecer e apreciar, antes de tudo, os seus aspectos favoráveis e interpretar com benevolência e generosidade todas as suas faltas; como atitude de paciência, perdão, compaixão e prontidão para o socorrer em todas as necessidades materiais e espirituais; como propósito de nunca cometer deliberadamente faltas de caridade contra ele: finalmente, como determinação leal de dar amor, sempre e em todos os lugares.

Nas famílias, a virtude da caridade revela-se, mais concretamente, sob a forma de um desejo de colaboração, destinado a conseguir que todos sejam um só coração e uma só alma.

Mas a caridade sobrenatural é tão forte que se vê levada a amar também os inimigos: «Amai os vossos inimigos e fazei o bem aos que vos aborrecem; bendizeis os que vos amaldiçoam e orai pelos que vos caluniam. A quem te bater na face, dá-lhe a outra, e a quem te tomar o manto, não o impeças, dá-lhe a túnica. Dá a todos os que te pedirem, e não protestes contra quem toma o que é teu. Amai os vossos inimigos, fazei o bem sem esperança de paga. Sede misericordiosos como vosso Pai. Não julgueis e não sereis julgados; não condeneis e não sereis condenados; absolvei e sereis absolvidos. Pedi e recebereis; uma medida boa, cheia e comprimida vos será lançada no seio. A medida que usardes para com os outros, será usada convosco» (Luc., 6, 37 e segs.).

IMPORTÂNCIA DA CARIDADE FRATERNA

«Mesmo que eu falasse a língua dos homens e dos anjos, se não tenho caridade, sou como uma campainha que ressoa ou como um címbalo que retina. E se tivesse o dom da profecia e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e uma fé tão grande que movesse montanhas e não tivesse caridade, nada seria. E mesmo que repartisse toda a minha fortuna e entregasse o meu corpo ao fogo, não tendo caridade, nada me aproveitaria. Agora existem estas três coisas: fé, esperança e caridade; a mais excelente, todavia, é a caridade» (I Cor., 13, 1-3; 14, 1).

Se faltar amor, falta tudo; se houver amor, há tudo, porque o amor é a perfeição.

O amor cristão para com o próximo é a medida da nossa união com Deus. Na noite de Quinta-Feira Santa, depois de instituir a eucaristia, e antes de começar a sua paixão, o Senhor pronunciou a oração sacerdotal: «Eu não rogo somente por estes (os Apóstolos), mas por quantos hão-de acreditar em mim pela sua palavra, para que todos sejam um, como Tu, Pai, o és em mim e eu em Ti, para que também eles sejam um em nós» (João, 17, 20-21).

Pai, Filho e Espírito Santo, a Santíssima Trindade, a multiplicidade na unidade dum mesmo amor, dum mesmo pensar, querer e operar: a unidade dum amor que une o Pai e o Filho por meio do Espírito Santo! Nesta união inefável encontramos o protótipo de toda a vida de comunidade. «Que eles sejam um como tu, Pai, o és em mim e eu em ti». Estamos, pois, em comunhão viva e vital com Deus, e partilhamos da santíssima e felicíssima vida intratrinitária na medida em que estamos unidos entre nós pela caridade.

Para que nenhuma dúvida de qualquer espécie nos possa assaltar, Jesus continua: «Eu dei-lhes a glória que tu me deste, para que eles sejam um como nós somos um. Eu neles e tu em mim, para que a sua unidade seja perfeita» (João, 17, 22). O Pai deu-nos a glória da filiação divina que o próprio Cristo nos tornou extensiva quando, por meio da graça santificante infundida no baptismo, nos fizemos participantes da sua vida divina. Com que fim? «Para que sejam um (todos uma coisa ou unidade) como nós somos um». A graça santificante une os espíritos e os corações dos cristãos quase como a natureza divina une o Pai e o Filho no Espírito Santo. A graça santificante é a participação na natureza e vida divinas. Permaneceremos em comunhão de vida com Deus e conservaremos a graça e a adopção divinas enquanto estivermos dispostos a ser um só coração e um só espírito com o próximo.

Precisamente porque é participação na vida divina, a graça santificante é essencialmente unificadora de espíritos e de corações, modeladora de comunidades. O primeiro fruto da graça e da adopção divina é, portanto, a caridade fraterna nas suas diversas manifestações, tanto exteriores como interiores. «A caridade procede de Deus; todo o que ama nasceu de Deus e conhece Deus» (I João, 4, 7). Partilharemos da vida divina na medida em que amarmos o próximo.

O nosso próximo é a medida da união com o espírito de Cristo. Os sentimentos de Cristo para connosco são sentimentos de amor. «Como eu vos amei» (João, 15, 12). Apesar da indignidade humana, apesar dos seus pecados, tendo até previsto com precisão absoluta quão pouco seria correspondido o seu amor e com quanta ingratidão seria recompensado, Deus amou-nos desde a eternidade. Tudo nele respira amor, um amor que só pensa no homem, que pelo homem se consome em sacrifício e em generosidade.

Jesus Cristo derrama constantemente sobre a alma humana a sua luz, a sua força, a sua vida, cuida-a incansavelmente, purifica-a por meio de graças actuais e dos acontecimentos que dispõe, permite ou tolera: só procura uni-la mais intimamente consigo e com Deus, para a enriquecer, santificar e fazer feliz.

Assim nos ama Cristo. Qual é, então, o grau da nossa união de espírito com Ele? Até que ponto somo «um» com Ele? Até onde nos amarmos. «Este é o meu preceito, que vos ameis uns aos outros como eu vos amei». É preciso recordá-lo continuamente: para vivermos realmente a vida de Cristo, temos de amar o próximo nosso irmão.

A caridade fraterna é a medida do amor a Cristo. Cristo é muito claro nas suas exigências. Um dia, há-de ser nosso juiz: e que nos exigirá, no fim de contas? Amor, caridade. Segundo que lei? «O que fizerdes a um dos meus irmãos mais pequenos, é a mim que o fazeis. Tive fome e destes-me de comer; tive sede e destes-me de beber; fui peregrino, e destes-me pousada; estava nu e vestistes-me; doente, visitastes-me; preso, viestes-me ver». E então os justos lhe perguntarão: «Senhor, quando é que te vimos esfomeado e te alimentámos, sequioso e te demos de beber? Quando é que te vimos peregrino e te demos pousada, nu e te vestimos? Quando é que te vimos enfermo ou no cárcere e te fomos ver?» E Ele lhes responderá: «Em verdade vos digo que quantas vezes fizestes isso mesmo a um dos meus irmãos mais pequenos, foi a mim que o fizestes» (Mat., 25, 34 e segs.). No próximo amamos Cristo; no membro, a cabeça; no sarmento, a vide. O amor cristão do próximo é amor de Cristo.

Pretendem muitos saber se amam Cristo e procuram sinais pelos quais possam descobrir e reconhecer que o amam: o sinal que nunca engana é a caridade fraterna.

Sempre que pecamos contra o nosso irmão, sempre que somos injustos ou frios com ele, severos nas palavras, nas acções ou nos juízos, ofendemos ao mesmo tempo Cristo e um membro seu. É impossível amar a Cristo e ao mesmo tempo não ter caridade para com o irmão.

A caridade fraterna é também a medida do estado da vida interior, especialmente da vida de oração.

Por mais que rezemos, se faltar o amor fraterno, excluimo-nos por culpa própria da oração e do sacrifício comuns, e não temos nenhuma ou quase nenhuma participação na missa e na comunhão, que é «sacramento da união e vínculo da caridade».

Quantos de manhã se aproximam do altar e depois, mal chegam a casa, de novo postos perante a vida normal, acumulam faltas e mais faltas contra a caridade, nos seus juízos, nas suas palavras, em todo o seu comportamento! Apesar de tanta oração e práticas de piedade, são grosseiros, caprichosos, macambúsios, frios em contacto com os outros, impacientes, inflexíveis. Onde está o verdadeiro amor? Onde está o sentimento de benevolência, o senso comum e a conversação amável, o trato cordial?

A caridade fraterna é a medida do grau do nosso amor-próprio. Este costuma dissimular-se dentro de nós hábilmente, sob a aparência de virtude, mortificação, zelo, apostolado, etc. Mas nós temos uma infalível pedra de toque para apurarmos a nossa virtude: a atitude para com o próximo nos mil acontecimentos da vida prática. A alma dominada pelo amor-próprio é susceptível, ciumenta, desconfiada, fria, parcial e injusta nos seus juízos. Aquele que procura conservar a caridade deve morrer para o espírito próprio e para as preferências e prazeres pessoais; quem quiser amar deve possuir uma virtude

íntegra e humilde, paciente e desinteressada. Só uma grande virtude é capaz de caridade cristã, porque «a caridade é paciente, é benigna; não é invejosa, não é louva-minheira, não emproua; não pensa mal, não se compraz na injustiça, mas na verdade; tudo perdoa, tudo crê, tudo espera, tudo sofre» (I Cor., 13, 4-7). A caridade abrange toda a virtude e perfeição. Se ela nos dominar, está destruído o amor-próprio.

«Este é o meu preceito: que vos ameis uns aos outros como eu vos amei». No centro da vida cristã está o amor, a caridade cristã sobrenatural, que é o mesmo que o amor de Deus. Com ela estão intimamente ligados todos os mandamentos e nela se resume toda a lei. A verdadeira caridade não se contenta com não pecar ou faltar directamente contra o próximo, mas procura exteriorizar os seus sentimentos interiores ou pensamentos em palavras e obras: não pode descansar até que tenha feito tudo o que pode.

O cristão deve examinar-se seriamente sobre a caridade, não na intenção de descobrir se peca contra ela, mas especialmente para ver se ama positivamente e em que medida.

«Não vos admireis, irmãos, se o mundo vos aborrece. Sabemos que fomos transferidos da morte para a vida porque amamos os nossos irmãos. Aquele que não ama, permanece na morte. Quem aborrece o seu irmão é homicida, e já sabeis que nenhum homicida tem em si a vida eterna. Por isto conhecemos a caridade, porque Ele deu a vida por nós; e nós devemos dar a vida pelos nossos irmãos. E quem possuir bens deste mundo, e, vendo o seu irmão passar necessidade lhe fecha as suas entranhas, como é possível que more nele a caridade do Senhor? Filhinhos, não amemos com palavras e de língua, mas com obras e de verdade» (I João, 3, 13-18).

O AMOR DE DEUS

«Deves amar o Senhor teu Deus» (Mat., 22, 37).

A sabedoria de Deus pretende levantar o homem do nada e deixar que ele participe da sua vida. A vida divina, porém, é amor. «Deus é amor» (I João, 4, 8). Portanto, a vida humana também tem que ser amor, um consumir-se na chama daquele amor que é Deus.

O MANDAMENTO DO AMOR

Deus exige tanto o amor, o meu amor, que até me deu este mandamento: «Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todas as tuas forças, com toda a tua inteligência. Este é o primeiro e o mais importante mandamento. Um outro semelhante a este: Deverás amar o teu próximo como a ti mesmo. Nestes dois mandamentos se resumem toda a lei e os profetas» (Mat., 22, 37-40).

Amar a Deus é o maior, o «primeiro» mandamento, um mandamento sem limites; mesmo que faça tudo, nunca o homem será capaz de o cumprir por completo, de modo que possa dizer: agora já chega, não é necessário amar mais. É um mandamento que obriga a amar a Deus «com todas as forças» (Marc., 12, 30). Cumprir-se-á na verdade esse mandamento? Esta pergunta

não pretende saber se já hoje cada um de nós possui completamente o amor de Deus, mas sim: se faz tudo para o possuir, se faz tudo para amar a Deus sempre mais e mais, sempre mais completa e perfeitamente.

Mas podemos na verdade amar a Deus? Como é que nós, pecadores, conseguiremos abraçar, amando, o Deus infinitamente grande e santo, como é que conseguiremos erguer-nos até Ele em amor? Não por nós próprios, não com um amor que provenha do nosso poder, mas sim com o amor que Ele mesmo nos insufla no coração, juntamente com a graça santificante.

É, portanto, mediante a virtude divina do amor, insuflada pelo Espírito Santo, que poderemos amar a Deus e seguir o seu primeiro mandamento. É através de tal virtude que amamos a Deus como só Ele, por força da sua natureza divina, se ama e pode amar. Este amor divino é uma fagulha, uma chama do incêndio do próprio coração de Deus. É ele que nos liga a Deus para formar um só espírito; somos fundidos com Ele como duas chamas que se aproximam uma da outra e se tornam numa só. É por força desse amor divino gratuito, que a Santíssima Trindade se torna verdadeiramente no «nosso» Deus, que «mora em nós», da maneira como o Senhor nos garantiu: «Quem me ama, guardará a minha palavra. O meu Pai ama-lo-á e viremos a ele e nele faremos morada» (João, 13, 23). «Quem me ama» — com um amor acima de tudo, que já não atende à perfeição do seu eu, que já não pretende recompensa ou castigo, mas que só tem como único motivo Deus, a vontade de Deus, a glória de Deus —, quem ama Deus assim possui o amor santo, e Deus pode e tem alegria nele, e recebê-lo-á.

O santo amor de Deus revela-se sob as formas mais diversas. É um amor de complacência em Deus, na sua

grandeza, nas suas qualidades e acção. Deste amor de complacência procede o amor da «benevolência». Queremos que Deus seja sempre mais aceite e amado, por nós e por todos, e que venha a nós o seu reino, e que se faça a sua vontade.

Uma prova do amor de Deus está na conformidade da vontade e do agir com a vontade e acção de Deus. Penetra-se na vontade de Deus com a vontade e a acção próprias; o amor transforma-se em amor de amizade de Deus. «Já não vos chamo servos, mas chamei-vos amigos porque vos revelei tudo o que ouvi de meu Pai» (João, 15, 15). Esta aproximação de Deus não pode deixar de resultar num amor de agradecimento.

A ACÇÃO DO AMOR DE DEUS NA ALMA

Sendo a mais alta de todas as virtudes, o amor veste-nos o manto da santidade, pois é «o vínculo de toda a perfeição» (Col., 3, 14), encerra em si todas as virtudes e orienta-as para Deus. Não podemos fazer nada maior e mais santo que amar, e não há outra obra pela qual nos possamos santificar a não ser o amor.

O amor une o homem com Deus e transforma assim as suas energias espirituais. Amolda a inteligência e fá-la enveredar pelos caminhos da loucura da cruz; liberta a vontade de toda a teimosia, de modo que esta se funde na vontade de Deus; o coração, com todas as suas inclinações, desejos e impulsos, é preparado para se dar todo à honra de Deus e ao bem do próximo, mesmo até ao martírio. Porque o «amor é forte como a morte». Diz a Imitação de Cristo: «O amor carrega a carga como se

não fosse carga, transforma o amargo em doce. Impele-nos a grandes feitos e acorda em nós o desejo de fazermos sempre algo de maior. Porque o amor nasceu de Deus» (Livro 3, cap. 5).

O amor de Deus produz uma grande simplificação na vida do homem, quer interior quer exterior. Deus, como puro ser-espírito, é infinitamente simples; o amor que nos une a Deus, que nos assemelha a Deus, dá-nos simplicidade. Os nossos conhecimentos, críticas e esforços são simplificados. Vemos o próximo em Deus, em Cristo, que vive em nós enquanto membros do seu corpo místico. Nos acontecimentos e na ordem da vida reconhecemos a bondade e a sabedoria de Deus. Só temos um desejo, uma pretensão: que Deus seja glorificado e que tudo aconteça segundo a sua vontade, e não mais sermos dominados e arrepanhados por mil preocupações, desejos e inquietações. É na santa vontade de Deus que encontramos a calma. Amamos tudo o que devemos amar: os nossos semelhantes, a profissão, o trabalho, a oração; mas amamos tudo em Deus, e amamos, vemos e procuramos tudo na sua santa vontade.

Neste amor Deus simplifica até a nossa oração. Esta já não se movimenta entre mil reflexões, em perguntas constantes e constantes procuras, mas é pelo contrário calma e simples: um estar com Deus. Seja ela sentidamente concentrada ou involuntariamente distraída, sem pensamentos nem «efeitos», a verdade é que é sempre cheia de paz, unida ao Deus que conhece todos os desejos do coração humano, mesmo que não os enumeremos todos.

«Um único acto de perfeito amor de Deus é mais valioso e útil para a Igreja que milhões de obras que não surjam do amor perfeito», diz São João da Cruz. Qual é o valor dos actos quase ininterruptos de amor puro,

daquelas almas que chegaram às cumiadas do amor? Elas, exclusivamente elas dão a Deus todas as honras. E quem estará em melhores condições do que elas para tornarem real a vontade do bem de Deus? Todas as suas meditações e pretensões, todos os seus pensamentos e acções, são sempre uma obra de amor perfeito! E é aqui que vem a propósito referir a palavra de São Francisco de Sales: «Tudo o que acontece por amor é amor!» A essa «obra de amor» dos que verdadeiramente amam são inúmeras as pessoas que devem a graça da conversão, a vitória na tentação, a coragem para a primeira luta, a graça do sacerdócio, a graça da perseverança.

«Todo o bem me chegou simultaneamente com ele (o amor perfeito de Deus), e inúmeros tesouros por intermédio dele. O amor é uma riqueza incalculável para o homem. Aqueles que o possuem partilham da amizade de Deus» (Sab., 7, 11-14).

Todos somos chamados às cumiadas do amor. Essa é a meta que o cristão procura alcançar: «Deverás amar o Senhor teu Deus com todo o coração, com toda a alma, com toda a inteligência, com todas as forças» (Marc., 12, 30). Quem é que cumpre completamente este mandamento? Aquele que ama, aquele que nada mais sabe e procura além de Deus, e que nunca se cansa de o amar do fundo do seu ser. «Procurai o amor». (I Cor., 14, 1).

Í N D I C E

	Págs.
O PLANO DE DEUS	
O nosso destino sobrenatural	9
A intimidade com Deus	16

PARA DEUS

O facto de vivermos para Deus	27
Viver para Deus	30

SEDE PERFEITOS

Sede perfeitos	36
O amor	41

A PURIFICAÇÃO DO CORAÇÃO

Os porquês da purificação do coração	48
O caminho da purificação do coração	51

O PECADO

A realidade do pecado	55
O alcance do pecado	57

O PECADO VENIAL

Formas do pecado venial	63
Como combater eficazmente o pecado venial	66

	Págs.
O INIMIGO	
O que é o amor-próprio	74
Como se vence o amor-próprio	79
A PRÁTICA DA VIRTUDE CRISTÃ	
O sentido íntimo da virtude cristã	87
Leis das virtudes cristãs	91
AS TENTAÇÕES	
O que é a tentação	98
O nosso modo de agir na tentação	101
AS IMPERFEIÇÕES	
Frequentemente agimos com imperfeição	107
O significado da imperfeição	111
A HUMILDADE	
O que é a humildade cristã	115
Por que devemos ser humildes	120
A AQUISIÇÃO DA HUMILDADE	
A nossa tarefa	127
A acção de Deus	129
A ORAÇÃO	
Por que devemos orar	133
Sentido da oração cristã	139
O EXERCÍCIO DA ORAÇÃO	
A oração como acto	145
A oração como estado	147
A SANTA MISSA	
Ideia do sacrifício eucarístico	152
A realização da ideia do sacrifício na assistência à missa	159

A VIDA INTERIOR

O que é a vida interior	168
Como conciliar a actividade e a vida interior	172

A VONTADE DE DEUS

A vontade revelada de Deus	176
O beneplácito divino	179

A UNIÃO COM CRISTO

«Em Cristo Jesus»	186
O significado prático do «ser em Cristo»	190

A CARIDADE

Formas da caridade	196
Importância da caridade fraterna	201

O AMOR DE DEUS

O mandamento do amor	206
A acção do amor de Deus na alma	208